

ANGELO JOSÉ DA SILVA

**A CRÍTICA OPERÁRIA À REVOLUÇÃO DE 1930:
Comunistas e Trotskistas**

ANGELO JOSÉ DA SILVA

A CRÍTICA OPERÁRIA À REVOLUÇÃO DE 1930:

Comunistas e Trotskistas

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Armando Boito Jr.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

CAMPINAS - DEZEMBRO / 1996



**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

Silva, Angelo José da

Si38c

A crítica operária à revolução de 1930: comunistas e trotskistas / Angelo José da Silva . - - Campinas, SP: [s.n.], 1996.

Orientador: Armando Boito Jr.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Trotsky, Leão, 1879 - 1940. 2. Comunismo - Brasil - História. 3. Partido Comunista do Brasil - História. 4. Movimento operário - Brasil. 5. Brasil - História - Revolução, 1930. I. Boito Júnior, Armando. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

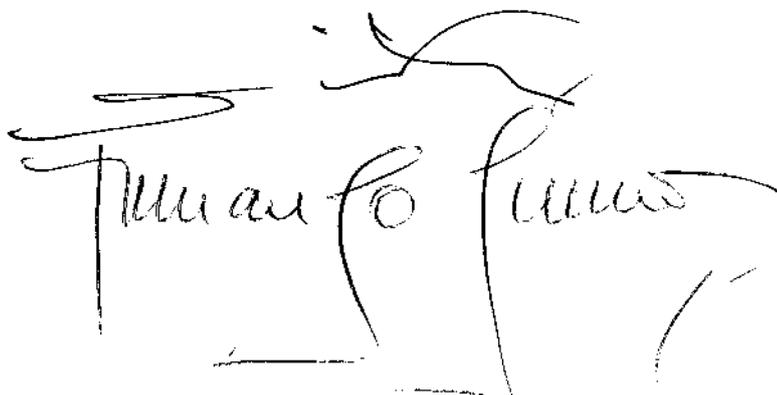
Este exemplar corresponde à redação
final da dissertação defendida e
aprovada pela Comissão Julgadora em
16/12/96.

Banca:

Prof. Dr. Cláudio H. de M. Batalha

Prof. Dr. Caio Navarro de Toledo

Prof. Dr. Armando Boito Jr.



Dedico este trabalho a
Ida e Olimpio, meus pais.
Para Felipe,
meu filho.

Agradecimentos

É difícil recordar de todas as pessoas que me auxiliaram no desenvolvimento e conclusão desta dissertação. Espero não cometer nenhuma injustiça...

A primeira pessoa que, com suas palavras sobre o trotskismo e a Revolução de 1930, despertou-me o interesse sobre o tema foi Markus Sokol. A ele esta lembrança.

Ao Prof. Décio Saes, quem pacientemente orientou meus primeiros esforços, quero deixar registrada minha dívida intelectual.

Meu orientador, Armando Boito, que aguardou pacientemente a conclusão deste trabalho, com suas críticas pode reorientá-lo em muitas oportunidades e com seu incentivo possibilitou que chegasse ao seu final, merece uma menção especial.

Pelas sugestões e críticas realizadas na qualificação, agradeço aos professores Cláudio Batalha e Caio Navarro.

Sinto-me na obrigação, também, de agradecer às agências financiadoras, CAPES e CNPq.

Os professores e funcionários do Departamento de Ciências Sociais da UFPr, cada um a seu modo, apoiaram meu trabalho para concluir esta dissertação. Sou grato a eles.

À Márcia, mãe do Felipe, um agradecimento pelo apoio e compreensão nos primeiros anos deste trabalho.

Deixo um agradecimento carinhoso a alguns amigos pelo indispensável apoio afetivo e efetivo: Ric, Lúcia, Hiran, Paulo, Magnus e Ana, Íria, Tarcisa, Ricardo, Renato, Adriano, Paulinho, Pedro, Sérgio e Marce, Márnio, Cíntia, Katia (minha irmã e grande amiga).

À Ana Luisa, minha companheira em todas as dificuldades e conquistas, que ajudou-me com seu apoio, com sua leitura e comentários sobre parte significativa deste texto, um agradecimento especial.

Sumário

Agradecimentos	05
Resumo	07
Introdução	08
Capítulo 1 - A Revolução de 1930 e seus antecedentes	10
1.1 Discutindo a revolução	23
1.2 As frações de classe e a fração hegemônica	28
1.3 O Tenentismo	33
1.4 A participação popular na Revolução de 1930	35
Capítulo 2 - O Partido Comunista: origens e principais análises sobre a Revolução de 1930	49
2.1 Uma breve história das origens do PCB	50
2.2 “Agrarismo e industrialismo”	73
2.3 O Partido Comunista do Brasil e a Revolução de 1930	88
Capítulo 3 - O trotskismo no Brasil: suas origens, principais figuras e a Revolução de 1930	112
3.1 As origens do trotskismo brasileiro	116
3.2 O surgimento do Grupo Comunista Lênin	126
3.3 Análise dos principais documentos do trotskismo brasileiro sobre a Revolução de 1930	131
Conclusão	158
Summary	160
Referências bibliográficas e fontes utilizadas	161

Resumo

Realizei neste trabalho a sistematização e análise das grandes linhas de interpretação elaboradas pelos Comunistas e Trotskistas sobre a Revolução de 1930. No primeiro capítulo fiz um comentário sobre as principais teses acadêmicas relacionadas à esta Revolução e seus antecedentes. No segundo capítulo tratei das origens do Partido Comunista do Brasil e de suas principais teses sobre aquela conjuntura. No terceiro capítulo situei o surgimento do trotskismo brasileiro a partir do debate internacional envolvendo Trotski e Stalin e da decisiva ação política de Mario Pedrosa como principal articulador dessa fração política do PCB. Ainda neste capítulo, analisei os principais documentos dessa corrente relativos ao evento revolucionário de 1930.

Introdução

Desenvolvi este trabalho tendo como principal objetivo reunir e comentar as principais análises realizadas pelo Partido Comunista do Brasil e sua fração trotskista sobre a conjuntura do final dos anos 20 e, principalmente, em relação à Revolução de 1930.

Nos primeiros passos dados no sentido de concretizá-lo, ainda em 1984, como projeto de Iniciação Científica, pretendia abarcar também as organizações anarquistas. Em 1987, com meu ingresso no Mestrado em Ciência Política, o projeto de Iniciação transformou-se em projeto de Dissertação, àquela época ainda chamada de Tese de Mestrado. Em função da importância política dos comunistas e trotskistas e da densidade teórica de suas análises, optei por limitar meu recorte apenas a estes dois agrupamentos da esquerda brasileira.

Posso, finalmente, considerar este trabalho concluído. O resultado obtido pode ser descrito como se segue.

Realizei no primeiro capítulo um balanço bibliográfico sobre a Revolução de 1930, destacando, dentre outros, alguns aspectos como o tenentismo, as classes e frações dominantes, a presença popular na Revolução, tema este, aliás, muitas vezes mencionado e poucas vezes analisado.

Pude constatar, com o desenvolvimento do trabalho, que várias teses acadêmicas sobre este período herdaram uma série de avaliações originalmente elaboradas pelas correntes de esquerda por mim enfocadas. Tratei de destacar este aspecto, não só no primeiro capítulo, como nos demais.

No segundo e no terceiro capítulos busquei apresentar uma reconstituição das origens, respectivamente, dos comunistas e trotskistas brasileiros. Além disto, fundamentalmente, *reuni e comentei* os principais documentos destas correntes, relativos à caracterização dos antecedentes e da própria Revolução de 1930. Para atingir estes objetivos acabei por reproduzir extensas passagens dos referidos documentos. Procedi desta maneira para resgatar não só o conteúdo das análises mas também seus mecanismos formais de elaboração textual. Creio ter conseguido, com este procedimento, apresentar para o leitor desde a ironia de

alguns textos até a forma pela qual comunistas e trotskistas apropriaram-se do marxismo para suas elaborações teóricas sobre o Brasil e suas análises de conjuntura.

Na conclusão desta Dissertação retomei algumas de suas principais idéias para enfatizá-las e desenvolver alguns aspectos que se mostraram mais significativos.

Capítulo 1

A Revolução de 1930 e seus antecedentes

[...] não se pode honestamente satisfazer aos grandes sem injúria para os outros, mas o povo pode ser satisfeito. Porque o objetivo do povo é mais honesto do que o dos poderosos; estes querem oprimir e aquele não ser oprimido. Contra a hostilidade do povo o príncipe não se pode assegurar nunca, porque são muitos; com relação aos grandes, é possível porque são poucos.

(MAQUIAVEL, 1979:39-40)

Em função da importância da Revolução de 1930 para a História do país e do esforço analítico desenvolvido no sentido de melhor compreender os acontecimentos ocorridos naquele período a bibliografia existente sobre o tema é muito ampla. Assim, torna-se necessário traçar um pequeno balanço sobre os trabalhos produzidos sobre essa questão para, então, desenvolver o assunto central deste capítulo. Não tenho a pretensão de fazer um levantamento exaustivo dessa bibliografia mas sim apontar aquilo que é considerado pelo meio acadêmico como sendo o mais significativo.

Pretendo referenciar a produção acadêmica sobre a Revolução de 1930 em função dos eixos de análise que a orienta. Neste sentido pode-se afirmar que as principais correntes analíticas constituíram-se apoiadas nas teses elaboradas originalmente pela esquerda brasileira durante o segundo lustro da década de 1920 e início dos anos 30, principalmente pelo Partido Comunista do Brasil e por sua dissidência trotskista. Procurei, portanto, apontar nesses trabalhos a influência mais marcante, comunista ou trotskista.

A obra analítica que influenciou as teses do PCB na década de 1920 foi, mais especificamente, o trabalho de Octavio Brandão,¹ fundador e dirigente

¹ Reproduzo a seguir uma pequena biografia de Octavio Brandão:

daquele partido, *Agrarismo e industrialismo*. A tese central deste trabalho é a afirmação de que a sociedade brasileira naquele período estava cindida por uma contradição entre os setores agrários e os setores urbanos, sendo os primeiros conservadores e os últimos progressistas. Este livro serviu como um dos pilares da estratégia do Partido Comunista até a revolução de 1930.

Além desta oposição entre o setor agrário - burguesia cafeeira - e o setor urbano - burguesia industrial, classes médias e operariado - esta tese apresenta a oposição entre os interesses dos imperialismos inglês e norte-americano, sendo que o primeiro encontrava-se ligado aos interesses mais reacionários da burguesia cafeeira, enquanto que o segundo ligava-se aos interesses da burguesia industrial.

Dentro da perspectiva da revolução Democrático-Burguesa, tratava-se, para o Partido Comunista, de concretizar uma aliança com os setores mais progressistas no sentido de realizar as tarefas democráticas da revolução burguesa para, finalmente, colocar na ordem do dia a revolução proletária.²

Em relação à produção analítica dos trotskistas, alguns textos significativos, como *Aos trabalhadores do Brasil, Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil*, dentre outros, abordaram a revolução de 1930 procurando caracterizá-la como uma cisão intra-oligárquica, não trabalhando com as categorias analíticas elaboradas por Brandão.³

Uma série de teses sobre a conjuntura brasileira da Primeira República em geral e da Revolução de 1930 em particular, formuladas originalmente pela esquerda brasileira, é utilizada em vários trabalhos acadêmicos. Ou seja, estes

"Octavio Brandão Rego (1896-1980). Farmacêutico. Após passar pelo anarquismo, adere ao PCB nos primórdios de sua fundação, em 1922. Torna-se, durante a década de 20, um dos seus principais ideólogos e dirigentes. Em 1928 é eleito, ao lado de Minervino de Oliveira, pela legenda do BOC [...] vereador (intendente) do Rio de Janeiro. Escreveu, em 1926, **Agrarismo e Industrialismo**, publicado sob o pseudônimo de Fritz Mayer, que se constituiu em obra fundamental do PCB na segunda metade dos anos 20. Com a linha 'obreirista' [...] é destituído de suas funções dirigentes, 'autocritica-se' e passa a desempenhar tarefas de menor importância dentro do partido. Preso em junho de 1931, é deportado. Permaneceu na URSS até 1946. Retorna ao Brasil e é reintegrado no Comitê Central do PCB. Por ocasião das discussões resultantes do XX Congresso do PCUS, é afastado por suas críticas ao partido" (ABRAMO e KAREPOVS (orgs.), 1987:84).

² Informo ao leitor que o trabalho de Octavio Brandão mencionado acima será analisado detidamente no capítulo seguinte.

³ No terceiro capítulo deste trabalho os principais textos produzidos pela corrente trotskista serão analisados com mais detalhe.

textos herdaram de maneira inequívoca um conjunto de análises sobre o período em Questão, de Celso Furtado a Edgar De Decca - apoiados nas teses do PCB -, passando por Boris Fausto - apoiado nas teses trotskistas. Tratarei de maneira mais clara e precisa das semelhanças inicialmente apontadas quando estiver analisando os autores em Questão ou os textos da esquerda, o que ocorrerá ao longo deste trabalho.

É comum encontrarmos trabalhos que fazem a crítica de algumas teses acadêmicas, sem no entanto identificar essa filiação à esquerda, principalmente ao PCB.

Boris Fausto estabelece uma ligação mais ou menos genérica entre essa mesma esquerda e aquilo que ele chama de visão dualista da sociedade brasileira. No entanto, deixa de identificar claramente este dualismo, um dos objetos centrais de sua crítica, com as posições políticas presentes nas formulações do Partido Comunista do Brasil nos anos de 1920 e 1930 (FAUSTO, 1983).⁴

De qualquer maneira, considero importante identificar claramente a existência desta herança por parte da academia em relação às avaliações da conjuntura política da década de 1920 e dos primeiros anos da década seguinte realizada originalmente pelo Partido Comunista do Brasil e por sua oposição trotskista. Não me interessa demonstrar que houve uma espécie de usurpação dessas teses, porque nem acredito ser este o caso, apenas que a estrutura analítica, por coincidência ou não, é, no mínimo, semelhante. O que considero mais significativo neste tipo de constatação é o fato de poder demonstrar a existência dessa herança intelectual e com isto resgatar a memória política daqueles militantes da esquerda brasileira, destacando a sua contribuição para uma melhor compreensão de nossa realidade.

⁴ Boris Fausto faz a crítica a vários autores que utilizam de maneira mais ampla ou mais restrita as teses pecebistas: Celso Furtado, Nelson Werneck Sodré, Hélio Jaguaribe e outros. V. FAUSTO, 1983, p. 12 e ss.

Este autor afirma, também, que a tese por ele criticada - a visão dualista - ganhou força a partir do final da década de 1950, "com o encontro das águas entre a ideologia predominante na esquerda e as formulações do movimento nacionalista" FAUSTO, 1983, p. 17. Procura detectar as várias nuances deste tipo de análise, mas deixa de, como já apontei acima, ligá-las à origem pecebista. E, mais significativo do que isto, deixa de apontar que as suas próprias análises possuem a mesma estrutura daquela realizada pelos trotskistas sobre a Revolução de 1930, no calor da hora.

Apontarei, a seguir, a título de exemplo, o trabalho de Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil*, onde a tese de Octavio Brandão e do Partido Comunista, referente à oposição entre o urbano e o rural deixou algumas marcas relativamente claras.

Nessa obra, Furtado afirma que

o movimento revolucionário de 1930 - ponto culminante de uma série de levantes militares abortivos iniciados em 1922 - tem sua base nas populações urbanas, particularmente a burocracia militar e civil e os grupos industriais, e constitui uma reação contra o excessivo predomínio dos grupos cafeeiros - de seus aliados da finança internacional, comprometidos na política de valorização - sobre o governo federal. Contudo, em face da reação armada de 1932, o governo provisório tomou, a partir de 1933, uma série de medidas destinadas a ajudar financeiramente os produtores de café inclusive uma redução de cinquenta por cento nas dívidas bancárias destes últimos (FURTADO, 1972:201).

Para Furtado, como mostra a passagem acima, a Revolução de 1930 representou a continuidade das revoltas tenentistas da década de 20 e esteve apoiada na população urbana, setor mais progressista da sociedade brasileira. A burguesia cafeeira, aliada do imperialismo inglês, foi alijada do controle sobre o governo federal, voltando a ter alguns dos seus interesses atendidos somente após a reação de 1932, a assim chamada Revolução Constitucionalista. Ou, mais especificamente, a base social da revolução é composta pelas populações urbanas que se movimentam contra o domínio político e econômico exercido pelos representantes das classes ligadas ao campo, à produção agrícola (café, principalmente), influenciadas pelo capitalismo internacional. Como componentes dessas populações urbanas estariam as classes médias e os "grupos industriais", ou o que se poderia denominar burguesia industrial. E, como membros da classe ligada ao campo, estaria uma oligarquia latifundiária, exportadora (de café), ligada ao mercado internacional. Celso Furtado faz uma análise onde vemos a sociedade brasileira dividida em dois blocos. O primeiro, mais atrasado e reacionário (oligarquia rural), e o segundo, mais avançado e progressista (burguesia industrial, classes médias urbanas e trabalhadores).

Em outra passagem, também significativa, observa-se uma fundamentação muito próxima da apontada acima:

O conflito estrutural entre a classe oligárquica, que pretendia conservar o monopólio do poder, e os grupos médios urbanos que aí desejavam chegar, marcará a vida política do país durante o período que vai de 1890 a 1930: de um lado, a aliança dos grupos *semifeudais*, controlando as regiões mais atrasadas, com a nova classe agrícola e exportadora que manipula o governo em proveito próprio; de outro, *as classes médias urbanas*, em rápida expansão, imbuídas de idéias liberais, *buscando formas de vida moderna* (*apud* FAUSTO, 1983:11, grifos meus).

Esta forma de se tratar este período da história brasileira deitou raízes na academia em função da penetração das idéias do PCB através dos intelectuais simpatizantes ou membros do partido que ocupavam os espaços de elaboração teórica. Neste sentido as teses que se opõem a este modelo, dentre outras coisas, têm o significado de reação a este predomínio das análises comunistas. Parece-me correto afirmar, também, que outro aspecto responsável pela passagem das análises da esquerda para o interior da academia deve-se ao fato de que estas elaborações teóricas possuem uma capacidade explicativa importante e inegável.

Outra vertente da esquerda brasileira, o trotskismo, também "fará escola" no meio acadêmico nacional. Realizando uma análise significativamente diferenciada daquela do Partido Comunista do Brasil, os trotskistas vão centrar seu eixo analítico nas contradições existentes entre as frações das classes dominantes e no colapso do desenvolvimento das forças produtivas, limitadas pela forma que o Estado brasileiro possuía até então, pouco centralizado para capitanear o processo de industrialização. Boris Fausto, por seu turno, trabalha com algumas das teses mais importantes elaboradas pelo trotskismo brasileiro. Em função disto pode ser apontado como um dos principais exemplos daquela corrente de análise sobre a Revolução de 1930 que se opõe ao modelo "pecebista".⁵

A partir do que foi dito acima, pode-se confrontar ao modelo explicativo inicialmente elaborado pelo PCB aquele apresentado por Boris Fausto (FAUSTO,

⁵ Quero apontar ainda que nos demais autores com os quais estarei trabalhando mais adiante é possível, também, identificar alguns elementos das elaborações analíticas presentes nos textos da esquerda. Não farei, contudo, uma exaustiva indicação de cada uma dessas referências porque este não é o objetivo central de meu trabalho. De qualquer maneira, o leitor atento poderá perceber com facilidade as estruturas de análise semelhantes que estão presentes ao longo desta dissertação.

1983), onde as oposições entre setor agrário e urbano, entre imperialismo inglês e norte-americano não constituem formas eficientes para se analisar os eventos ocorridos em 1930.

Para este autor a chave do conflito não está na oposição entre burguesia cafeeira e industrial mas sim nos conflitos existentes entre as oligarquias dominantes. Para Fausto, existe um conjunto de interesses comuns por parte da burguesia cafeeira e da burguesia industrial. Trata-se, portanto, de uma substituição dos agentes políticos, até então os representantes dos interesses dominantes, no comando do aparelho de Estado. A Revolução de 1930 significou, portanto, o fim da hegemonia da burguesia do café, mais especificamente a burguesia paulista organizada no Partido Republicano, o PRP.

Em virtude da fraqueza política do bloco vencedor do movimento levado a cabo pela Aliança Liberal, houve a necessidade de se constituir um novo bloco hegemônico, bastante instável em função das diferenças entre as forças que o compunham - tenentes, oligarquia gaúcha, etc. - e da manutenção de um poder significativo dos grupos recém apeados do aparelho de Estado. O café continuava representando o papel mais importante, do ponto de vista econômico, para o país. Neste sentido houve uma substituição dos agentes no comando do aparelho de Estado, não havendo, porém, a possibilidade de se estruturar um novo bloco dominante sem contar com a presença, embora decadente, dos antigos "donos do poder".

Esta situação de instabilidade política conduziu àquilo que se convencionou denominar "estado de compromisso". A situação de instabilidade predominante fez com que as várias forças componentes do bloco vitorioso mantivessem um equilíbrio instável na condução da política levada a cabo pelo Estado brasileiro.

Esta instabilidade caracterizava-se, também, por uma fraqueza muito grande das bases de apoio para a execução das políticas governamentais pretendidas. Neste sentido a necessidade de constituição de uma base social de apoio mais ampla para o novo bloco dominante, de forma a legitimar suas ações políticas, torna-se uma necessidade. Esta base será formada pela "construção" de uma classe operária a partir da acentuação do processo de industrialização subordinada e dirigida pelo Estado. O processo de subordinação desta classe dar-se-á pela cooptação e pela repressão. O "populismo" tem suas origens nesse período.

Além destes autores mencionados acima, cuja gênese teórica e principais argumentos procurei apontar, outros ainda vão se debruçar sobre o tema da Revolução de 1930.

No artigo de José Meireles, "Notes sur le rôle de l'État dans le développement du capitalisme au Brésil", pode-se verificar uma discussão sobre o processo pelo qual a crise de 1930 desenrolou-se.

[...] a crise do sistema de dominação oligárquica - junto à fraqueza dos setores industriais e operários emergentes - não deu lugar à transferência da hegemonia política de uma classe ou de uma fração de classe para uma outra.

Houve a composição de um "[...] *bloco político responsável da revolução de 1930 - uma aliança das oligarquias marginalizadas com as classes médias mobilizadas em torno do 'tenentismo'* [...]", que conseguem estabelecer um "[...] *equilíbrio dentro da fraqueza* [...]" e assumir as rédeas do aparelho de Estado (MEIRELES, 1974:99, tradução e grifos meus).

Como se pode verificar, o autor afirma que a Revolução de 1930 é levada a cabo pelas classes médias e pelo setor da oligarquia que se encontrava marginalizado do centro do poder. À classe operária coube o papel de espectadora ou de participante passiva do processo.

Outro aspecto a ser salientado é a conclusão do autor no sentido de que a burguesia industrial nascente e sem força política suficiente para dirigir o processo é quem se beneficia com o desenlace deste movimento. Pode se afirmar, portanto, que este autor define a ascensão desta fração de classe a partir da política levada a cabo pelo Estado, ou em outras palavras, a burguesia industrial ascende ao poder a partir de cima, pela via do Estado.

O trabalho de Décio Saes, *Classe média e sistema político no Brasil*, apresenta uma análise do período bastante esclarecedora. Destaca-se na interpretação o fato de que a crise da dominação oligárquica se dá em função do esgotamento do modelo de desenvolvimento agrário-exportador levado a cabo, até então, pelas oligarquias dominantes. Neste sentido, a constituição da Aliança Liberal aparece como uma tentativa das oligarquias dissidentes, gaúcha e mineira fundamentalmente, no sentido de alterar a composição do bloco hegemônico, sem fugir do quadro do liberalismo oligárquico. Fundamentalmente, este quadro era demarcado, do ponto de vista político, pela exclusão dos setores majoritários da

população, na cidade e no campo, do direito à cidadania e, do ponto de vista econômico, pela "socialização das perdas" com a política de valorização do café e a manutenção do Brasil no campo dos países com "vocação agrícola", o que barrava o caminho para a industrializa o brasileira. O autor considera, no entanto, que a campanha da Aliança Liberal e a Revolu o de 1930 são fen menos distintos no tocante   composi o da dire o do movimento e aos objetivos perseguidos.

Não obstante o clima entusiasta que envolveu todos os movimentos de regenera o democrática da Primeira República, não podemos nos esquecer da mod estia de seus propósitos políticos: estes se inserem basicamente no contexto da luta das oligarquias dissidentes pela hegemonia política no seio da classe dominante agrária. Elas souberam utilizar o entusiasmo liberal de parte das camadas médias tradicionais em proveito do ataque contra o bloco oligárquico hegemônico. O aspecto puramente interno do conflito   posto em evidência pelos modos de manifesta o e de resolu o das dissensões: primeiro o jogo institucional e o processo eleitoral, em seguida a reconcilia o e a reintegra o. [...] Esta observa o mostra-se útil, sobretudo ao abordar-se o mais importante e último movimento de oposi o oligárquica da Primeira República, a Aliança Liberal de 1930. Mais exatamente, ela nos permite estabelecer uma distin o entre a luta da Aliança Liberal e a Revolu o de 1930 (SAES, 1985:57-8).

A heterogeneidade política em rela o ao movimento de outubro de 30, no tocante aos setores que o dirigiram, foi marcante. Se, após as elei es de março de 1930, com a derrota da Aliança Liberal, tudo estava se encaminhando para a concilia o e o rearranjo entre as forças de oposi o e de situa o, como habitualmente acontecia, um elemento decisivo muda totalmente os rumos políticos que estavam se delineando: *a a o dos tenentes*.

Esta a o conseguiu atrair a oposi o oligárquica que, temendo os rumos que o movimento poderia tomar, aliou-se a ele. Expressou, também, os anseios das baixas camadas médias no sentido da destrui o da domina o oligárquica vigente.

Nessa linha de raciocínio pode-se afirmar que a presença dos tenentes colocou para a Revolu o de 1930 um eixo político ausente nas propostas das outras forças envolvidas na Revolu o. Este direcionamento proporcionado pelos

tenentes impulsionou o movimento no sentido da ruptura do antigo pacto das saídas negociadas.

Considerando-se este setor das Forças Armadas como uma espécie de representante das baixas camadas médias, conforme afirma Décio Saes, pode-se dizer que, neste sentido e apenas neste, a Revolução de 1930 foi uma revolução da classe média.

A participação do tenentismo nacionalista deu, portanto, à revolução de trinta, um alvo político que as outras forças da coalizão revolucionária - as oligarquias dissidentes, os oficiais superiores das forças armadas - seriam incapazes de propor. Assim, pode-se considerar a revolução de trinta, em certa medida, como uma "revolução da classe média"; se os tenentes propuseram uma finalidade revolucionária ao movimento político-militar de 1930 é porque eles souberam interpretar as aspirações das baixas camadas médias, ao mesmo tempo em que as exprimiam a um nível político-institucional (SAES, 1985:82).

No tocante à participação popular podemos observar na análise de Saes que ela existe através das baixas camadas médias, fundamentalmente, e que, por não possuir uma representação própria, independente e autônoma, este setor acaba identificando no tenentismo o seu canal de representação política.

Quanto à classe operária, o autor afirma que esta não participou da mobilização eleitoral, tendo em vista que uma das principais organizações políticas desta classe, o Partido Comunista, estava completamente à margem do processo em função da análise realizada sobre o momento político em questão. Para o PCB, a luta eleitoral em curso em 1930 nada mais era do que a expressão dos conflitos entre as frações dominantes e seus aliados, os imperialismos inglês e norte-americano. A partir desta concepção não havia espaço político a ser ocupado pelo partido e pela classe que este pretendia representar (SAES, 1985:81). Vale ressaltar que Décio Saes superestima a relação de representação existente entre o PCB e a massa operária. Não necessariamente a ausência do Partido na cena política implica na ausência da classe que ele pretende representar ou de fato representa.

Em outubro de 30, a posição política da classe operária não havia sofrido grandes modificações em função de que seus anseios, expressos pelo anarco-sindicalismo e pelo leninismo, eram diferenciados das expectativas das baixas

camadas médias. Para a classe operária, o consumo de bens ocupava um lugar secundário em relação à luta por transformações radicais no Estado - sua destruição ou a instalação da ditadura do proletariado. Em função disto, apenas as baixas camadas médias identificavam-se com a política centralizadora do Estado, uma das principais propostas do tenentismo nacionalista, enquanto que a classe operária colocava-se à margem do processo.⁶

O Estado brasileiro, em função do movimento político-militar de outubro de 30, sofre profundas transformações. Em relação à composição do bloco no poder passou a haver uma coalizão entre as forças do tenentismo, a oligarquia e a burguesia industrial. Cada um dos componentes do bloco dominante funcionava como uma espécie de limite para a ação dos demais, o que fez surgir o já mencionado "estado de compromisso" (expressão cunhada por Francisco Weffort) entre as forças em presença, o que possibilitou, dentro de um equilíbrio instável, a manutenção e consolidação da nova forma de Estado saída da revolução de 1930.

Outro aspecto decisivo é a diminuição do peso da federação à proporção que o poder central é fortalecido, isto é, o aparelho de Estado passa por um processo de centralização política e administrativa. Este tipo de mudança da estrutura do Estado possibilita o processo de industrialização, abrindo o caminho para que a burguesia industrial possa se constituir em classe dominante.

Pode-se observar que estas análises de Décio Saes, relativas à industrialização "pelo alto", coincidem com aquelas realizadas por Meireles.

Simultaneamente ao processo apontado acima, desenvolve-se a necessidade de uma base social de apoio que apontará para os detentores do poder a população urbana como única via para constituição desta mesma base, uma vez que a população habitante da zona rural mantinha-se sob o controle dos Coronéis. Conforme já havia apontado anteriormente, a classe operária irá se constituir, em grande medida, nesta forma de apoio. Neste sentido, a industrialização impõe-se como uma necessidade política, pois, em última instância, possibilitaria o crescimento populacional das cidades. Esta meta política exigia, contudo, uma espécie de complemento: manter sob controle a

⁶ Discuto mais detidamente a participação popular na parte final deste capítulo. Adianto que esta afirmação, presente no texto de Décio Saes, deve ser, no mínimo, relativizada.

classe operária, as baixas camadas médias, enfim, os assim chamados setores subalternos.

Uma vez que a constituição da burguesia industrial enquanto fração hegemônica dava-se a partir do Estado pós-30, o controle da classe operária também teria que passar por este mesmo Estado. Isto era necessário, uma vez que a "nova" classe dominante poderia não resistir às batalhas no campo aberto das lutas de classes. Desta forma, a integração e a manipulação das "massas urbanas" passa a ser a tônica da política Estatal em relação às classes subalternas.

Uma observação a ser feita sobre esta estrutura de análise, tanto aquela realizada por Boris Fausto, quanto as de Décio Saes e José Meireles é o fato de que são muito próximas das análises realizadas pelos trotskistas sobre a Revolução de 1930. Tanto no que concerne à substituição das oligarquias no poder, quanto na centralização e fortalecimento do aparelho de Estado, as conclusões são praticamente as mesmas. Além disto, a discussão do processo de industrialização a partir da ação do Estado também é realizada pelos trotskistas. De qualquer maneira, apenas destaco aqui a identidade das análises. Este tema será desenvolvido com maior profundidade mais adiante, quando do estudo dos documentos elaborados pelo trotskismo.

Como contraponto a este tipo de abordagem até aqui apresentada pode-se destacar o trabalho de Edgar De Decca (DE DECCA, 1986), que ganhou importância no meio acadêmico nos últimos anos e que apresenta uma interpretação, em alguns momentos, pouco ortodoxa da Revolução de 1930.

No livro *O Silêncio dos Vencidos*, De Decca pretende inaugurar uma nova forma, no Brasil, de se fazer a Historiografia, a partir da corrente francesa conhecida como "Nova História", e toma como objeto a Revolução de 1930. Uma das idéias fundamentais desse trabalho é a tentativa do autor de demonstrar que aquela Revolução nada mais foi do que uma construção dos vencedores, de uma disputa entre as oligarquias. Partindo do fato de que os vencedores sempre destroem a memória dos vencidos, De Decca se propõe a restabelecer a memória histórica dos derrotados, no caso, a classe operária e, ainda mais especificamente, o Partido Comunista, apresentando a tese de que havia várias propostas revolucionárias, não em 1930 mas em 1928, como, por exemplo, as do Bloco Operário e Camponês, o BOC, organizado pelo PCB.

No período de 1928 existiam em São Paulo pelo menos três propostas de revolução vindas de agrupamentos políticos

diferentes: o Partido Democrático, os "tenentes" e o Bloco Operário e Camponês (DE DECCA, 1986:81).

Estas propostas foram todas derrotadas e jogadas no esquecimento. No lugar delas, a "Revolução de 1930" preenche todo o espaço da memória histórica.

O mérito deste trabalho consiste, portanto, no fato de buscar um novo ponto de vista, uma nova abordagem para a Revolução de 1930. Este esforço, no entanto, não atinge plenamente seus objetivos, à medida que, conforme já apontei anteriormente, De Decca acaba por expressar, de um ponto de vista geral, a antiga posição do PCB - acertada ou não - de que aquela Revolução foi, na verdade, uma contra-revolução.⁷ E, dentre outras coisas, era uma insinuada crítica ao PCB um dos pontos levantados por este autor.

Pela importância que adquiriu o trabalho de Edgar De Decca considero relevante destacar, criticamente, alguns aspectos que considero mais significativos.

Utilizo, a seguir, o artigo de Boris Fausto, "Estado, classe trabalhadora e burguesia industrial (1920-1945)" (FAUSTO, 1988), para estabelecer um rápido diálogo com *O silêncio dos vencidos*. Meu objetivo, com isso, é expor as idéias centrais deste livro, realizando simultaneamente, a sua crítica.

Uma primeira afirmação significativa apontada por De Decca é o fato de que em 1928, pelo menos na cidade de São Paulo, havia um acirramento da luta de classes em que dois pólos opostos se confrontavam: a burguesia e o proletariado. Cabia à classe operária a tarefa de levar adiante a revolução democrático-burguesa. Além deste aspecto surge na análise desse autor, um

⁷ Esta idéia de contra-revolução pode ser uma forma de se resumir em duas palavras a concepção presente n'*O silêncio dos vencidos*. Utilizando-se de outras palavras, Astrojildo Pereira, fundador e um dos principais dirigentes do PCB, chegou a mesma conclusão em seu texto *Campo de Batalha*, elaborado entre novembro de 1933 e maio de 1934. Lá, ele afirma: "Sozinho em campo contra todos os demagogos e mistificadores, o PC denunciou, desde o início da campanha da Aliança Liberal, a mentira das promessas fáceis que esta última alardeava, dissimuladamente, para melhor poder enganar as massas. Desde a primeira hora afirmou o PC que o movimento aliancista visava essencialmente preparar o golpe reacionário contra a revolução das massas operárias e camponesas, que germinava e se desenvolvia no bojo mesmo da crise econômica. A famosa palavra de ordem, lançada pelo Sr. Antônio Carlos nos primórdios do movimento - 'façamos a revolução antes que o povo a faça' - significava, na realidade, o seguinte: 'façamos a contra-revolução antes que as massas façam a revolução'. E foi efetivamente o que se fez: contra-revolução preventiva, golpe reacionário contra as massas operárias e camponesas, terror fascista contra o proletariado revolucionário e sua vanguarda comunista". Apud PEREIRA, 1980, p. 11.

partido de trabalhadores: o BOC. Segundo De Decca, a frente eleitoral organizada pelo PCB constituía-se em um partido dos trabalhadores ou, mais precisamente, partido eleitoral da classe trabalhadora.

De Decca não considera o fato de que este bloco foi organizado pelo Partido Comunista e por ele mesmo desarticulado em função das avaliações oriundas da III Internacional afirmando que o partido havia capitulado à política pequeno-burguesa levada adiante por este Bloco, situação esta que levou à desmoralização o próprio partido, com o início das autocríticas que viriam a se tornar uma constante a partir desta época.

Outro aspecto não discutido por De Decca é o fato de que o Bloco Operário e Camponês foi inspirado no partido nacionalista burguês criado na China em meados da década de 1920, o Kuomintang.⁸

Segundo Boris Fausto, a análise de De Decca apresenta um problema fulcral que

consiste em praticamente não levar em conta a história social do país, o que equivale a dar as costas a determinações objetivas como a natureza do Estado, o peso dos diferentes grupos e classes, a inserção da classe trabalhadora na estrutura social e, sobretudo, a forma de constituição da sociedade capitalista (FAUSTO, 1990:17).

Este tipo de equívoco, ainda segundo Fausto, conduz a análise presente n' *O silêncio dos vencidos* a buscar em vão conflitos que colocariam as classes antagônicas no capitalismo, a burguesia e o proletariado, em oposição radical. Esta polarização seria a chave para a compreensão da realidade brasileira no período em questão.

Conforme já apontei anteriormente, os conflitos entre a burguesia e o proletariado, neste período da história brasileira, não se constituem na principal contradição que coloca a sociedade em marcha. Uma série de outros elementos devem ser considerados. Dentre eles, as oposições existentes entre as oligarquias,

⁸ Tratarei com mais detalhes do tema *Kuomintang* no capítulo relativo ao trotskismo. Contudo, quero destacar um aspecto neste momento. É o fato de que, no caso chinês, pelo menos, a participação comunista neste tipo de partido foi desastrosa, principalmente se lembrarmos o massacre dos milhares de operários em Xangai em 1927, sob as ordens de Chiang Kai-chek, o líder do *Kuomintang*.

o papel desempenhado pelos tenentes e a própria insignificância política da classe operária, num sentido mais restrito.

A conclusão deste percurso é o fato de que De Decca acaba por se tornar prisioneiro das teorias que ele havia criticado anteriormente. Apoiando-me, mais uma vez em Boris Fausto, afirmo que De Decca "se move no âmbito do mesmo quadro de referência das versões leninistas da revolução burguesa por ele fortemente criticadas" (FAUSTO, 1990:17) e não consegue apreender o real movimento que se desenvolvia no Brasil naquele momento.

Outro ponto a ser mencionado diz respeito ao próprio título do trabalho de De Decca. A classe operária foi sim derrotada junto com seus partidos e organizações, mas não em 1928. A derrota da classe operária deu-se ao longo da década de trinta, ou pelo menos até 1937 com a instalação do Estado Novo. Nos confrontos existentes em 1928 a classe operária não sofreu maiores derrotas. Neste sentido falar em vencidos em 1928 não é falar da classe operária mas sim das oligarquias "destronadas" do aparelho de Estado (FAUSTO, 1988:17).

Acrescento, a título de conclusão desta passagem, que considero pouco eficiente o modelo explicativo desenvolvido por Edgar De Decca, conforme procurei demonstrar, apontando as dificuldades presentes nos pressupostos factuais alinhados pelo autor para estabelecer sua análise. Reitero, contudo, a validade da tentativa que foi suficiente para criar um espaço teórico para novas abordagens da história brasileira.

1.1 Discutindo a revolução

O termo *revolução* pode ser inicialmente definido a partir da substituição das classes no poder. Contudo, não me parece suficiente abordar apenas este aspecto para caracterizar aquele termo. Quando se trata da Revolução de 1930 este tipo de definição é mais limitado ainda, em função de toda a complexa teia de mudanças ocorridas e que veio a gerar uma série de abordagens sobre o tema. Para trabalhar com a Revolução de 1930, portanto, torna-se necessário definir e precisar outros elementos que venham a auxiliar na construção de um conceito mais amplo de revolução.

De início, podemos compreender revolução, em um sentido mais estrito, como sendo a substituição dos membros das classes dominantes ou seus representantes que ocupam postos de direção no interior do aparelho de Estado. Via de regra o uso da violência faz parte desse processo de substituição. O objetivo da revolução é produzir profundas mudanças nas relações existentes naquilo que diz respeito ao ordenamento político-institucional, econômico e social.

Uma revolução distingue-se de uma *revolta* à medida que no segundo caso existem limites mais estreitos para que cesse o movimento. Em outros termos, pode-se afirmar que a *revolta* extingui-se no momento em que suas reivindicações - geralmente de menor alcance e profundidade que as de uma revolução - são atendidas. A revolução, portanto, ao possuir um programa mais extenso e por colocar na pauta de transformações temas estruturais, tende a se prolongar por mais tempo.

Outro tipo de evento que pode ser confundido com revolução é o *golpe de Estado*. Contudo, neste caso, não existe uma preocupação no sentido de grandes transformações político-institucionais. O golpe de Estado visa apenas uma substituição ou mudança no interior do quadro político-institucional. Além disto, a participação da massa é praticamente inexistente (V. BOBBIO *et al.*, 1992:1121-31). A partir destas afirmações, pode-se concluir que não é possível trabalhar com uma definição de revolução num sentido mais restrito para proceder a análise da Revolução de 1930.

Outro aspecto a ser destacado é a caracterização de *situação revolucionária*. A partir daí será possível afirmar se esta situação reproduziu-se ou não no tocante aos eventos ocorridos em 1930, ou ainda, em que medida houve alguma ou algumas dessas situações onde a existência de uma situação revolucionária desenhou-se. Isto porque, como diz Lênin, a revolução não é possível sem uma situação revolucionária. Contudo, nem sempre uma situação revolucionária resulta em revolução.

Continuando a seguir os passos de Lênin, resta saber, antes de mais nada, quais são os principais elementos que caracterizam essa situação. Segundo ele, são três os principais pontos:

[...] 1) impossibilidade para as classes dominantes manterem sua dominação de forma inalterada; crise da "cúpula", crise da política da classe dominante, o que cria uma fissura através da

qual o descontentamento e a indignação das classes oprimidas abrem caminho. Para que a revolução estoure não basta, normalmente, que "a base não queira mais" viver como outrora, mas é necessário ainda que a "cúpula não o possa mais"; 2) agravamento, além do comum, da miséria e da angústia das classes oprimidas; 3) desenvolvimento acentuado, em virtude das razões indicadas acima, da atividade das massas, que se deixam, nos períodos "pacíficos", saquear tranqüilamente, mas que, em períodos agitados, são empurradas tanto pela crise no seu conjunto como pela própria "cúpula", para uma ação histórica independente (LÊNIN, 1979:27-8).

A simultaneidade destes três elementos interagindo na arena da luta de classes caracteriza a situação revolucionária.

A partir destas considerações gerais esboçadas por Lênin, pode-se estabelecer uma tentativa de análise da Revolução ocorrida em 1930. Um primeiro aspecto que se destaca é o fato de haver no período imediatamente anterior à Revolução uma crise econômica mundial que abalou os alicerces do capitalismo. No final do ano de 1929 a crise que estoura com a quebra da Bolsa de Nova Iorque irá golpear a economia brasileira com vigor. No interior deste quadro, as dificuldades já existentes para a manutenção da dominação do setor cafeeiro ampliam-se de maneira insustentável.

A cisão no interior do bloco dominante abre espaço para a entrada em cena de propostas alternativas. Estas propostas possuem uma variação relativamente grande. Duas propostas aparecem em confronto: a primeira delas constitui-se numa saída reformista representada pelo tenentismo; a segunda apresenta-se como uma simples mudança, ou melhor, uma troca nos setores oligarcas dominantes. É possível falar numa terceira proposta apresentada pelo movimento operário, no sentido da revolução social e derrubada do capitalismo. Contudo, a fraqueza desta "terceira via" não justifica a sua inclusão neste momento da discussão. Quando da análise da intervenção do movimento operário organizado poderemos discutir este tipo de alternativa para a transformação da realidade no período em questão.

Pode-se concluir a partir do exposto que não existia no cenário político brasileiro pré-Revolução de 1930 todos os elementos necessários para a eclosão de uma "verdadeira" revolução, ou uma revolução socialista. Um elemento decisivo encontrava-se ausente: o partido revolucionário da classe operária.

Mesmo que todas as condições objetivas estejam dadas, existe uma condição subjetiva, o partido, que é fundamental para o desenlace revolucionário. A antiga ordem existente jamais caiu, em nenhum momento da história, por sua própria conta. É necessário que a classe operária seja capaz "de conduzir ações revolucionárias de massa suficientemente vigorosas para quebrar completamente (ou parcialmente) o antigo governo, que não 'cairá' jamais, mesmo em época de crise, sem 'ser derrubado'" (LÊNIN, 1979:27).

O governo brasileiro capitaneado pelo recém eleito Júlio Prestes caiu. Ou, mais precisamente, foi derrubado pelas oligarquias marginalizadas e pelos tenentes. Pode-se concluir, tendo-se como referência o quadro de análise proposto por Lênin, que as três condições necessárias para a ocorrência de uma revolução não ocorreram simultaneamente. Não se pode, contudo, negar que as transformações geradas por esse movimento político militar não tenham sido significativas. Não se deu uma revolução proletária com mudanças no modo de produção, substituição das classes no poder, etc., mas se a análise sobre a Revolução de 1930 não utilizar um conceito mais flexível do termo revolução corre-se o risco de considerá-la apenas uma substituição no aparelho de Estado realizada entre as frações da classe dominante e com isso repetir-se os erros do Partido Comunista do Brasil, que analisou o período de maneira mecânica, sem ser capaz de apreender os significados mais profundos das transformações em curso.

O conceito de revolução que utilizarei para analisar o ocorrido no Brasil a partir de outubro de 1930 terá uma flexibilidade e uma amplitude maiores do que o considerado por Lênin para a definição de revolução que possuía um objetivo bastante claro, a saber, a "necessidade" de destacar a importância do fator "subjetivo" no processo revolucionário: o partido operário revolucionário. Além disto, não se pode negar a eficácia analítica da conceituação elaborada por Lênin, à medida que nos termos em que ele compreendia a revolução, ou melhor, a revolução proletária, a combinação simultânea dos elementos por ele arrolados tem se mostrado necessária para a substituição das classes no poder, destruição do capitalismo, ou seja, uma revolução radical, uma revolução socialista. Aparece, assim, a principal dimensão daquela flexibilidade e amplitude em relação ao conceito de revolução que anotei acima. Não pretendo classificar a Revolução de 1930 como uma revolução socialista, o que me parece por demais óbvio, mas sim como um processo percorrido por contradições e conflitos e que redundou numa transformação radical das relações intra e interclasses, da forma

de atuação do Estado burguês e do modelo de acumulação e intervenção política das frações hegemônicas.

Não me parece ousado demais afirmar que os eventos ocorridos em 30 podem ser considerados como uma etapa do processo da Revolução Burguesa no Brasil, e não uma etapa da Revolução Socialista, ou o prelúdio desta Revolução, onde a classe operária teria "perdido o trem da história". Pela insignificância política desta classe e de seu Partido Comunista não havia como engendrar-se um Outubro de 1917 no Outubro de 1930.

A partir da substituição de um grupo de frações da burguesia por outro, de uma fração voltada para o mercado externo ("burguesia cafeeira") por uma fração voltada para o mercado interno ("burguesias gaúcha e mineira"), conforme procurei demonstrar mais adiante, não se tem uma substituição de classes no poder, mas de frações de classe. Para realizar esta substituição o tenentismo cumpre um papel decisivo, funcionando como uma espécie de partido, talvez o "partido" da classe média e das massas populares, que tiveram um papel decisivo no desenrolar dos acontecimentos ocorridos ao longo do ano de 1930.⁹

Temos, assim, depois da vitória da Aliança Liberal e dos tenentes uma *"estatização das relações sociais"* e, ainda, a *"edificação de um aparelho burocrático-administrativo de intervenção, regulação e controle, que organiza em bases novas o 'interesse geral' e a dominação social"* (DRAIBE, 1985:60-1, grifado no original). Estas transformações, retomando o argumento anterior, são suficientes, para o autor destas linhas, para caracterizar 1930 como uma Revolução, ou mais precisamente, como uma *etapa* da Revolução Burguesa no Brasil, onde o novo tipo de Estado que daí emergiu foi capaz de ampliar uma série de direitos para os setores subalternos (sem esquecermos a cooptação e a repressão às organizações operárias), conduzir um processo de centralização (e burocratização) do aparelho de Estado e implementar um novo "modelo" de desenvolvimento econômico.

Em relação aos condutores desse processo, creio que a idéia de "estado de compromisso" (de Francisco Weffort e Boris Fausto) ajuda a entender que não houve uma única fração de classe capaz de conduzir o processo com exclusividade.

⁹ Tratarei com mais vagar do "tenentismo" e da presença popular na Revolução de 1930 nas páginas seguintes.

1.2 As frações de classe e a fração hegemônica

É importante para este trabalho discutir a correlação de forças no interior da classe dominante. Esta discussão interessa, senão por outros, por um motivo bastante específico, que é o de servir de base à análise da tese comunista sobre a oposição entre os imperialismos inglês e norte-americano, a ser desenvolvida mais adiante. Além disto, farei algumas considerações, ao final deste item, sobre a crise política no interior das classes dominantes, que redundou na Revolução de 1930.

As frações hegemônicas no interior do Estado brasileiro, não são, como se poderia supor, aquelas que compõem a oligarquia cafeeira, mas sim o capital estrangeiro associado ao grande capital cafeeiro. Sintetizando o trabalho de alguns autores sobre o tema, Renato Perissinotto (PERISSINOTTO, 1994), minha principal referência neste momento do trabalho, demonstra que o "controle político" do Estado brasileiro, não estava situado apenas no interior do país, se é que posso utilizar esta expressão, mas também fora dele.

Segundo Perissinotto, o capital estrangeiro "se fez presente em vários setores da economia nacional". O principal resultado deste fato foi a sua capacidade de intervenção na política econômica do Estado brasileiro e a subordinação, em vários momentos, dessa política aos seus interesses (PERISSINOTTO, 1994:167).

Esta predominância da fração vinculada aos interesses financeiros internacionais sobre as demais frações que compunham o bloco no poder pode ser entendida através da análise do funcionamento da economia cafeeira, que era a mais lucrativa, ou ainda, a base que sustentava a economia nacional.

O local, ou melhor, os locais escolhidos para a atuação desse capital foram, basicamente, as casas de comercialização do café e "o financiamento dos esquemas valorizadores", além do déficit público (PERISSINOTTO, 1994:168). No final do século passado, as dez principais casas de exportação foram responsáveis por mais de 70% do total das exportações brasileiras. Dessas, nove eram estrangeiras. Esse predomínio só fez por acentuar-se, conforme se consolidava e fortalecia a economia cafeeira (PERISSINOTTO, 1994:169). Para fechar o círculo ao redor da produção e comercialização do café, o capital estrangeiro consegue também, associado ao setor que era ligado à comercialização do produto, o controle sobre os armazéns gerais, onde o café deveria ser comercializado internamente, para ser exportado em seguida. Neste

quadro, tornou-se possível especular com os estoques de café e impor preços aos produtores (PERISSINOTTO, 1994:169-70). Em 1908, a partir de um contrato de empréstimo junto ao Governo Federal, firmado pelo estado de São Paulo, este viu fugir de suas mãos o controle do comércio cafeeiro e do esquema valorizador. Quem passou a deter aquele controle foi o capital financeiro internacional (PERISSINOTTO, 1994:173). Assim, fechava-se o cerco...

O capital britânico foi o mais importante a financiar os negócios públicos brasileiros. Até 1920, pelo menos, o capital inglês era credor da maior fatia dos empréstimos feitos pela finança internacional ao Brasil. A partir de 1921 é que os Estados Unidos começam a disputar a hegemonia inglesa (PERISSINOTTO, 1994:180).

Ainda no interior deste quadro demonstrativo da hegemonia do capital internacional no interior do bloco no poder, Renato Perissinotto irá expor em detalhes o principal ato que colocou o Brasil na dependência do capital estrangeiro, o *Funding Loan*, um plano econômico organizado pela *city* londrina para garantir o pagamento da dívida brasileira com a Inglaterra. Segundo ele o principal e mais importante exemplo da submissão do Brasil à finança internacional. Não me alongarei neste aspecto, pelo fato de que, dentro dos objetivos a que destinei as análises expostas acima, já considero suficientemente demonstrada a maneira pela qual se consolidou aquela hegemonia anteriormente mencionada.¹⁰

Tomando como ponto de partida a tese comunista sobre a contradição e disputa entre os imperialismos britânico e norte-americano, é possível dizer que a presença deste último acentuou-se no Brasil no final dos anos de 1920. No Rio Grande do Sul, contudo, a entrada deste capital internacional foi anterior. No trabalho de Joseph Love sobre o estado de São Paulo e seu lugar na Federação (LOVE, 1989)¹¹, encontra-se uma tese sobre a preponderância dos capitais norte-americanos em terras gaúchas, em relação aos demais estados, principalmente São Paulo e Minas Gerais. Argumentando no sentido oposto das teses comunistas sobre o fato de que "os gaúchos tinham aberto o caminho para a liquidação do domínio britânico e a conversão do Brasil em satélite dos Estados Unidos" esse

¹⁰ Para uma visão mais detalhada, ver PERISSINOTTO, 1994, p. 186 e ss.

¹¹ Foi a partir da leitura do trabalho de Renato Perissinotto que identifiquei esta passagem de Joseph Love.

autor vai dizer que, apesar do fato de que as ligações entre os capitalistas norte-americanos e os políticos gaúchos eram bem anteriores à Revolução de 1930 e, em função disto, havia um predomínio dos investimentos norte-americanos no Rio Grande, se comparado com São Paulo e Minas, isto não era determinante para o desenlace da Revolução de 1930. Após refletir sobre o tema, Love vai afirmar que acredita mais na hipótese de que, por depender menos do comércio internacional que São Paulo, por exemplo, "a orientação para o mercado nacional foi mais importante do que a presença de firmas norte-americanas como fator condicionante do comportamento político gaúcho na revolução [...]" (LOVE, 1989:122, nota 146).

Um depoimento que reafirma a presença do capital norte-americano no Rio Grande do Sul é o de Luis Carlos Prestes. Ele afirma que uma entrada significativa desses capitais serviu para Vargas "comprar" seus adversários políticos no estado e unificar o Rio Grande.

Não sei se foi em janeiro, fevereiro... Logo em seguida ele conseguiu um empréstimo dos banqueiros americanos. Foi um empréstimo de 150 milhões de dólares. Não é pouco. Naquela época era muito. Em condições favoráveis. Com esse dinheiro ele fundou o banco do estado. Não havia banco do estado ainda. Havia o banco do Rio Grande, etc., mas era um banco particular. Ele fundou o banco do estado. E com o dinheiro desse banco ele comprou os federalistas. Cada um ganhou um empréstimo (PRESTES, 1993:99).

Não bastasse o financiamento de Getúlio por parte dos norte-americanos, ainda segundo Prestes, "o imperialismo americano [...] aproveitou a crise de 1929 para poder entrar, financiando o levante, a luta do Getúlio" (PRESTES, 1993:100). Além disso, o imperialismo inglês também financiou a luta contra Washington Luis, ao comprar a empresa geradora de energia elétrica que abastecia a capital de Minas Gerais. Essa usina,

[...] era uma empresa que estava prosperando, porque o consumo de energia elétrica estava aumentando de ano para ano em Minas Gerais, principalmente em Belo Horizonte. E o Antonio Carlos vendeu a empresa à *Light*, por quase nada, quase nada, para dar a exploração ao imperialismo inglês.

A *Light* era inglesa e estava querendo reforçar o seu domínio no Brasil, levando a energia elétrica ao Rio e também a Belo Horizonte. E esse dinheiro, em parte, o Antonio Carlos mandou para o Getúlio, para comprar a gente. Inclusive a mim (PRESTES, 1993:100).

Quando Perissinotto e Love afirmam que os interesses dos EUA no Rio Grande do Sul não foram determinantes para a ação levada a efeito por este estado brasileiro em 1930 pode-se dizer que falta uma pesquisa que identifique, assim como o primeiro destes autores o faz em relação ao Estado brasileiro em geral, qual fração era hegemônica no RS, se as nativas ou estrangeiras. Além disso, um estudo comparativo da entrada de capitais no país também serviria para completar as informações mencionadas acima. Daí poderá ser afirmado se os comunistas tinham mais ou menos razão em ver na disputa interimperialista um dos principais motivos para explicar a deflagração da Revolução de 1930.

Outro aspecto que vale a pena destacar é o fato de que não era do interesse do capital estrangeiro a promoção da industrialização do país, porque isto levaria à reelaboração do esquema de dependência ao sistema financeiro internacional.

Em suma, o aprofundamento da industrialização atingiria os três setores em que o capital estrangeiro operava de forma soberana e nociva ao país: o comércio importador, o comércio exportador e os empréstimos financeiros. A industrialização permitiria diminuir o significado desses setores para a economia nacional, rompendo com a nossa brutal dependência em relação ao capital estrangeiro, estancando a enorme evasão de divisas - via lucros mercantis e juros financeiros - que tal dependência causava [...] (PERISSINOTTO, 1994:191).

A partir desta afirmação pode-se dizer que era, no mínimo, pouco provável que algum setor do imperialismo internacional se propusesse a apoiar uma revolução no Brasil que visasse a industrialização do país.

A relação existente entre a indústria no Brasil e o capital externo era a mesma existente entre a assim chamada lavoura - os produtores de café - e este capital: unidade e conflito. Unidade, à medida que as inversões de capital externo sustentavam a indústria, ou em outros termos, a economia brasileira. Conflito, pelo fato de que esta sustentação impunha uma série de limites para os dois principais setores desta economia (PERISSINOTTO, 1994:192). Pode-se falar em

unidade de interesses mais estreita apenas entre o grande capital internacional e o grande capital cafeeiro, ou seja, aquela fração do capital nacional ligada mais diretamente a comercialização deste produto. Nesse caso havia uma associação de interesses maior.

Essa associação permitia uma concordância não só em relação à nossa 'vocação agrícola' e ao antiindustrialismo, mas também em relação às formas de comercialização do café e à política cambial. A presença do capital estrangeiro tinha, então, de ser garantida, pois ela significava uma lucrativa associação (PERISSINOTTO, 1994:193).

No tocante à crise originada com a sucessão de Washington Luís, vale dizer que ela é a base para as rupturas ocorridas mais adiante. Os elementos que abriram uma fissura no interior do bloco no poder podem ser alinhados da seguinte maneira: um primeiro elemento econômico, baseado no fato de que Minas Gerais passava cada vez mais para uma produção marginal no que diz respeito ao café, ou seja, assim como já o era o Rio Grande do Sul, Minas estava cada vez mais voltando-se para o mercado interno¹²; um segundo elemento político, a negativa de São Paulo em manter o "revezamento" entre este e Minas à frente do executivo central, a interferência nos assuntos internos dos mineiros feita por Washington Luís e o conseqüente temor de ser alijada do governo federal (PERISSINOTTO, 1994:222).

Como conseqüência desta situação, afirmo que temos aqui os contornos que delimitam o aspecto estrutural da crise que levou à Revolução de 1930, ou seja, os conflitos de interesses econômicos e políticos presentes no interior das classes dominantes.

¹² No livro de Renato Perissinotto pode-se ver uma detalhada discussão sobre a formação da "política dos governadores" e uma análise dos motivos que levaram Minas Gerais e São Paulo a se aliarem no comando dos negócios públicos (e por que não dizer privados). Resumindo a discussão em dois elementos temos que do ponto de vista da inserção dos estados brasileiros na produção temos São Paulo, principalmente, voltado para o mercado externo - exportação do café - e o Rio Grande do Sul, principalmente, voltado para o mercado interno. Este fato provocava uma série de fricções entre os dois. O outro aspecto importante é o fato de que Minas Gerais, mesmo produzindo café, vai deixando a primeira cena da produção ao longo dos anos. O clientelismo mineiro passa a ser alimentado pelos postos ocupados no interior do aparelho de Estado e este acordo garante a exclusão política do Rio Grande. V. PERISSINOTTO, 1994, pp. 206-21.

Restam alguns aspectos, também de grande importância, que requerem uma aproximação maior.

1.3 O Tenentismo

Em relação ao chamado "tenentismo" cabe realizar uma discussão a parte, mesmo que não aprofundada, visto que este movimento teve um significado importante ou, mais precisamente, decisivo no desenrolar dos acontecimentos imediatamente anteriores e durante a Revolução de 1930.

Existem duas linhas fundamentais de análise do papel ocupado pelo tenentismo no processo da Revolução de 1930. A primeira abordagem a ser tratada é aquela realizada por Virgínio Santa Rosa (SANTA ROSA, 1976), onde os tenentes aparecem como expressão política das classes médias emergentes. Em função da dificuldade (ou impossibilidade) deste setor da sociedade em se organizar politicamente, de forma independente, as classes médias aparecem sempre "representadas" por uma outra fração de classe ou mesmo por outra classe social. Desta forma o movimento tenentista seria o representante dos interesses políticos e materiais desta classe social. Na arena política onde desenvolvia-se a luta por reformas políticas na década de 20 este setor militar, os tenentes, cumpriu o papel de se enfrentar com as outras classes e frações no sentido de levar adiante a "plataforma" política dos setores médios da sociedade brasileira, no sentido de produzir mudanças significativas na forma de se fazer política, de organizar as eleições, de tratar com os setores subalternos da sociedade, de transformar a "democracia oligárquica" em democracia liberal.

Além destes aspectos, Santa Rosa vai destacar uma motivação econômica para a mobilização da classe média. A crise econômica mundial e seus reflexos no Brasil colocam as classes médias em polvorosa. Mais uma vez, as demandas desta classe serão "representadas" pelo tenentismo.

Dentro do quadro político, econômico e institucional existente no país naquele período, aquelas reivindicações políticas significavam, na verdade, mudanças profundas na forma de se exercer a dominação levada a cabo até então pela oligarquia cafeeira paulista e mineira, fundamentalmente.

Em relação à classe operária e seus partidos, este autor afirma que os trabalhadores encontravam-se jogados na miséria, sem condições de lutarem por seus interesses de maneira organizada. Pode-se afirmar, contudo, que a classe operária ocupava um lugar significativo neste quadro, menos pelo que ela enquanto classe e seus pretensos representantes fizeram e mais pela importância dada a ela pelos donos do poder.

Toda a violenta repressão lançada contra os partidos e organizações de esquerda em toda a História da República Velha e, depois de 1930, com a combinação da repressão policial violenta e da cooptação dos sindicatos pelo Estado, podemos concluir que havia uma preocupação com esta classe social maior do que a importância dada pelas análises sobre o período.

Para este autor, após o triunfo revolucionário passa a existir um isolamento dos representantes da classe média no interior do bloco de vencedores. As posições mais radicais representadas pelos tenentes vão sendo pouco a pouco derrotadas e os anseios renovadores das classes médias passam a ser mediados pelo Estado, através do processo de incorporação e gerenciamento destes interesses pela adoção de políticas de cooptação. As raízes do populismo estendem suas extremidades a este ponto da História brasileira.

Outra abordagem sobre o tenentismo nos é apresentada por Décio Saes (SAES, 1985). No caso deste autor a discussão apresentada sobre o tema enfatiza a componente militar deste setor social. Para Saes o positivismo dominante no interior da corporação militar, além do autoritarismo também próprio a esta corporação acabam por determinar a política levada a efeito pelos tenentes no pós-30. Contudo, também é enfatizado por este autor o fato de que nos anos 20 o tenentismo ocupa um lugar central no cenário político. Este movimento possui uma clivagem no seu interior, onde se distinguem uma "ala reformista", mais à esquerda, e uma "ala liberal", mais à direita no espectro político brasileiro.

Outro aspecto importante da análise realizada por Décio Saes aponta para a diferenciação das chamadas classes médias no sentido da sua inserção na sociedade brasileira e das características internas a este setor social no sentido dos seus interesses políticos, econômicos e sociais. Assim, Décio Saes identifica também uma clivagem no interior das classes médias. Temos, portanto, um nível chamado de *baixas camadas médias* cujos interesses foram expressos pela "ala reformista" do tenentismo.

As camadas médias tradicionais estavam subordinadas à influência ideológica da oligarquia. Os anseios desse setor da classe média eram os mesmos, num certo sentido, das oligarquias dissidentes, que pregavam uma "moralização da política". A "ala liberal" dos tenentes representa esta parcela das camadas médias.

Os quadros políticos que ocupavam postos chave no interior do aparelho de Estado eram oriundos, em sua maioria desse estrato social. Desta forma, a expressão "República dos bacharéis" utilizada para caracterizar a Primeira República brasileira expressa esta idéia (V. SAES, 1985:52).

Como aspecto decisivo da análise realizada por Décio Saes, naquilo que interessa mais diretamente à discussão aqui realizada, cabe dizer que a ação dos tenentes foi decisiva para a eclosão do movimento armado que depôs Júlio Prestes. Conforme mencionado anteriormente, a conciliação aparecia como sendo a saída redescoberta pelos representantes das frações dominantes da burguesia brasileira. A pressão exercida por este setor militar, "representante" dos interesses das camadas médias, levou à explosão da rotina política até então vigente. Este fato dá para a ação dos tenentes um lugar significativo quando se analisa a Revolução de 1930. Não posso deixar, ainda, de estabelecer uma ligação entre esta discussão do papel ocupado pelo tenentismo no movimento de 1930 e a participação das massas populares neste evento. É o que farei a seguir.

1.4 A participação popular na Revolução de 1930

Um aspecto fundamental da Revolução de 1930 que merece ser estudado com muita atenção é aquele relativo a participação popular. Vários autores, ao analisarem este episódio, acabam por privilegiar aspectos estruturais relativos às mudanças ocorridas a partir de outubro de 1930. Outros, mencionam a participação popular de maneira muito superficial, ora dizendo que as massas populares apenas assistiram aos eventos ou que existiu uma participação difusa. O fato de ser difusa não implica, necessariamente, que tenha sido secundária. Via de regra, as afirmações mencionadas acima acabam por significar que as organizações da classe operária não lideraram esta intervenção na arena política, o que me parece ser verdadeiro. Contudo, o resultado desta ausência de estudos

relativos à presença operária e popular na Revolução de 1930 acaba por ocultar um aspecto decisivo desta mesma Revolução. Pode-se dizer que não há revolução sem "povo", mas ao desprezar ou não centrar foco sobre esta questão, a historiografia brasileira torna opaco não apenas um aspecto desta Revolução, como também esconde o verdadeiro - porque passível de demonstração empírica - lugar ocupado naqueles eventos políticos de 1930 pelos trabalhadores, setores médios da população, desempregados, militares de baixa patente, descontes em geral ou, num único termo, embora impreciso, o "povo". Mesmo o trabalho de Edgar De Decca, tratado anteriormente, que faz uma crítica à historiografia sobre 30, não dá conta de preencher este vazio deixado por esta mesma historiografia.¹³

Não farei uma discussão exaustiva sobre a presença popular na Revolução de 1930. Procurarei precisar, em primeiro lugar, a dimensão desta presença. Finalmente, procurarei identificar o sentido da participação popular e qual o seu significado para os rumos daquele movimento.

Uma primeira aproximação com esta questão colocou-me diante do trabalho de José Murilo de Carvalho, *A formação das almas*, onde este autor vai tratar da formação da República.¹⁴

O caminho por ele seguido pode ser útil para se analisar o aspecto ideológico do problema em pauta.

Teria o novo regime se consolidado apenas com base na força do arranjo oligárquico? Não teria havido, como acontece quase sempre tentativas de legitimação que o justificassem, se não perante a totalidade da população, pelo menos diante de

¹³ A título de exemplo mencionarei as referências sobre a participação popular na Revolução de 1930 presentes em alguns trabalhos acadêmicos de importância sobre este tema. No livro de Décio Sacs, *Classe média e sistema político no Brasil* encontra-se uma abordagem deste assunto, que já mencionei anteriormente, onde a participação popular é praticamente inexistente. Em *Tenentismo e Aliança Liberal*, Maria Cecília Forjaz afirma que "o incipiente proletariado urbano também participa da campanha aliancista, apoiando-a de forma difusa" (p. 72). Vemos aqui o termo recorrente sobre a participação operária ou popular: *difusa*. "[...] a crise de hegemonia da burguesia cafeeira possibilita a rápida aglutinação das oligarquias não vinculadas ao café, de diferentes áreas militares [...]. Estas forças contam com o apoio das classes médias e com a *presença difusa das massas populares*" (grifo meu). Assim se expressa Boris Fausto, à página 103 de seu *A Revolução de 1930*.

¹⁴ Na obra citada o autor vai identificar três correntes ideológicas que disputam a hegemonia no processo de formação da República brasileira, aquilo que ele chama de *liberalismo à americana*, *jacobinismo à francesa* e *positivismo*. No caso, venceu a primeira corrente. Quando desloco o modelo para 1930 resta saber qual ideologia, ou quais, hegemonizaram este processo.

setores politicamente mobilizados? Em caso positivo, qual teria sido esse esforço, quais as armas utilizadas e qual o resultado?

O instrumento clássico de legitimação de regimes políticos no mundo moderno é, naturalmente, a *ideologia*, a justificação racional da organização do poder (CARVALHO, 1995:9, grifo meu).

Uma das imagens mais fortes que vêm à lembrança quando da reflexão sobre o governo Vargas é o conjunto de leis trabalhistas, ou ainda, o conjunto de iniciativas tomadas por este governo, no sentido de disciplinar o movimento operário, de transformá-lo numa força social capaz de servir de base de sustentação para aquele governo. Se a classe operária não tivesse nenhuma importância política não seria objeto de tantas preocupações. Se esta mesma classe não tivesse participado, de maneira difusa ou não, isto pouco importa neste caso, da Revolução de 1930, não teria aberto um espaço político para entrar na pauta das ações oriundas do governo saído desta Revolução.

José Murilo conclui que não se constituiu uma imagem única da República. Ele recorre a uma figura: Nossa Senhora de Aparecida carregando os pedaços de Tiradentes, nossa *Pietá* tupiniquim, para simbolizar os vários fragmentos da imagem de República que se conseguiu produzir.

Não em relação à República, mas à Revolução de 1930 pode-se afirmar que Getúlio Vargas consegue criar uma imagem unificadora para as classes populares através da legislação trabalhista. Esta imagem, habilmente criada pelo governo de Vargas já conseguia atrair as simpatias da população que saiu às ruas, na época da campanha eleitoral da Aliança Liberal. A demagogia e o populismo, no caso brasileiro, têm suas raízes nesse período, conforme já havia indicado anteriormente.

Partindo para a análise da participação popular, identifiquei apenas um trabalho acadêmico que se detém para abordar a Revolução de 1930 sob esta ótica. Refiro-me à Tese de Doutorado defendida por Cláudio Antonio de Vasconcelos Cavalcanti e intitulada *As lutas e os sonhos: Um estudo sobre os trabalhadores de São Paulo nos anos 30*. É neste recente trabalho sobre a

participação popular na Revolução de 1930 (CAVALCANTI, 1996) onde centrarei minha atenção.¹⁵

A principal tese encontrada neste texto é que a presença dos trabalhadores e das massas populares foi mais além de uma simples participação difusa, influenciando decisivamente no rumo dos acontecimentos.¹⁶

Um aspecto importante a ser destacado, antes de seguir, é o fato de que a classe operária e suas organizações possuíam uma importância política muito pequena na conjuntura dos anos de 1920. Tanto do ponto de vista numérico - basta lembrar que o Brasil foi um país com população majoritariamente localizada no campo até meados deste século - quanto da força política, não estava nas mãos da classe operária a possibilidade de desempenhar um papel de vanguarda na arena política. As grandes crises ou foram encaminhadas por frações das classes dominantes ou pelos militares, através do movimento tenentista.

Ao se analisar os trabalhos acadêmicos ou de militantes políticos verifica-se a existência de algumas teses consensuais. No caso, a mais importante delas é o fato de que a assim chamada vanguarda do movimento operário opôs-se à Revolução em curso por motivos mais ou menos distintos, mas em geral, rejeitou aqueles eventos como uma revolução que pudesse transformar significativamente o Brasil, do ponto de vista dos trabalhadores. Segundo Cláudio Cavalcanti, houve uma ação distinta da massa de trabalhadores em relação à sua pretensa vanguarda. Nesse sentido, verificou-se uma participação difusa da classe operária, sem, no entanto, perder totalmente a eficácia. Talvez, o resultado tenha sido a desmedida e inesperada atenção dada aos trabalhadores pelo governo de Vargas.

Penso que houve uma separação mais complexa do que apenas vanguarda/massas. Afirmo que parcelas significativas dos trabalhadores

¹⁵ Estarei utilizando a partir daqui o trabalho de Cláudio Cavalcanti, principalmente as informações por ele apresentadas. Nesse sentido, cabe alertar ao leitor que, salvo indicação explícita, as referências foram todas retiradas do trabalho desse autor.

¹⁶ Um pequeno problema é observado em relação a esse trabalho de Cavalcanti. Quando este autor procura discutir em sua Tese se a presença foi difusa ou se influenciou o rumo dos acontecimentos ele acaba por estabelecer uma oposição entre participação difusa e influência real nos rumos dos acontecimentos. Esta oposição não me parece necessária, uma vez que pode haver uma participação eficiente, mesmo sendo difusa.

organizados no interior do Partido Comunista do Brasil acabaram por simpatizar com a Revolução de 1930. Talvez a forma mais precisa para se definir esta situação seja dizer que a direção dos vários grupos de esquerda atuantes naquele período não foi capaz de intervir no processo em curso por não ter uma compreensão mais aprofundada do que estava em jogo, ou em disputa. De qualquer maneira, estarei tratando disto com mais rigor nos capítulos seguintes.

Existe, como apontei acima, uma certa recorrência em se atribuir às massas populares uma participação difusa na Revolução de 1930 e na campanha eleitoral da Aliança Liberal. Da mesma maneira, contudo, também existe uma série de afirmações na bibliografia sobre o tema e em fontes outras, como por exemplo na entrevista por mim realizada com Luis Carlos Prestes. Lá, Prestes afirma que

Em primeiro lugar, eu não chamo 30 de Revolução. *Eu acho que houve um movimento popular, teve um apoio de massas muito grande, etc.*, mas não era uma revolução porque não se tratava de uma mudança de classe no poder. [...] O grande fator favorável que garantiu ao movimento do Getúlio um *apoio de massa*, foi a crise de 1929[...] Não chamo de Revolução de 30. *Era um movimento popular* (PRESTES, 1993:86-7, grifos meus).

Apesar de Prestes discordar da caracterização do movimento de 1930 como tendo sido um revolução, ele insiste no fato de que houve um "apoio de massa" muito grande à campanha da Aliança Liberal.

No seu livro de memórias, Gregório Bezerra vai alertar para a atividade levada adiante pelas massas populares: "Quando arrebentou o movimento revolucionário de 1930, o Partido não tomou parte, *apesar da participação das massas populares*" (BEZERRA, 1980:217, grifo meu). Assim como Bezerra, outros militantes do Partido Comunista do Brasil vão observar em suas memórias que houve uma participação popular em 1930. Trata-se, pois, de desvelar a importância e o sentido desta participação.

Apoiando-me na Tese de Cláudio Cavalcanti afirmo que "a presença dos trabalhadores e das massas urbanas" foi muito mais importante do que registra a bibliografia sobre a Revolução de 1930. Essa referida presença "definiu rumos e contribuiu para a criação de um novo tipo de sociedade no Brasil [...]" (CAVALCANTI, 1996:9).

Já no lançamento da Plataforma Política da Aliança Liberal no início dos anos 30, a presença operária e popular foi marcante e decisiva, no sentido de empurrar o movimento aliancista para uma radicalização.

O movimento da Aliança Liberal procurou desde logo colocar-se no terreno da legalidade, da ordem, até pela composição de sua direção política, saída dos quadros da oligarquia gaúcha, mineira e paraibana, fundamentalmente. Nesse sentido, depois de romper um acordo com a Presidência da República, de que não faria campanha fora de seu estado, Getúlio Vargas é pressionado pelos "jovens tenentistas civis da Aliança" a lançar sua plataforma eleitoral em ato público fechado no Teatro Municipal do Rio de Janeiro (CAVALCANTI, 1996:22). Com a proibição deste ato, pelo prefeito da cidade, Antônio Prado Júnior, mais uma vez a pressão dos "tenentistas civis" leva o candidato de oposição à presidência a definir a Esplanada do Castelo como local para o lançamento de sua plataforma. Abandonou-se, portanto, a idéia de ato público fechado e em seu lugar decidiu-se a realização de ato aberto. "Eram 17 horas e a tarde declinava sobre a Guanabara quando Getúlio subiu ao palanque. *Cem mil pessoas o aguardavam em silêncio*" (CAVALCANTI, 1996:22, grifo meu).

Além do número estimado de presentes ser muito significativo¹⁷, segundo informa o autor, a aclamação ao candidato foi estrondosa. Pela primeira vez na história da República, um candidato à Presidência realiza um comício desse porte, e mais, apresenta em sua plataforma eleitoral demandas das massas populares, como por exemplo,

a anistia "plena, geral e absoluta", o que favorecia os tenentes afastados das Forças Armadas por sua participação nas rebeliões de 1922, 1924 e na Coluna Prestes [...]; e promete a "revogação das leis compressoras da liberdade de pensamento". Denuncia a "fraude sistematizada", a "troca recíproca de favores, que constitui o caciquismo". Defende o voto secreto e a entrega das mesas eleitorais "à magistratura federal togada" (CAVALCANTI, 1996:23).

¹⁷ Pude verificar, através da observação de fotos do episódio, na coletânea indicada a seguir, que a concentração de populares era muito grande. V. MURAKAMI (org.), 1980, principalmente as pp. 106-7.

Tratando de questões mais específicas, relativas à classe operária, temos mais um trecho da plataforma eleitoral de Getúlio Vargas, reproduzida por Cavalcanti:

"O pouco que possuímos, em matéria de legislação social, não é aplicado [...], apesar dos compromissos que assumimos a respeito, como signatários do Tratado de Versalhes, e das responsabilidades que nos advêm da nossa posição de membros do 'Bureau Internacional do Trabalho', cujas convenções e conclusões não observamos./Se (sic) o nosso protecionismo favorece os industriais, em proveito da fortuna privada, corre-nos também o dever de acudir ao proletariado com medidas que lhe assegurem relativo conforto e estabilidade e o amparem nas doenças, como na velhice" (*Apud* CAVALCANTI, 1996:23).

Sendo mais explícito ainda em relação à classe operária, temos no discurso de Vargas a referência aos direitos dos trabalhadores, como por exemplo a proteção ao trabalho da mulher e do menor, a "construção de vilas operárias, aplicação de leis de férias, lei do salário mínimo, cooperativas de consumo etc. (CAVALCANTI, 1996:23). Além destas menções nunca antes ouvidas por aquela classe, os trabalhadores do campo também foram contemplados pela plataforma da Aliança Liberal, que se propunha a

atender à sorte de centenas de milhares de brasileiros que vivem nos sertões, sem instrução, sem higiene (sic), mal alimentados e mal vestidos, tendo contato com os agentes do poder público apenas através dos impostos extorsivos que pagam. É preciso agrupá-los, instituindo colônias agrícolas, *investi-los* (sic) *na propriedade da terra* [...] (CAVALCANTI, 1996:23, grifo meu).

Getúlio Vargas menciona algo que pode ser entendido como uma reforma agrária. Não é de se estranhar, portanto, que até um jovem comunista, presente ao ato, impressione-se com o que viu e ouviu.

É Roberto Morena, que muitos anos mais tarde revelará a um repórter curioso: "O discurso foi oferecido aos trabalhadores. Era a primeira vez que alguém das classes dominantes falava da classe operária. A plataforma do Castelo, como ficou

conhecida, elevava o proletariado à condição de coisa existente no Brasil" (CAVALCANTI, 1996:23).

Esta manifestação de um comunista, é muito significativa porque, mesmo que as propostas não fossem concretizadas, não era este o aspecto mais importante, mas sim o fato de o proletariado ter atingido a condição de "coisa existente no Brasil".

Este tipo de expectativa teve uma influência muito grande sobre as massas populares como também em relação ao Partido Comunista do Brasil. Na anteriormente referida entrevista por mim realizada com Luis Carlos Prestes este afirmou que

[...] a intelectualidade pequeno-burguesa do partido acompanhou o Getúlio. Ela rompeu com o partido e ficou do lado do Getúlio. O Josias Leão era um deles. Havia também esse que foi deputado em São Paulo mais tarde, o Maurício Goulart. Havia um outro, Nelson Tabajara de Oliveira. Eram diversos nomes... (PRESTES, 1993:104).

Além de afirmar que o partido foi influenciado por Getúlio, Prestes também afirmou que uma parte da plataforma eleitoral que mencionamos acima foi indevidamente apropriada pelos aliancistas. "Se você for ler a plataforma dele tem um trecho lá sobre a reforma agrária. São palavras minhas. [...] E isso ele copiou" (PRESTES, 1993:102).

No caso de São Paulo, esta aclamação popular também se repetiu. Dois dias após o comício do Rio de Janeiro, Getúlio é pressionado a repetir o ato político em São Paulo. Desembarca naquela cidade, num sábado à noite e, para piorar a situação, chuvoso. Apesar disto, das organizações operárias repudiarem o ato, do fato de que São Paulo era o centro da candidatura de Júlio Prestes e de que os nomes de Getúlio Vargas e João Pessoa eram "denunciados" pela imprensa local como "inimigos de São Paulo", houve a presença de "uma multidão incalculável" no ato político (CAVALCANTI, 1996:26-7).

Desde o momento inaugural da Esplanada do Castelo, (as massas trabalhadoras) reagiram como se vislumbrassem neste (Getúlio Vargas) e em seu programa de governo os sinais de uma ruptura com o que havia de mais odioso para elas. Tal é o sentido, me parece, das grandes manifestações de massa que

envolveram a campanha de Getúlio Vargas à presidência da República, manifestações que representaram, de fato, o prelúdio da Revolução (CAVALCANTI, 1996:26).

Temos até aqui a constatação de que, já na campanha eleitoral, o movimento das massas populares era intenso. Estas vislumbravam a possibilidade de serem realizadas as propostas, pela primeira vez levantadas em uma plataforma eleitoral, apresentadas naqueles comícios.

Outro elemento de suma importância para a Revolução que se avizinhava foi a morte de João Pessoa, fato que levou às ruas multidões de populares que empurraram para a frente a Aliança Liberal.

Na capital paraibana, tão logo se teve notícia do acontecimento, uma multidão saiu às ruas, nelas permanecendo vários dias, depredando empresas e bens de adversários da Aliança Liberal. Em Porto Alegre, 20.000 pessoas realizaram, "sem a menor convocação", manifestação de protesto em frente ao Grande Hotel [...] No Recife, a multidão que acompanhava o corpo de João Pessoa até a estação ferroviária do Brum, de onde o esquife rumaria para a capital da Paraíba, manifestou sua intenção de marchar sobre o Palácio das Princesas, sede do governo pernambucano, que apoiava Washington Luís (CAVALCANTI, 1996:33).

A Aliança Liberal possuía uma ala mais conservadora - Getúlio Vargas, Antonio Carlos e outros - e uma ala mais radical - dentre eles os tenentes - que se aproveitou das manifestações populares para reacender a chama da revolução. Desta forma, pode-se afirmar que a pressão das massas, mesmo sendo difusa, foi decisiva para fortalecer a ala radical daquela Aliança e iniciar os preparativos para o 3 de outubro.

Para o setor mais conservador, tratava-se de não perder a direção do movimento. Nesse sentido, Vargas mantém o seu lugar de figura central no interior da Aliança Liberal, não permitindo que os mais radicais assumissem o controle da situação.

Quando estoura o movimento, no 3 de outubro, as massas pegam em armas para levar adiante a revolução que elas tanto pretendiam, sem ter uma clareza maior dos rumos que o movimento tomaria, como, aliás, acontece com todas as revoluções.

Em Pernambuco, até mesmo militantes do Partido Comunista pegaram em armas ao lado dos aliancistas, contrariando a orientação do Comitê Central, que caracterizava a Revolução como um "golpe facista". "Nas barricadas do Recife, participaram José Caetano Machado, Mota Cabral, Antônio Marques e outros dirigentes proletários do PCB. O interventor Carlos de Lima Cavalcanti ficou tão satisfeito com o desempenho dos comunistas, que Cristiano Cordeiro (um de seus líderes históricos) foi convidado para exercer o cargo de redator secretário do Diário da Manhã, o jornal do governo"¹⁸ (CAVALCANTI, 1996:36).

Além do fato de que os comunistas, em Pernambuco, atropelaram o Comitê Central do PCB, temos uma ação marcante de períodos revolucionários: o povo em armas. Este aspecto acaba por ser revelador do fato de que as ações populares ajudaram a derrubar Washington Luís e este movimento, além disso, teve um caráter espontâneo. Em nenhum momento as massas populares foram chamadas a entrar em cena. As oligarquias dissidentes não tinham nenhuma afinidade com o "povo", os tenentes possuíam seus próprios métodos militares para tratar da insurreição e o principal partido operário, o PCB postou-se à margem do processo.

Estas ações populares insurrecionais se restringiram a Pernambuco. Em São Paulo e Rio de Janeiro, contudo, a presença popular foi bastante significativa, assumindo a forma de manifestações de rua, empastelamento dos jornais ligados ao governo, destruição de prisões e libertação de presos políticos e comuns.

As massas populares do Rio de Janeiro, entretanto, ocupavam as ruas da cidade desde antes da deposição. Libertado da prisão nesse meio tempo, Maurício de Lacerda chegou ao centro da cidade no dia 24. Segundo ele, a massa estava "em efervescência". "A agitação no centro era profunda [...] vimos os incêndios das redações (dos jornais governistas), violência que condenamos incontinenti [...]. Ao povo falamos para dizer-lhe que, em lugar de incendiar jornais, devia esta incendiando prisões para libertar as vítimas da passada oligarquia. Ouvindo estas palavras o povo dirigiu-se à polícia

¹⁸ Brasília Carlos Ferreira, "Os trabalhadores e a Revolução de 30", Revista do Arquivo Histórico, v. 40, n. 43, p. 95. (Nota do original)

central, à Detenção e à Correção [...], libertando a massa a todos os presos políticos e até alguns de crimes comuns, inclusive o assassino de João Suassuna". [...] Segundo esse autor, *foi a intervenção das massas nas ruas que pôs termo às vacilações e recuos dos comandantes militares, obrigando-os à deposição e prisão de Washington Luís* (CAVALCANTI, 1996:37, grifos meus).

Curiosamente, um dos presos políticos libertados pela população que invadiu a Polícia Central, no Rio de Janeiro, foi ninguém menos que Octavio Brandão, um dos principais dirigentes do Partido Comunista do Brasil. Brandão deixou suas impressões registradas em seu livro de memórias *Combates e batalhas*

"[...] a 24 de outubro de 1930, a multidão invadiu a Polícia Central. Devastou-a. [...] a massa popular sublevada tomou de assalto a Casa de Correção e libertou os presos políticos. Era uma hora da tarde. Fui o primeiro a sair. [...] *Muitas camadas operárias marcharam a reboque de Getúlio, sem nenhuma consciência (sic) de classe. Uma desgraça nacional*" (*Apud* CAVALCANTI, 1996:38, grifo meu).

Em São Paulo, a atuação da massa popular também seguiu a mesma partitura. Trincheiras foram levantadas por populares que enfrentavam a polícia, depredações de prédios públicos, tentativa de tomada do palácio do governo que resultou em vários feridos, atingidos pela guarda palaciana, ruas tomadas por multidões.

A descrição feita por Cavalcanti é capaz de ilustrar de maneira muito clara o clima vivido em São Paulo, com a queda de Washington Luís.

A agitação se propaga rapidamente. As redações dos jornais governistas - Correio Paulistano, A Gazeta, São Paulo Jornal, Fanfulla, Il Picolo - são invadidas e saqueadas pelos manifestantes. Nas ruas centrais, os bancos e casas comerciais fecham suas portas. [...] As casas de jogo, pertencentes a figurões do PRP, são igualmente assaltadas e depredadas. De uma das sacadas da redação do Correio Paulistano é atirado um piano de cauda, que se espatifa na calçada [...] (CAVALCANTI, 1996:39).

As prisões também foram alvo dos manifestantes. A "Bastilha do Cambuci", uma delegacia de polícia tristemente conhecida por encarcerar presos políticos, foi destruída pela massa que ocupava as ruas.

Em vários estados do país, milhares de voluntários se apresentaram para compor a linha da revolução de outubro brasileira. No Rio Grande do Sul, segundo carta de Getúlio Vargas a Borges de Medeiros, "houve tal aglomeração de voluntários, desejosos de incorporação que, para evitar congestionamento [...], foi adotado o critério de aproveitar, por enquanto, somente as tropas regulares [...]" (*apud* CAVALCANTI, 1996:41). Conforme relata este autor, alguns dias após começaram a ser formados os "corpos provisórios", porque as "tropas regulares" transbordaram...

No estado do Paraná, "onde a Revolução triunfou rapidamente, só nos dias 5 e 6 de outubro, apresentaram-se 12.000 voluntários e reservistas dispostos a se integrarem aos `batalhões políticos'" (CAVALCANTI, 1996:41).¹⁹

Em São Paulo, os ferroviários recusam-se a transportar tropas para a frente de batalha, contrariando as ordens do governo daquele estado.

"Em Minas, afirma o tenente Motta Filho, `Vi unidos, irmanados no mesmo entusiasmo patriótico, altas autoridades do Estado e modestíssimos operários. [...] Todos desejavam ardentemente marchar para linha de frente, ansiosos por prestar seu concurso eficiente à causa comum'" (CAVALCANTI, 1996:41). No Nordeste a presença operária e popular talvez tenha sido a mais significativa. Não entrarei em maiores detalhes, para não me distanciar muito do limite geográfico de meu trabalho. A título de exemplo, cito o caso de Recife onde

muitos trabalhadores continuaram a festejar o triunfo da Revolução, recusando-se a voltar ao trabalho. No começo de dezembro, o Conselho Estadual do Trabalho emitiu uma resolução, exigindo que os operários terminassem com as comemorações e voltassem às fábricas (CAVALCANTI, 1996:43).

Pelo exposto acima, penso que fica claro para o leitor que a presença operária e popular na Revolução de 1930, até o trabalho de Cláudio Cavalcanti,

¹⁹ A informação foi retirada, por aquele autor, do jornal *A Platéia*, de 01/11/30.

nunca havia sido devidamente equacionada pela bibliografia. Isto significa dizer que o papel jogado pelas massas populares foi decisivo para os rumos tomados por aquela revolução.

Enfatizado este aspecto, apresentarei aqui um elemento componente da crise que se estabeleceu no Brasil no final da década de 1920 e teve desdobramentos ao longo da década seguinte e que, até então, havia sido apenas mencionado de passagem ao longo deste capítulo. Refiro-me à Grande Depressão que culminou com a quebra da bolsa de Nova Iorque, em 1929.

Luis Carlos Prestes, em sua entrevista mencionada anteriormente, alerta para o fato de que com a quebra da Bolsa de Nova Iorque "[...] o preço do café foi lá para baixo", levando o Brasil à bancarrota. O resultado foi o desemprego, "[...] a indústria nacional praticamente... parou [...]. A classe operária fazia grandes passeatas, aqui no Rio, em São Paulo [...] exigindo trabalho" (PRESTES, 1993:86-7). A crise, portanto, foi muito profunda e atingiu, além dos trabalhadores, o conjunto da economia agroexportadora.

A leitura do trabalho de Eric Hobsbawm, *A era dos extremos*, me fez pensar com mais cuidado este aspecto da conjuntura política e econômica internacional e que influenciou o Terceiro Mundo como um todo e o Brasil em particular. O principal argumento apresentado pelo autor mencionado acima afirma que a radicalização política crescente neste período, a década de 1930, deveu-se à ligação entre as massas (camponesas em grande medida) e a elite dominante.

Os anos de 1930 foram portanto uma década crucial para o Terceiro Mundo, não tanto porque a Depressão levou à radicalização, mas antes porque estabeleceu contato entre as minorias politizadas e a gente comum de seus países.

[...] Começavam a surgir, claramente ou não, as tendências gerais da política de massa do futuro: populismo latino-americano baseado em líderes autoritários buscando o apoio dos trabalhadores urbanos... (HOBSBAWM, 1995:212).

Afirmo, portanto, que a tese apresentada por Hobsbawm encaixa-se perfeitamente ao desenvolvimento futuro dos fatos ocorridos no Brasil em 1930. A crise econômica de 1929 atingiu o coração da economia cafeeira, tornando dramática a crise do governo Washington Luis. A manutenção da "política do

café com leite" não foi mais possível. Houve nesse momento um colapso do modelo econômico existente até então. A existência, contudo, de uma aproximação das camadas mais pobres e de trabalhadores com os líderes portadores de um discurso "modernizante", Vargas de um lado, os tenentes do outro, fez com que a saída encontrada pelo Presidente Washington Luis fosse colocada por terra e estourasse a Revolução de 1930. Com isto um novo modelo de dominação política surgiu: o populismo.

Após o desenvolvimento deste primeiro capítulo, creio que o terreno fica mais seguro para caminhar em direção às análises do Partido Comunista do Brasil e dos trotskistas, o que farei a seguir.

Capítulo 2

O Partido Comunista: origens e principais análises sobre a Revolução de 1930

As tropas auxiliares, que não são mais do que armas inúteis, [...] podem ser úteis e boas por si próprias, mas quase sempre acarretam prejuízos ao que as solicita, pois, se perderem, estará anulado, se vencerem, estará seu prisioneiro.

(MAQUIAVEL, 1979:55)

Não se pode pensar a origem do Partido Comunista do Brasil¹ sem levar em conta dois aspectos fundamentais. Por um lado a revolução de 1917, ocorrida na Rússia. Por outro, o fato de que o PCB teve, no momento de sua fundação, uma marcada presença de militantes egressos do anarquismo. Desta forma, "nosso" Partido Comunista deve muito, não apenas aos russos mas também aos italianos, espanhóis, portugueses, ou seja, para aqueles que levaram para a prática as idéias anarquistas. Este aspecto pode ser tomado como significativo, para além da curiosidade ou coincidência, pelo fato de que a formação anarquista dos futuros dirigentes do Partido Comunista certamente marcou a atuação daqueles e do próprio partido. Desde a primeira tentativa de filiação do partido à III Internacional, em 1922, até as autocríticas, de triste memória, do final daquela década e início da seguinte, o anarquismo deixou sinais na vida do Partido Comunista do Brasil.

No texto de Leôncio Martins Rodrigues sobre o PCB (RODRIGUES, 1991) encontra-se uma afirmação de que é difícil escrever sobre este partido. O autor não explica o porque, contudo, suponho que a dificuldade apontada por Leôncio Martins pode ser entendida a partir de dois aspectos: o primeiro deles está ligado à ideologia e o segundo à bibliografia. Como o trabalho deste autor foi produzido há muitos anos atrás, talvez a bibliografia não fosse tão extensa.² Contudo, nos dias atuais a bibliografia sobre o partido é muito significativa.

¹ O PCB teve como nome de "batismo", em março de 1922, Partido Comunista, Seção Brasileira da Internacional Comunista (PC-SBIC). Pouco tempo depois passou a ser chamado de Partido Comunista do Brasil. Em 1961 adotou a denominação de Partido Comunista Brasileiro.

² Nas indicações de (PANDOLFI, 1995) e (MARQUES NETO, 1993) o texto de Leôncio Martins Rodrigues é datado de 1981.

Vários trabalhos de importância surgiram para contar a história do PCB, assim como também para criticá-lo. Como o próprio autor citado acima alerta, os próprios militantes do partido são seus maiores críticos, ou seja, criticar o PCB não é difícil. Talvez aqui esteja a dificuldade que chamei acima de ideológica. Com isso quero dizer que a história deste partido foi contada e recontada pelos próprios militantes e por estudiosos dos partidos políticos. Assim, separar os interesses de quem contou a história do Partido Comunista da verdade não é uma tarefa fácil.

Não pretendo, no entanto, fazer uma avaliação crítica das origens e dos primeiros anos da vida do PCB, mas sim apresentar os principais fatos que propiciaram o seu surgimento e alguns dos aspectos mais significativos de sua história na década de 1920. Além disso, estarei expondo e criticando as análises do partido sobre a Revolução de 1930, este sim meu principal objetivo.³

2.1 Uma breve história das origens do PCB

O Partido Comunista do Brasil foi fundado por militantes do movimento operário, em sua maioria ligados ao anarquismo. Ele foi resultado da fusão de vários grupos comunistas existentes no Brasil, do norte e do sul, passando por São Paulo e Rio de Janeiro. O Partido Comunista surgiria, então, em 1922. Um

³ Certamente este trabalho de exposição das teses do PCB sobre 1930 estaria próximo do completo se o autor destas linhas utilizasse, além dos documentos de fato analisados nesta Dissertação, os jornais do Partido vindos a público naquela época, além da correspondência deste com a Internacional Comunista, por exemplo, conforme solicitou-me o professor Cláudio Batalha, na banca de qualificação. Este trabalho mais exaustivo não pode ser realizado, não porque o julgasse sem importância, mas por limitações que se impuseram a mim. De qualquer maneira, a partir dos documentos que analisei, dos livros de memória dos principais dirigentes do Partido, da entrevista com Luis Carlos Prestes, das indicações bibliográficas e longos estratos de documentos específicos sobre a Revolução de 1930, publicados em coletâneas, creio ter captado o fundamental do posicionamento adotado pelo PCB, que aliás, aparece de forma praticamente unânime em todos eles. Se não por nada, a própria estrutura de funcionamento do Partido dificulta que o Comitê Central adote um documento que seja publicamente contrariado pela imprensa deste mesmo Partido.

Congresso realizado no Rio de Janeiro, onde nove delegados representam os comunistas do país, fundam o Partido Comunista do Brasil.⁴

Como afirmam Leôncio Rodrigues e Michel Zaidan,⁵ dentre outros, o Partido Comunista do Brasil não se originou a partir de uma cisão de um Partido Socialista. No caso brasileiro havia uma influência do positivismo no meio intelectual radical e do anarquismo no meio sindical organizado. Nesse sentido, o Partido Comunista do Brasil recebe esta marca na origem, qual seja, o fato de não possuir no seu interior uma tradição marxista. Além disto, a prática no seio de um partido comunista é significativamente diferenciada da prática no interior de uma organização anarquista. No caso particular das "vinte e uma condições"⁶ para o ingresso na III Internacional existia toda uma preocupação no sentido de

⁴ Em função da existência de um número significativo de trabalhos sobre as origens do PCB tentarei evitar as contínuas indicações, que se tornariam necessárias, anotando, a seguir, minhas principais fontes. Além disto, existem alguns detalhes que variam de autor para autor como, por exemplo, a grafia dos nomes ou sua profissão. Neste aspecto, estarei utilizando os dados da maneira que se mostrarem mais confiáveis e precisos, sem indicar as várias possibilidades presentes em toda a bibliografia lida. As principais fontes são: CARONE, 1982a; BASBAUM, 1976b; BRANDÃO, 1978; DULLES, 1977; LIMA, 1982; MARQUES NETO, 1993; MARTINS RODRIGUES, 1991; PANDOLFI, 1995; PEREIRA, 1976 e 1980; ZAIDAN FILHO, 1985 e 1988.

⁵ Cf. RODRIGUES, 1991, p. 363; PEREIRA, 1980, p. 01 e ZAIDAN, 1985, p. 15.

⁶ A maioria dos Partidos Comunistas, principalmente na Europa, surgiram a partir de cisões no interior dos PSs. Em função disso, a III Internacional, em seu segundo congresso, buscou criar um conjunto de normas para "separar o joio do trigo", para utilizar uma linguagem bíblica. Nesse sentido aponta a introdução das 21 condições:

"A Internacional Comunista está ameaçada pela invasão de grupos indecisos e hesitantes que ainda não puderam romper com a ideologia da II Internacional.

Além disso, certos Partidos importantes (italiano, sueco), onde a maioria se coloca sob o ponto de vista comunista, conservam ainda em seu seio numerosos elementos reformistas e social-pacifistas que aguardam a ocasião para levantar sua cabeça, sabotar ativamente a revolução proletária, vindo assim a ajudar a burguesia e a II Internacional.

Nenhum comunista deve esquecer as lições da República dos Sovietes húngara. A união dos comunistas húngaros com os reformistas tem custado caro ao proletariado húngaro.

É por isto que o 2º Congresso internacional crê que deva fixar de maneira a mais precisa as condições de admissão de novos Partidos e indicar, ao mesmo tempo, aos Partidos já afiliados as obrigações que incumbe a eles." Thèses, manifestes..., 1984, p. 39, minha tradução.

O eixo principal desta resolução da III Internacional já foi apontado acima. Além disto existem outras indicações no sentido de orientar a intervenção dos Partidos Comunistas no campo da legalidade e da clandestinidade, na criação de órgãos de imprensa próprios, no desenvolvimento de uma centralização quase que militar no interior de suas fileiras, dentre outras coisas.

levantar um muro bem alto para separar os PSs dos novos partidos comunistas recém fundados, além de colocar como base para o funcionamento dos PCs o "centralismo democrático". O Partido Comunista do Brasil enfrentará, assim, uma dificuldade extra, os anarquistas, ou melhor, os ex-anarquistas terão que iniciar uma aprendizagem no que diz respeito à liberdade de discussão e unidade de ação, o já mencionado "centralismo democrático".

Antes, contudo, do nascimento do PCB, chegou a existir, em 1919, um Partido Comunista do Brasil, com vida efêmera. Octavio Brandão menciona este Partido no seu *Agrarismo e industrialismo*, escrito em meados da década de 1920, sob pseudônimo:

A organização era frágil. O partido da época - de comunista só tinha o nome. Era um saco de gatos, um aborto de confusão e uma casa de orates: não valia um caracol. A ideologia anarquista criava uma série imensa de ilusões (MAYER <pseud.>, 1926:50).

Este partido surgiu sob o impulso direto e imediato da Revolução Russa, em uma época onde não se conhecia com maior profundidade o que de fato se passava na Rússia revolucionária. Desta forma, são os anarquistas que vão fundar o primeiro partido operário chamado Partido Comunista do Brasil.

Nos dias 21, 22 e 23 de junho de 1919 este partido foi fundado reunindo representantes de Alagoas, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo. Compareceram vinte e dois delegados, sendo cinco estrangeiros (CARONE, 1972:318-19). Este Partido, como se pode notar, tinha sua localização nos principais centros urbanos do país. Mais uma vez destacam-se Rio de Janeiro e São Paulo, onde aquele Partido já havia se constituído no início de 1919. No mês de junho criou-se o Partido Comunista do Brasil nacionalmente, se é que assim posso me expressar.

Este PCB chegou a desenvolver atividades de divulgação da Revolução Russa, tendo em Astrojildo Pereira⁷ o responsável pela direção do jornal

⁷ Segue aqui uma pequena indicação da trajetória política deste militante:

Spartacus, criado após a fundação do Partido (CARONE, 1972:320), em agosto de 1919.

Quando começaram a ser esclarecidas as orientações políticas da Revolução Russa, marxista, os anarquistas brasileiros começaram a se distanciar cada vez mais dessa idéia de Partido Comunista, sendo que uma parte deles retornou ao anarquismo e outra rumou em direção ao PCB que surgiu em 1922.⁸

Retomando as origens do PCB, o de 1922, os principais grupos que o originaram foram o *Grupo Comunista* do Rio de Janeiro e o *Centro Maximalista* de Porto Alegre. O Grupo do Rio de Janeiro foi fundado em novembro de 1921 e o de Porto Alegre existia desde o início de 1922 (V. RODRIGUES, 1991:363). Leôncio Basbaum, contudo, afirma que a *União Maximalista* de Porto Alegre foi fundada por Abílio de Nequete em 1918 (Cf. BASBAUM, 1976b:212). É Edgard Carone, porém, quem apresenta uma relação mais completa dos vários grupos que irão constituir o futuro Partido Comunista do Brasil.

A criação do Partido Comunista Brasileiro deve-se à fusão de pequenos núcleos de tendências pró-bolcheviques, que se formam a partir de 1917: *União operária 1º de Maio* (1917); *Liga Comunista*, *Centro Comunista* e *União Maximalista* (todos de 1918); *Círculo de Estudos Marxistas* (1919); *Grupo Zumbi* (1920); *Grupo Comunista* (1921) etc. (CARONE, 1972:321).

De todos os agrupamentos apontados acima deve-se dar um destaque para a *União Maximalista*,⁹ um dos agrupamentos mais antigos e um dos que mais se envolveu no sentido da fundação do PCB. Além deste, o *Grupo*

"Astrogildo Pereira Duarte Silva (1890-1965). Jornalista. Após ter militado no anarquismo, adere às posições comunistas e promove a fundação do PCB, do qual se torna um dos principais militantes e dirigentes. Com o pseudônimo de Américo Lêdo foi eleito suplente do Comitê Executivo da Internacional Comunista, em 1928. Exceto por pequenos períodos, manteve-se na secretaria geral do PCB, de sua fundação até novembro de 1930, quando é afastado do cargo em função do curso 'obreirista' que tomava o PCB. Em julho de 1931 sai do partido, ao qual retorna, porém, em 1945" (ABRAMO e KAREPOVS <orgs.>, 1987, p. 84).

⁸ Para se ter mais detalhes sobre este Partido Comunista ver BANDEIRA, 1980, pp. 151 e ss.; CARONE, 1972, pp. 318 e ss. e PEREIRA, 1962, pp. 42 e ss.

⁹ De acordo com Moniz Bandeira, a União Maximalista de Porto Alegre solicita a alteração de seu nome para Grupo Comunista, quando da fundação do grupo homônimo, em 1921, no Rio de Janeiro. V. BANDEIRA, 1980, p. 272.

Comunista do Rio de Janeiro, fundado a 7 de novembro de 1921 por Antonio de Carvalho, Astrogildo Pereira, Luiz Perez, dentre outros, desempenhará um papel importante no sentido da articulação dos vários grupos comunistas existentes no Brasil (BANDEIRA, 1980).

Pelo importante papel de divulgação da Revolução Russa no país e de combate à crítica anarquista a esta Revolução, vale destacar, também, o grupo *Clarté*, fundado em 1921, no Rio de Janeiro, por Evaristo de Moraes, Maurício de Lacerda, Agripino Nazaré, Everardo Dias, e outros. Este grupo inspirou-se na iniciativa de franceses, encabeçados por Henri Barbusse (BANDEIRA, 1980:267-8).

Pode-se verificar, portanto, o grande número de agrupamentos que se reivindicavam do comunismo e pretendiam construir um partido comunista no Brasil. Fica clara também, em função do período de surgimento destes grupos, a influência da Revolução Russa. Assim, a partir de uma iniciativa do *Grupo Comunista* de Porto Alegre o Congresso Nacional de fundação do Partido Comunista, Seção Brasileira da Internacional Comunista (PC-SBIC) foi marcado para os dias 25, 26 e 27 de março de 1922. As duas primeiras sessões tiveram lugar na cidade do Rio, no sindicato dos Alfaiates e dos Metalúrgicos, e a reunião final foi realizada na residência do pai de Astrogildo Pereira, onde moravam suas duas tias, já idosas, na Rua Visconde do Rio Branco, 651, em Niterói. Pela narrativa de J. F. Dulles, aparece a situação precária em que foi realizado este evento:

Cristiano Cordeiro, secretário do congresso e que, por isso, aparece - na fotografia dos participantes - segurando o livro das atas, recorda-se do pedido feito por Astrogildo a um dos delegados para que cantasse a "Internacional" com menos entusiasmo. Astrogildo não revelara às tias o que se passava (DULLES, 1977:147).¹⁰

Nove delegados ex-anarquistas (à exceção do alfaiate espanhol, Manuel Cendon, marxista), representantes de grupos comunistas do estado do Rio de Janeiro, da então capital federal, a cidade do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio

¹⁰ Para evitar qualquer confusão, esclareço que Cristiano Cordeiro, foi o *secretário do Congresso* de fundação do PCB, conforme afirma John F. Dulles e que o *primeiro secretário-geral do Partido* foi Abílio de Nequete, fundador da União Maximalista de Porto Alegre, um dos mais empenhados na criação do Partido. V. BANDEIRA, 1980, p. 278.

Grande do Sul e Pernambuco reuniram-se para a realização do Congresso de fundação do Partido. Estes grupos reuniam 73 inscritos em suas fileiras (PEREIRA, 1962:46, nota nº 02).

Uma das principais decisões deste 1º Congresso do PCB foi a aceitação por unanimidade das *vinte e uma condições de adesão à III Internacional*.¹¹

Os nove delegados que representavam 73 comunistas e fundaram o partido foram: *Manuel Cendon*, alfaiate espanhol, *Abílio de Nequete*, barbeiro em Porto Alegre e nascido na Síria, *Astrojildo Pereira*, jornalista do Estado do Rio, *Cristiano Cordeiro*, contador do Recife (ou professor, Cf. RODRIGUES, 1991:364), *João da Costa Pimenta*, Gráfico em São Paulo, *José Elias da Silva*, pernambucano fabricante de sapatos para senhoras do Rio (e marítimo, e "citado por Astrojildo como "pequeno funcionário". Cf. RODRIGUES, 1991:364), *Joaquim Barbosa*, alfaiate no Rio, *Luís Peres*, vassoureiro no Rio, e *Hermogêneo Silva*, eletricitista e ferroviário de Cruzeiro, São Paulo (DULLES, 1977:147).

A ordem do dia deste Congresso foi a seguinte: exame das 21 condições de admissão à III Internacional, estatutos do partido, Eleição da Comissão Executiva Central, medidas em benefício dos flagelados russos na região do Volga, outros (DULLES, 1977:147). Coube um papel de destaque para Astrojildo Pereira que já vinha se sobressaindo na articulação dos futuros comunistas brasileiros do PCB.

Após sua fundação o partido pôde viver fora da clandestinidade por quatro meses. Em 1922, ocorreu o *Levante do Forte de Copacabana*, o que levou ao estado de sítio e ao fechamento do Partido. Durante alguns meses do ano de 1927, com o esgotamento do prazo do estado de sítio, o PCB retornou à legalidade, editando o jornal diário *A Nação*. Com a votação da *Lei Celerada*, em agosto deste mesmo ano, o PCB volta à clandestinidade, para retornar à vida legal somente 18 anos após, em 1945.

Existem alguns aspectos que distinguem e marcam este novo partido que surge no cenário político brasileiro. O primeiro deles é o fato de que o PCB se propõe a ser uma organização partidária nacional e, no quadro brasileiro dos PRs estaduais, este fato era significativo. Além disto, sua base social era

¹¹ Sobre as "vinte e uma condições" ver a nota de rodapé número 06.

predominantemente urbana, isto para um país com a maioria da população residente no campo.

O objetivo daqueles nove militantes que fundaram o Partido Comunista era muito claro: conquistar o poder político pelo proletariado e transformar a sociedade capitalista em comunista. O partido da classe operária brasileira deveria, também, lutar e agir pela compreensão mútua internacional dos trabalhadores. [...] No Brasil, em 1922, sem nenhuma mediação, pregava-se, por via insurrecional, a instalação direta e imediata do regime comunista. Poucos anos depois, sem abrir mão do objetivo maior, a percepção era que o comunismo só poderia ser implantado no país após a realização de uma revolução do tipo "burguesa". A transformação da sociedade brasileira deveria ocorrer por etapas (PANDOLFI, 1995:71).

A tese da revolução por etapas criaria, contudo, muito mais problemas para o PCB, ao longo de sua existência, do que sua constituição enquanto partido nacional. Conforme será discutido mais adiante, o partido interpretou a conjuntura política brasileira visando a revolução socialista após a derrubada da oligarquia agrária pela burguesia industrial e desta pelos operários. Primeiro os "feudais", depois os industriais, para, finalmente, chegar a vez do proletariado.

Este tipo de orientação devia-se mais às discussões desenvolvidas no interior do partido, do que oriundas da III Internacional, uma vez que o PCB só ingressaria nesta organização em janeiro de 1924. A presença mais acentuada da Internacional só aconteceria no final da década de 1920, principalmente na discussão da política do "terceiro período" e na orientação daquilo que foi chamado de "obreirismo".¹²

Cabe esclarecer que, de maneira geral, vale a afirmação de João Quartim de que na década de 1920 o PCB vive um processo de *bolchevização* enquanto que na década de 1930 passa pela *stalinização* (REIS FILHO, 1991:69). Isto significa que quando de sua fundação até 1930, o PCB procura seguir *paripassu* a política e a forma organizacional do modelo russo/soviético. Após este período, trata-se da perseguição policesca aos opositores políticos. Nesse sentido, parece-me acertado afirmar que em relação à linha política para a intervenção na

¹² Tratarei com mais vagar destes dois pontos mais adiante, neste capítulo ainda.

realidade brasileira o Partido definiu por "conta própria" sua orientação, claro, procurando espelhar-se nas orientações internacionais. É no final da década de 1920 que acentua-se o processo de *centralização* política pelo organismo internacional. Esta centralização pode ser entendida como o início do que João Quartim chamou de stalinização.

Retomando as motivações relativas à origem do Partido, pode-se supor, como faz Pandolfi, que a fundação do PCB foi voltada para o Quarto Congresso da Internacional Comunista.

Ao que tudo indica, a convocação para o I Congresso foi feita às pressas, para que houvesse tempo hábil de enviar uma delegação para participar em Moscou do IV Congresso da IC, marcado para novembro de 1922. Para aquele pequeno agrupamento, ser membro da Internacional, e desfrutar do prestígio mundial, compensaria a pouca inserção no contexto nacional (PANDOLFI, 1995:71-2).

Parece-me, contudo, que a conclusão de Dulce Pandolfi é parcial e apressada. Isto porque a filiação do futuro Partido à Internacional Comunista, certamente, era um objetivo dos comunistas que militavam desde algum tempo antes de 1922, como por exemplo, a União Maximalista de Porto Alegre.¹³ Daí a apressar a criação do Partido existe uma distância razoável. Além disto, como a autora indica em nota de rodapé, Astrojildo Pereira afirma que foram cinco meses de preparação para o Congresso, ou seja, praticamente desde a fundação do Grupo Comunista do Rio de Janeiro, que se deu em 7 de novembro de 1921.

De qualquer maneira, o PCB não conseguiu sua aceitação pelo organismo internacional na primeira tentativa. Isto deveu-se, principalmente, ao desastroso desempenho do representante brasileiro, Antônio Bernardo Canellas. Por encontrar-se na Europa ele foi indicado como representante do PCB junto ao IV Congresso da Internacional Comunista. Se por má fé, por convicção ou por ignorância, ou por uma dose de cada uma delas, não é possível precisar, contudo,

¹³ Abílio de Nequete, o primeiro secretário-geral do PCB e um dos criadores da União Maximalista, possuía ligações com o movimento comunista no Uruguai e com a Agência de Propaganda para a América do Sul da Terceira Internacional. V. DULLES, 1977, p. 148. Como a própria fundação da Internacional Comunista já marcava, a idéia de revolução socialista, neste período, era a de revolução planetária. Desta forma, não fazia sentido que um Partido Comunista coerente estivesse de fora do quartel general da revolução mundial.

o porque do seu tipo de intervenção naquele Congresso. Como resumo de sua atuação, J. F. Dulles afirma:

Diz-se que em uma discussão Canellas teria "corrigido" uma tese de Lênin e, sob a impressão de que os partidos comunistas da América do Sul estavam cheios de anarquistas, Trotski havia rejeitado as observações de Canellas com um incisivo comentário sobre o "fenômeno da América do Sul" (DULLES, 1977:167).

Em função desse desempenho e de outros motivos também relevantes, o PCB foi considerado um "partido simpatizante". Na resolução sobre o PCB, redigida por Suvarine e aprovada pela Junta Executiva Ampliada da Internacional Comunista em dezembro de 1922, encontram-se as principais justificativas para considerar o PCB apenas como "partido simpatizante". Afirma-se nesse documento que o Partido

conserva restos da ideologia burguesa, sustentados pela presença da Maçonaria e influenciados por preconceitos anarquistas, o que explica a estrutura centralizada¹⁴ do Partido e a confusão reinante sobre a teoria e a tática comunistas (BANDEIRA, 1980:370).

Criticado por seu desempenho em Moscou, Canellas acabou por ser expulso do PCB em dezembro de 1923 (V. DULLES, 1977:168). Somente em janeiro de 1924, através do empenho de seus dirigentes e do relatório favorável do argentino Rodolfo Ghioldi (delegado da Comissão Executiva da Internacional Comunista), o partido pôde melhorar suas relações com a Internacional. Além disso, Rodolfo Coutinho foi enviado como representante do Partido para o V Congresso da Internacional Comunista. Este militante havia estudado Marx, não possuía origem política anarquista e "[...] possuía dinheiro suficiente para custear sua própria viagem" (DULLES, 1977:168).

Dulce Pandolfi apresenta uma visão levemente modificada.

¹⁴ Em função do sentido da crítica é de se supor que o termo é "estrutura *descentralizada*" e não o contrário, conforme aparece no texto.

Em janeiro de 1924, graças ao empenho do secretário geral Astrojildo Pereira, que viajou a Moscou para desfazer o mal-entendido, a filiação do PCB à Internacional Comunista foi, finalmente, conseguida (PANDOLFI, 1995: 72).

Creio que o mais verdadeiro sobre este caso é que ambos foram para Moscou, Coutinho e Astrojildo. Sendo que o primeiro foi o representante do partido no V Congresso da IC.¹⁵

Não são poucos os autores que afirmam a pobreza teórica do PCB. Isto, obviamente, teve conseqüências para a vida do partido.

Até meados da década de 1920 o Partido não produziu nenhuma análise significativa a respeito da realidade brasileira. Em função da ausência de tradição marxista os militantes comunistas brasileiros, nos primeiros anos da vida partidária, limitaram-se a funcionar como um grupo de propaganda da Revolução Russa e do movimento comunista internacional. Alguns militantes que se destacavam eram enviados para a URSS para aprimorar sua formação (PANDOLFI, 1995:79).

A soma destes fatos ao não reconhecimento como partido integrante da Internacional Comunista, em seu quarto Congresso, sugere a situação de "orfandade" na qual se encontrava o Partido Comunista do Brasil nos seus primeiros anos de existência. Além disso, o partido não apresentou um crescimento acentuado no número de militantes nos seus primeiros anos. Leôncio Martins nos informa que até meados da década de 1930 o crescimento do Partido foi muito modesto.

¹⁵ A afirmação reproduzida abaixo, sobre a representação brasileira no Congresso da Internacional Comunista, contida na nota de rodapé nº 40 do livro *Na contracorrente da história* reafirma o nome de Coutinho como o representante do PCB:

"[...] O PCB é admitido como seção da IC durante seu V Congresso, em 1924, quando esteve representado por Rodolfo de Moraes Coutinho. Neste congresso, sem se mencionar o nome de Trotsky, foi aprovada uma resolução de condenação à oposição russa e foi adotada a política de "bolchevização" dos partidos: no combate às heresias e aos desvios era necessária uma injeção de bolchevismo e para tanto deveriam seguir os exemplo do partido russo e "bolchevizar-se" a si próprios. Tal política não será de imediato implementada no PCB, mas lançará no partido as bases para a completa adequação às orientações da IC após o VI Congresso e a substituição de toda direção partidária em 1930-1931[...]" (ABRAMO e KAREPOVS <orgs.>, 1987, p. 86).

Em 1925, por ocasião do II Congresso (realizado nos dias 16, 17 e 18 de maio), o Partido registrava aproximadamente 300 membros, dos quais a metade no Rio de Janeiro e Niterói. Em 1928, o número de filiados ao PCB aumentou para 700, dos quais 400 no Rio, 80 em São Paulo, 80 no Rio Grande do Sul, 60 em Pernambuco e o restante espalhado em pequenos grupos na Bahia, Vitória, Campos, Juiz de Fora e outras localidades. Outros 700 membros que se haviam inscrito no período de 1922-1927 abandonaram o Partido (MARTINS RODRIGUES, 1991:365).

Além do fraco crescimento existe uma evasão de militantes muito acentuada. Dentre outras coisas, este tipo de "rotatividade" dificulta a formação de quadros partidários e lideranças reconhecidas.

O Partido Comunista buscou utilizar-se de alguns instrumentos de imprensa, criados por ele ou já existentes, para realizar o seu trabalho de agitação e propaganda. O primeiro órgão oficial do Partido foi a revista *Movimento Comunista*, que havia sido criada em janeiro de 1922 pelo Grupo Comunista do Rio de Janeiro. Em junho de 1923 ela foi extinta. De 1923 a 1924 o Partido Comunista do Brasil utilizou-se da página sindical de um jornal da grande imprensa chamado *O Paiz*, conseguindo influenciar e até mesmo a controlar esta seção do periódico. Isto foi possível "graças a uma aliança realizada com a principal liderança do sindicalismo cooperativista, Sarandy Raposo" (PANDOLFI, 1995:80).

Em 1927 o PCB conseguiu o controle do jornal diário *A Nação*, também da grande imprensa, através das simpatias que o proprietário deste, o intelectual de formação positivista Leônidas Rezende, demonstrava pelas propostas dos comunistas.

Finalmente, por iniciativa dos comunistas, no dia 1º de maio de 1925 surgiu *A Classe Operária*, um "jornal de trabalhadores, feito por trabalhadores". A tiragem de 5 mil exemplares esgotou-se rapidamente. Vendido basicamente nas fábricas, o jornal auxiliou o crescimento do partido. Três meses mais tarde, no seu 12º número, já com uma tiragem de 11 mil exemplares, sua circulação foi proibida. Inúmeras vezes fechado pela repressão, só iria reaparecer em 1928, vindo a se transformar em órgão oficial do PCB (PANDOLFI, 1995:80).

Destaca-se em relação à imprensa comunista do período a falta de continuidade de seus órgãos, basicamente pela repressão que se abatia sobre os comunistas em particular e sobre a esquerda em geral.

No tocante a outros aspectos da militância político-partidária pode-se afirmar que o Partido Comunista do Brasil, nos seus primeiros anos de existência, constituía-se mais num grupo de propaganda e divulgação da revolução russa e das idéias comunistas do que num partido com uma intervenção no movimento operário. De qualquer maneira, o principal local de intervenção do PCB eram os sindicatos. Era ali onde o partido buscava combater os anarquistas e socialistas e recrutar militantes para o seu interior.¹⁶

Esta atividade sindical do partido vai encontrar o seu auge, para estes anos iniciais da vida partidária, no final da década de 1920. As palavras de ordem eram "unidade sindical" e "frente única proletária". Um dos objetivos era a criação de uma "Confederação Geral do Trabalho". Antes de criá-la, em 1929, o PCB organizou algumas centrais regionais. No texto de Leôncio Martins pode-se ler que

[...] com a intenção de favorecer a criação da CGT, o PCB patrocinou, em 1927, a formação da Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro (FSRRJ), que teve como seu primeiro secretário o alfaiate sergipano, Joaquim Barbosa, um dos fundadores do PCB. Ainda na área sindical, o PCB organizou a Federação dos Trabalhadores Gráficos do Brasil, tendo como um dos seus principais dirigentes, João da Costa Pimenta, que também participara da fundação do Partido. Finalmente, em abril de 1929, o PCB criou a Confederação Geral do Trabalho, da qual Minervino de Oliveira foi o primeiro secretário-geral. A CGT apareceu como uma organização sindical comunista, tendo como seus principais pontos de apoio, os gráficos, os marceneiros e os trabalhadores da construção civil do Rio de Janeiro (MARTINS RODRIGUES, 1991:367).

¹⁶ "Durante os primeiros anos de vida do PCB, os sindicatos eram o locus principal de divulgação do ideário comunista. Além da difusão de livros, revistas, folhetos e artigos publicados em diversos jornais sindicais, a propaganda das idéias dava-se também sob a forma de palestras e festas realizadas nas sedes dos sindicatos operários. É interessante notar que a primeira edição brasileira do Manifesto Comunista de Marx e Engels data de 1924 e foi publicada em números sucessivos do semanário Voz Cosmopolita, órgão dos trabalhadores em hotéis, restaurantes e cafês" (PANDOLFI, 1995, p. 80).

Diferentemente de seus primeiros anos de vida, quando predominava a propaganda, pode-se afirmar que algum tipo de sucesso foi obtido pelo Partido na atuação sindical. Contudo, alguns dos dirigentes mencionados acima, como Joaquim Barbosa e João da Costa Pimenta irão sair do PCB em cisões provocadas por divergências na política sindical do Partido. É importante mencionar que este sofreu nos primeiros anos de sua existência algumas cisões. Não estarei retomando cada uma delas. No capítulo sobre o trotskismo tratarei das mais importantes de forma mais detalhada. Creio que é necessário citar este aspecto para destacar o fato de que o Partido não conseguiu lidar de maneira positiva com as dissensões internas. Não se tratava, ainda, das expulsões e expurgos próprios da fase stalinista. O PCB ainda não havia atingido esta etapa de sua história neste momento, como indiquei anteriormente. Estas cisões aconteceram, talvez, pelo fato do Partido possuir uma história recente, com pequena experiência política. Além disto, as pressões que pesavam sobre ele, como por exemplo a repressão, dificultavam uma postura mais conciliadora internamente. As divergências colocavam o Partido em risco, ou seja, ou se estava com a revolução e com o que o Partido formulava, ou se estava com a contra-revolução e tornava-se necessário eliminar o problema. Por fim, creio que o sectarismo próprio de uma organização de esquerda, moldada pela III Internacional, que tentava se construir no meio operário brasileiro, fechava o círculo ao redor do PCB e impossibilitava a construção de posições de consenso. De qualquer maneira, fica registrado que este partido não fugiu à regra, no tocante a este aspecto, que vários outros, inclusive o Partido Bolchevique - expressão de uma cisão política - seguiram. O importante, neste caso, foi que as cisões comunistas foram alimentar, num futuro muito próximo, a fração trotskista.

Outro aspecto a ser destacado nesta rápida descrição da trajetória do Partido Comunista do Brasil pelos anos de 1920 é aquele relativo aos congressos partidários. Do ano de sua fundação até a Revolução de 1930 o PCB realizou, além daquele de fundação, outros dois congressos partidários. Assim, entre os dias 16 e 18 de maio de 1925, o PCB realizou seu II Congresso

[...] num sobrado da antiga rua Senador Eusébio, no centro do Rio, com a participação de 17 delegados: seis eram membros da Comissão Central Executiva e os restantes eram representantes do Rio, Niterói, Pernambuco, São Paulo, Santos e Cubatão (PANDOLFI, 1995:97).

As principais decisões deste Congresso seguem, em sua maioria, as orientações e análises presentes no texto de Octavio Brandão, *Agrarismo e Industrialismo*, que estarei analisando mais adiante. De qualquer maneira, este evento constituiu-se numa primeira tentativa do Partido Comunista do Brasil de realizar uma análise mais detalhada da realidade brasileira. As principais conclusões políticas apontavam no sentido de identificar uma contradição básica que fazia girar a roda da luta de classes no Brasil. Esta contradição opunha o capitalismo agrário e semifeudal ao capitalismo industrial moderno. A cada um destes pólos aliava-se um fração do imperialismo internacional: os ingleses apoiavam os "agrários" e os norte-americanos apoiavam os "industriais".

As revoltas tenentistas de 1922 e 1924 seriam, para os comunistas, a expressão mais evidente da contradição apontada anteriormente. Caberia ao Partido apoiar os revoltosos pequeno burgueses que, após duas revoltas colocariam, com a "terceira revolta", a burguesia industrial no poder. O passo seguinte seria a tomada do poder pelo proletariado.¹⁷

Quase quatro anos após a realização de seu II Congresso, o Partido Comunista do Brasil irá promover o último evento partidário deste porte nos correr dos anos de 1920.

O III Congresso do PCB realizou-se nos dias 29, 30 e 31 de dezembro de 1928 e 1, 2, 3 e 4 de janeiro de 1929, numa chácara situada à rua Benjamin Constant, em Niterói, antiga sede da Federação Operária do Estado do Rio, com a presença de 31 delegados (PANDOLFI, 1995:99).

Destes, 10 eram membros da antiga direção, 13 deles representavam 6 organizações regionais. Havia, também, 2 representantes da Juventude Comunista, 3 presentes sem direito a voto e mais 3 participantes, apenas como ouvintes. Os estados representados foram Espírito Santo, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e o Distrito Federal. Deixaram de mandar representantes Bahia e Minas Gerais. Entre os presentes havia uma maioria de operários, 16, em menor número estiveram presentes os intelectuais e

¹⁷ Para redigir esta apresentação resumida das decisões do II Congresso do PCB utilizei-me do texto de Dulce Pandolfi, que realiza uma síntese da discussão a respeito do tema. V. PANDOLFI, 1995, pp. 97 e ss. Insisto junto aos leitores que uma análise mais detalhada das teses saídas deste Congresso será realizada a seguir, quando da análise do livro de Octavio Brandão, mencionado no corpo do texto, uma vez que a identificação entre ambos é patente.

"empregados", com 6 delegados em cada uma dessas categorias e, por fim, 3 "diversos" (PEREIRA, 1962:114).

A pauta do III Congresso foi extensa e tratou de pontos diversos. Foram aprovadas, entre as teses, o conjunto de moções e as resoluções, nada menos do que 16 itens. Destaco algumas, em função da importância relativa à análise da realidade brasileira e à intervenção do Partido Comunista do Brasil: "A situação política nacional e a posição do Partido Comunista"; "A luta contra o imperialismo e os perigos da guerra"; "O trabalho do partido nos sindicatos operários"; "Sobre a questão camponesa"; "Sobre o Bloco Operário e Camponês" (PEREIRA, 1962:114 e ss.).

A principal alteração produzida por este Congresso na análise dos comunistas sobre a realidade brasileira foi uma reavaliação do papel desempenhado pela pequena burguesia na revolução democrático-burguesa. De acordo com a reorientação estabelecida, mesmo em se tratando da revolução democrático-burguesa, não seria a pequena burguesia aquela classe capaz de levá-la às últimas conseqüências. A única classe historicamente habilitada para realizar tal tarefa era a classe operária.

Além desta mudança, o III Congresso do PCB reavaliou sua intervenção no interior do Bloco Operário e Camponês (BOC) e buscou traçar uma política em relação ao campesinato, classe esta que deveria ocupar o lugar de principal aliado do proletariado na revolução, uma vez que a pequena burguesia havia "perdido" este posto (V. PANDOLFI, 1995:99).

As reorientações políticas elaboradas no III Congresso do Partido Comunista do Brasil sofreram influência da Internacional Comunista, senão por falta de demonstração empírica, por dedução lógica, uma vez que no período de julho a setembro de 1928, alguns meses antes dos comunistas brasileiros realizarem o seu Congresso,

[...] a Internacional Comunista, sob a hegemonia da URSS, realizou o seu VI Congresso. Nessa ocasião, os dirigentes da Internacional previam que um novo surto revolucionário ocorreria em diversos países, em decorrência da crise aguda do sistema capitalista (PANDOLFI, 1995:99).

A previsão deste novo surto revolucionário, a fase final do capitalismo, conhecido como "terceiro período",¹⁸ levou os vários PCs a adotarem uma postura bastante sectária, com o intuito de enfraquecer a social-democracia, principalmente na Europa, e distinguir-se claramente diante das massas de qualquer outra facção dita revolucionária. O sentido deste raciocínio era fortalecer os Partidos Comunistas para que estes pudessem conduzir a nova onda revolucionária, dirigindo os movimentos nacionais da revolução mundial.

No caso brasileiro, era tarefa do Partido Comunista do Brasil criar a "independência" política e ideológica em relação às frações anarquista e socialista do movimento operário, além de distanciar-se da classe média, ou do tenentismo em particular.

Esta reorientação política definida pelo III Congresso leva o Partido a distanciar-se do movimento que se iniciava em 1929, com a Aliança Liberal, e que culminaria em 1930, com a Revolução de 3 de outubro. O PCB isola-se em relação a este movimento, à medida que "espera" o desfecho da *terceira revolta* para assumir a posição de liderança da revolução que, daí sim, seria a revolução proletária. Acaba por afastar-se, ainda segundo esta nova orientação, da pequena burguesia, do tenentismo e acaba por se paralisar.

A influência da III Internacional pode ser vista como significativa para estas alterações, à medida que leva o PCB a reorientar sua intervenção. Mais especificamente, o Partido afastou-se dos tenentes em função da crítica feita pela Internacional à pequena burguesia que, no caso brasileiro, era representada pelo tenentismo.

Além da já mencionada intervenção no meio sindical, o Partido Comunista procurou intervir, também, pela via parlamentar. O meio encontrado para tanto foi a articulação, primeiramente, do *Bloco Operário* e depois do *Bloco Operário e Camponês*, o BOC. No próximo capítulo estarei tratando de alguns aspectos relativos ao BOC. O mais significativo deles é o fato de ter sido inspirado no partido nacionalista chinês, o Kuomintang. Farei, a seguir, as principais indicações a respeito deste Bloco.

¹⁸ Em relação a estes "períodos", temos o primeiro, entre os anos de 1917 e 1924, onde verificou-se uma crise do capitalismo e um ascenso revolucionário; o segundo, de 1925 a 1928, marcado pela estabilização do capitalismo.

Procurando implementar as resoluções de seu II Congresso, realizado em maio de 1925, e que procuravam ampliar a área de intervenção do Partido, o PCB resolveu criar uma via para sua atuação parlamentar.

A intervenção sindical do partido, neste período, estava encontrando pela frente algumas dificuldades, uma vez que "[...] o movimento sindical brasileiro atravessava uma fase difícil [...]" em função da crise econômica em que vivia o país, causada, dentre outras coisas, pela desorganização econômica provocada com a Primeira Grande Guerra Mundial, pelos efeitos das revoltas tenentistas e da marcha da Coluna Prestes, além dos estados de sítio quase intermináveis (PEREIRA, 1962:69). Estas dificuldades não impediram, contudo, que o PCB mantivesse uma intensa atividade junto aos sindicatos.

Com o fim do estado de sítio, em janeiro de 1927, o PCB voltava à legalidade, após mais de quatro anos de vida clandestina. Além disto, estavam marcadas eleições parlamentares para 24 de fevereiro. Estavam abertas as condições para que o PCB pudesse ter um outro tipo de ação de massas, além da sindical, a campanha eleitoral.

Foi então lançada, no dia 3 de janeiro, no jornal *A Nação*, uma *Carta Aberta* que chamava a constituição do Bloco Operário, uma espécie de frente política que visava as eleições que se aproximavam. Esta iniciativa foi dirigida

[...] A MAURÍCIO DE LACERDA, A AZEVEDO LIMA, AO PARTIDO SOCIALISTA, AO CENTRO POLÍTICO DOS OPERÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL, AO CENTRO POLÍTICO DOS CHOFERES, AO PARTIDO UNIONISTA DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO, AO CENTRO POLÍTICO PROLETÁRIO DA GÁVEA, AO CENTRO POLÍTICO PROLETÁRIO DE NITERÓI (PEREIRA, 1962:87, caixa alta no original).

Este chamamento não atingiu plenamente seus objetivos, "[...] mas, em 1927, o PCB articulou o Bloco Operário, que conseguiu eleger um deputado para a Câmara Federal, o médico Azevedo Lima, que não era comunista" (PANDOLFI, 1995:87). Segundo Astrojildo Pereira, uma das principais características desta *Carta*, que dificultou a adesão de todos para os quais ela se dirigiu, foi o seu teor sectário, ou melhor, "a linha da *Carta Aberta* era sectária em sua inspiração e mais sectária ainda em sua significação política" (PEREIRA,

1962:100). Apesar do rigor da crítica de Astrojildo Pereira, esta *Carta* serviu aos propósitos do Partido naquele momento.

Com a votação da *Lei Celerada*, em agosto de 1927, o PCB foi colocado numa situação de semiclandestinidadade. Este fato levou a sua direção a buscar novas formas de atuação, agora não mais sob um estado de sítio mas sob uma lei de repressão aos comunistas.

A recente experiência do Bloco Operário estava a indicar uma saída lógica, que as próprias circunstâncias impunham: a sua ampliação no plano nacional e a sua utilização como cobertura legal para a ligação do Partido com as massas. Converteu-se então o Bloco Operário em Bloco Operário e Camponês, organizando-se em "centros" locais permanentes, com estatutos e direções próprios, sob a direção do Partido (PEREIRA, 1962:102).

Embora a nova sigla incorporasse o *camponês* à sigla anterior este "[...] representava apenas uma palavra incluída no BOC, era um desejo, um propósito, mas mesmo assim servia como indicação de largos e justos objetivos" (PEREIRA, 1962:102). Apesar de não conseguir estabelecer uma ligação do Partido com os camponeses, ou seja, a atuação do PCB era predominantemente urbana e localizada nos principais centros, o sucesso eleitoral do BOC em 1928 foi extremamente significativo para as condições de trabalho político a que estava submetido. Nas eleições para o Conselho Municipal do Rio de Janeiro, foram eleitos dois representantes do BOC e do PCB, Octavio Brandão e Minervino de Oliveira, um intelectual e um operário marmorista.

Este resultado eleitoral foi uma grande vitória para os comunistas. Contudo, o PCB não conseguia "[...] extrair os ensinamentos que a experiência colocava em nossas mãos [...]" e os erros se acumularam. Com isto que o BOC, "[...] depois da brilhante vitória eleitoral de 1928, passou a sofrer sucessivas derrotas federais, estaduais e municipais" (PEREIRA, 1962:103).

O fim desta frente eleitoral estava próximo.

Em março de 1930, o BOC, na sua última investida, lançou candidatos à presidência da República, ao Senado Federal e às Assembléias Legislativas. Obteve uma votação inexpressiva, e nenhum dos candidatos foi eleito. O BOC, que já vinha sendo

duramente criticado, foi imediatamente extinto (PANDOLFI, 1995:87).

Os problemas que o Partido Comunista do Brasil enfrentou, contudo, não cessaram por aqui. Talvez uma das maiores dificuldades enfrentadas no final da década de 1920 tenha vindo da III Internacional, que provocou o desmantelamento de sua direção, às vésperas da Revolução de 1930. A partir do VI Congresso da Internacional Comunista, realizado em meados de 1928, aumenta de maneira significativa a centralização exercida pela Internacional sobre o PCB, conforme já mencionei anteriormente. A política responsável por esta desarticulação ficou conhecida como "obreirismo".

É necessário dizer que essa influência vinha em grande parte via o Secretariado Sul-Americano da III Internacional e de seus membros que interferiram, às vezes diretamente, na direção do PCB. Otávio Brandão diz que foi

[...] duramente combatido na Conferência dos Partidos Comunistas, em Buenos Aires, em 1930. Ouviu "[...] 16 discursos de ataques, inclusive pessoais" (BRANDÃO, 1978:379).

Continuando, ele diz que

na Conferência de Buenos Aires, tentei resistir à linha política terrivelmente falsa e "esquerdista" de Revolução Soviética imediata. Estava sozinho. Fui transformado em bode expiatório de todas as culpas e ameaçado de expulsão.

Tive de aceitar, continua Brandão, e defender a linha de Revolução Soviética imediata, por disciplina, para não ser expulso do PCB como "traidor" e porque ela foi preconizada em nome da Internacional Comunista (BRANDÃO, 1978:380).

Este tipo de orientação fez com que o partido se tornasse marginal ao movimento operário. No período compreendido entre 1930\1934 o PCB se destroça em função do seu sectarismo.

Não só do Secretariado Sul-Americano, mas também de Moscou choviam críticas. Na reunião do Secretariado para a América Latina da Internacional Comunista, Ferreira Lima diz em seu livro,

fomos acusados de orientar toda a tática e estratégia do P. C. B. na espera da "terceira revolta", colocando-nos desse modo a reboque da pequena burguesia; de menosprezarmos as reivindicações específicas do proletariado [...] enfim de adotarmos uma política pequeno-burguesa, contrária ao leninismo e às recomendações da I. C. Em resumo: fomos totalmente arrasados na ideologia e na ação prática que seguíamos (FERREIRA LIMA, 1982:103-4).

Há uma concordância entre os autores abordados sobre os males que o "obreirismo" causou para o PCB. Basbaum relata que ao retornar ao Rio, em janeiro de 1931, foi informado que uma

[...] Conferência Nacional, ou melhor, uma reunião ampliada do Comitê Central, que durara dois dias, havia destituído de seus cargos todos os seus membros intelectuais [...]. (BASBAUM, 1976:93)

Quando Leôncio Basbaum afirma que todos os intelectuais foram afastados da direção do Partido não se tratou de um exagero. Ele próprio também o foi.

Octavio Brandão, sobre este tema, diz:

A Comissão Central Executiva, que dirigiu o PCB desde o nascimento em 1922, durante 8 longos e duros anos, foi liquidada em 5 minutos por proposta de Astrogildo e por ordem superior, numa reunião em Niterói [...]. No dia seguinte, o PCB não tinha direção. E assim ficou durante 15 anos (BRANDÃO, 1978:380).

Ferreira Lima continua:

encontrei o Partido desarvorado, quase paralisado, como se estivesse acuado, numa das piores senões na pior fase de sua existência. [...] A velha direção que eu deixara desaparecera (FERREIRA LIMA, 1982:139).

Isso se deu quando de sua volta de Moscou, logo após a Revolução de 30.

Este período foi significativo para os principais dirigentes do Partido Comunista do Brasil e havia uma avaliação comum entre eles sobre as mudanças que partido vinha sofrendo. Esta concordância explicitou-se, ou passou a existir, nos livros de memórias que estou utilizando. Em alguns casos os autores citam uns aos outros, como no trecho em que, citando as memórias de Basbaum, Ferreira Lima diz:

Leôncio Basbaum escreve em suas memórias: "No começo de 1930 chegava Astrogildo (de Moscou) e, nas primeiras reuniões [...] levantou o problema da proletarização [...] Depois de longas discussões, decidiu o C. C. que deveria haver menos intelectuais no Partido", pelo menos no Bureau Político (FERREIRA LIMA, 1982:104).

Essa "proletarização" visava afastar as influências pequeno-burguesas na direção do partido, detectadas pela I. C. Conclui Ferreira Lima:

aqui temos a gênese do tão falado obreirismo entre nós, causador de tão maléficas conseqüências em nosso meio e que, como vemos, suas raízes mais profundas mergulham nas reuniões de Moscou, que acabamos de abordar (FERREIRA LIMA, 1982:105).

Como pudemos observar as memórias dos antigos militantes e dirigentes do PCB são enfáticas e persistentes na indicação dos problemas que prejudicaram o fortalecimento do partido na década de 30.

Quando eclodiu a revolução liderada por Getúlio Vargas em outubro de 1930, o PCB, de acordo com a nova orientação, manteve-se à margem do processo, por considerar uma mera quartelada pequeno-burguesa contra os interesses do proletariado. É interessante chamar a atenção para o fato de que, em março daquele ano, o partido havia participado das eleições, lançando, inclusive, candidato à presidência da República (PANDOLFI, 1995:100).

A partir desta passagem do texto de Dulce Pandolfi, chamo a atenção para dois aspectos importantes: a crise do Partido Comunista provocada pela

depuração realizada pela Internacional Comunista e a desarticulação do BOC. Tratava-se de substituir os antigos dirigentes que possuísem algum prestígio por militantes da confiança da "matriz", em Moscou. Aliás, cabe frisar que o PCUS e a própria Internacional passavam por uma situação semelhante. É no interior deste processo que o Partido busca implementar as novas orientações políticas. A principal mudança foi, neste momento, a desarticulação do BOC que é tido como elemento importante para o crescimento do PCB num momento, para, no instante seguinte ser desmantelado porque era extremamente danoso para os interesses da revolução e desse mesmo Partido.

Na tentativa de concluir esta parte da discussão posso dizer que é bastante conhecido o fato de que "a questão latino-americana esteve efetivamente ausente, no seio da IC, até pelo menos a realização de seu VI Congresso" (ANTUNES, 1995:16), em meados de 1928, quando é produzida a primeira série de resoluções políticas sobre ela. A partir de então, o processo de centralização política do Partido pela Internacional Comunista foi bastante rápido e incisivo. Assim, o Partido abandona, em grande medida e em aspectos decisivos, sua orientação "nacional", oriunda de Octavio Brandão e seu *Agrarismo e industrialismo*, para seguir a orientação "Internacional", com o perdão do trocadilho ortográfico, sob os efeitos do processo de stalinização e decorrente da eliminação das oposições, como por exemplo a trotskista.¹⁹

Além das dificuldades já apontadas e dos limites impostos à ação do Partido Comunista do Brasil, vale destacar uma outra, as condições materiais de existência dos militantes da esquerda brasileira em geral, uma vez que este tipo de condição não distingue seus alvos a partir das convicções políticas de cada um deles. Dulce Pandolfi selecionou uma passagem ilustrativa dessas condições:

É Heitor Ferreira Lima quem relembra:

"Proscritos dentro do próprio país, sem trabalho nem remuneração certos, apesar das constantes e extenuantes atividades, sem recursos regulares para alimentação, nem

¹⁹ Uma boa síntese desse processo de "aproximação" da Internacional Comunista em relação aos PCs latino-americanos e, mais particularmente, do PCB pode ser encontrada no artigo de Ricardo Antunes, "Os comunistas no Brasil: as repercussões do VI Congresso da Internacional Comunista e a primeira inflexão stalinista no Partido Comunista do Brasil (PCB)", indicado na bibliografia desta dissertação.

moradia garantida, insegurança permanente, acrescidas das perseguições policiais ininterruptas nas ruas, nos locais de reuniões, nos lugares conseguidos para ocasional repouso ou esconderijos, sob caçada implacável, vivíamos como animais acuados. [...] Tal modo de existência, cheia de perigos angustiantes, insuportável para qualquer outro desprovido do idealismo, dedicação, apego quase desesperado de que estávamos forrados, sustentava-se somente pela fé inabalável que nos impulsionava, como fogo consumidor e ardente ao mesmo tempo, porque nos aniquilava também. [...] Para muitos, no entanto, não passávamos de bandidos, arruaceiros ou vulgares desordeiros. É preciso tê-la vivido, entretanto, em sua amarga plenitude, para conhecer seu custo doloroso, quase sobre-humano."

Portanto, ao lado do heroísmo, da abnegação e devoção à causa, ser comunista era também ser clandestino, ser perseguido pela polícia, enfim, ser tratado pela "burguesia" como um bandido (PANDOLFI, 1995:79).

Estabelecendo uma relação deste tema com os trotskistas, pode-se dizer que, se para os comunistas esta situação era bastante difícil, para os militantes dissidentes do PCB, e para os trotskistas mais especialmente, havia ainda um complemento que era a perseguição levada a cabo pelos próprios comunistas. Alguns textos do Partido alinham adjetivos do tipo "agentes do imperialismo", "fascistas", "agentes policiais infiltrados no movimento", "traidores da classe operária", etc. Se estas idéias foram impressas e divulgadas abertamente, não é difícil de se imaginar o tipo de ação concreta desenvolvida contra esta fração da esquerda, os trotskistas, pelo PCB. Foi sob estas condições, portanto, que o Partido Comunista do Brasil e sua fração trotskista enfrentaram a Revolução de 1930.

2.2 "Agrarismo e industrialismo"

O ensaio de Octavio Brandão, *Agrarismo e industrialismo*,²⁰ teve uma influência significativa na elaboração política do PCB até o início dos anos de 1930. Em função disto, é necessário expor e analisar algumas das principais teses que compõem este texto. Assim, podem ser compreendidas de maneira mais clara as origens das análises apresentadas pelo Partido sobre a Revolução de 1930.

Antes de iniciar o trabalho de discussão considero necessário realizar uma apresentação desse texto, uma vez que ele possui um caráter pioneiro e foi duramente criticado por vários autores acadêmicos e por comunistas. Assim, se o considerarmos

[...] *fora do contexto*, vale dizer, não levando em conta seu caráter pioneiro e a precariedade dos instrumentos teóricos manejados por Brandão (uma assimilação sumária e filosoficamente ingênua da dialética marxista, uma desenvoltura pueril na aplicação dessa dialética à periodização da história do proletariado no Brasil...), *Agrarismo e industrialismo não resiste à crítica* (QUARTIM DE MORAES, 1991:76, grifos meus).

Apenas a título de exemplo das críticas recebidas por Brandão menciono a opinião de Luis Carlos Prestes, expressa da maneira que segue:

O livro do Brandão, que exerceu uma influência muito grande na direção do partido, é um tema completamente errado. *Agrarismo e Industrialismo...* Ele resolveu criar uma oposição entre o agrarismo e o industrialismo e batizou: o agrarismo está com o Imperialismo Inglês e a industrialização está com o Imperialismo Americano. Isso é artificial. É completamente

²⁰ A cópia do texto utilizado apresenta uma série de anotações feitas, provavelmente, pelo autor. Estas anotações, em sua maioria, fazem correções gramaticais, mudanças de alguns termos e supressão de outros. Em função disto, não estarei levando em conta estas anotações por não alterarem de forma significativa nenhum aspecto do conteúdo do ensaio. Além disso, alerto o leitor que utilizei nas transcrições a forma ortográfica atual, por considerar que este tipo de procedimento não altera em nada o conteúdo do trabalho analisado.

Por fim, informo também que utilizei uma cópia xerográfica do referido texto, conseguida no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), onde está depositado o original.

artificial... E ele não tinha noção nenhuma de dialética. Ele dizia que o governo do Bernardes foi pior do que o governo do Epitácio. O Governo do Washington Luiz foi pior que o do Bernardes. E que o futuro que viria seria pior que o do Washington Luiz. Isso era a dialética dele. Um mecanicismo vulgar. Não tem nada a ver com dialética (PRESTES, 1993:96).

Conforme apontei acima, esta não é a única fonte de crítica a esse trabalho de Brandão.²¹ Considero, contudo, que uma vez situado no contexto da época, *Agrarismo e industrialismo* apresenta uma série de virtudes.

O único autor a ressaltar-lhe os aspectos positivos, após fazer-lhe a crítica, foi João Quartim de Moraes, ao afirmar que

de poucas obras dir-se-á com razão serem tão paradoxais quanto *Agrarismo e industrialismo*. Seus defeitos saltam aos olhos, mas não devem fazer perder de vista nem o pioneirismo doutrinário, [...] nem a percepção, que nos parece justa, de que o principal conflito no Brasil de então opunha os interesses da nação aos das oligarquias agrárias. Também são globalmente justas suas observações sobre o imperialismo e a subordinação econômica dos interesses agrários à alta finança inglesa, bem como sobre as perspectivas sombrias que nos reservava nossa posição de monoexportadores de café (QUARTIM DE MORAES, 1991:79).

No quadro do assim chamado pensamento social brasileiro da época, caracterizado pela predominância do liberalismo oligárquico e do autoritarismo, esse ensaio de Octavio Brandão significou uma ruptura. Brandão realiza, pela primeira vez, uma análise onde estão presentes as classes sociais em confronto, a disputa de interesses políticos e econômicos, nacionais e internacionais.

Em relação aos anarquistas e socialistas vale dizer que não produziram muitas análises sobre a realidade brasileira do período. Em relação aos primeiros não é demais lembrar que seu declínio político inicia-se por volta da década de 1920. Além disto, os anarquistas eram mais afeitos à agitação e à ação direta do

²¹ Podem ser encontradas observações críticas a *Agrarismo e industrialismo* em vários textos, como por exemplo: PANDOLFI, 1995, p. 98, onde esta autora toma como fio de sua crítica Astrojildo Pereira. A ênfase das críticas recaem, via de regra, sobre o esquematismo e mecanicismo do texto de Brandão e das teses e resoluções do PCB que se basearam nesse ensaio.

que às grandes análises teóricas sobre a realidade. Digo isto sem qualquer sentido pejorativo. No que tange aos socialistas, havia uma dispersão muito acentuada, o que dificultou a elaboração de maiores e mais complexas análises sobre o Brasil, até a Revolução de 1930, pelo menos.²²

Apesar de ser um texto pioneiro, ou justamente por este motivo, encontram-se nele várias influências do pensamento social que o antecedeu. Uma marca visível é aquela deixada por Euclides da Cunha, no que diz respeito a busca de uma explicação a partir da raça e do meio físico. A organização mais geral de *Os sertões* deixa explícito o caminho seguido por Euclides da Cunha. Com "a terra, o homem, a luta", este autor vai traçar um perfil do país que, para os padrões da época, chega a ser avançado. O próprio Euclides apresentava simpatias pelas idéias da esquerda. "Nesta cidade (São José do Rio Pardo, no estado de São Paulo), fundou ele (Euclides), com Francisco Escobar e Paschoal Artese, um *partido socialista*, avançado para a época" (VENÂNCIO FILHO, 1995:627, grifo meu). Assim Francisco Venâncio Filho relatou este fato.²³

²² Identifico nesta passagem uma visível falta de fundamentação empírica para minhas afirmações. Apesar disto, optei por mantê-las na forma em que se encontram por considerar que a bibliografia sobre o movimento operário não apresenta estudos, ou mesmo indicações, que destaquem textos, documentos, etc., que tenham sido elaborados por anarquistas ou socialistas, onde uma análise minimamente sistemática da realidade brasileira apareça. Para fundamentar estes aspectos, portanto, teria que realizar uma outra pesquisa de fontes, tendo como objeto aquelas correntes do movimento operário. Este trabalho não é possível de ser realizado, de maneira apropriada, neste momento.

No que diz respeito ao pensamento liberal e ao autoritário, é quase senso comum que estes predominaram na Primeira República. Também em relação a estas formas de análise sobre o Brasil, considero que estaria desviando por demais meu foco de atenção caso me debruçasse sobre esta literatura, ainda mais quando essa referência ao pensamento social brasileiro surge em meu texto apenas para destacar o aspecto pioneiro do trabalho de Octavio Brandão, texto este que é o centro da exposição e das análises que estarei desenvolvendo a seguir. Aponto um texto significativo sobre o pensamento autoritário na Primeira República que serviu-me como orientação mais genérica sobre o tema: "Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação", de Bolivar Lamounier (LAMOUNIER, 1990).

²³ É curioso o depoimento prestado ao autor destas linhas por um militante comunista, com mais de setenta anos de idade, chamado Diogo Ximenes em relação a Euclides da Cunha. Esse comunista relatou-me que, segundo Luis Carlos Prestes, seu antigo amigo e camarada, "Euclides da Cunha foi o primeiro a fazer uma análise marxista do Brasil", e sugeriu-me a leitura dos seguintes textos de Euclides, para comprovar essa tese: "Contrastes e confrontos", "margem da história" e "margem da geografia". Meu objetivo, aqui, não é demonstrar ou negar a pertinência desta tese mas sim destacar que Euclides da Cunha influenciou até mesmo o "Cavaleiro da Esperança". Para os interessados na obra de Euclides da Cunha sugiro como leitura inicial os estudos de Gilberto Freyre e de Nelson Werneck Sodré, publicados em *Obra completa/Euclides da Cunha*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1995, 2 v.

Esta influência de Euclides da Cunha, presente no texto de Octavio Brandão, pode ser claramente verificada na passagem onde está dito que

O homem, como a terra, ainda está em formação. Não há o brasileiro - um tipo definido. Há uma mistura desordenada de raças e sub-raças.

O duplo caos da terra e do homem projeta-se sobre numerosos aspectos da vida nacional (MAYER <pseud.>, 1926:7).

Creio que, a título de apresentação sumária para *Agrarismo e industrialismo*, já temos o suficiente. Tratarei, a seguir, de expor as teses de Brandão.

Iniciando, propriamente, a análise de *Agrarismo e industrialismo*, temos a revolta tenentista de 1924 como o mote para Brandão realizar uma análise do Brasil, segundo ele, do ponto de vista marxista. "*Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de S. Paulo e a guerra de classes no Brasil*" é o subtítulo do ensaio de Brandão. Provavelmente sem se dar conta, este autor tenha sido o criador, em 1926, da expressão "marxismo-leninismo", que foi lançada, em março de 1928, por A. M. Deborin e seu grupo na Academia Comunista e no final dos anos trinta incorporada ao léxico marxista por Stalin (QUARTIM DE MORAES, 1991:78-9). Mais uma vez aparece o pioneirismo de Brandão.

A seguir, o autor irá debruçar-se também sobre os eventos de 1922, mais precisamente o levante ocorrido no Forte de Copacabana, conhecido como o episódio "Os dezoito do Forte", estabelecendo uma relação entre 1922 e 1924 para concluir que aproximava-se a chamada *terceira revolta*.

Finalmente, pude identificar no *Inventário analítico do acervo Octavio Brandão*, indicado na bibliografia desta dissertação, dois documentos relacionados a Euclides, o que não demonstra cabalmente a dívida daquele comunista para com este socialista, se é que posso dizer isto, mas sugere, pelo menos, uma simpatia intelectual que pode estar relacionada com o que foi produzido no texto *Agrarismo e industrialismo*. Os documentos são: "*Carta à Casa de Euclides da Cunha encaminhando cópias de trabalhos de sua autoria e relatando feitos de divulgação de Euclides da Cunha. Rio de Janeiro (DF), 5 abril 1958. 2 p. (cop. dt.)*", *Inventário analítico...*, p. 37, grifado no original e "*Pela memória magnífica de Euclides da Cunha. Artigo encaminhado a Arnaldo Jambo para publicação na imprensa de Maceió. Relata trabalhos nos quais o autor consagra e divulga Euclides da Cunha: livros, artigos, estudos, discursos, cursos e conferências, programas de rádio, no Brasil e na União Soviética. s. L., 27 novembro 1959. 3 p. (dt. c. 2 cop.)*", *Inventário analítico...*, p. 111, grifado no original.

Logo nas primeiras páginas encontramos que

Com a retirada de S. Paulo, foi transposta a primeira etapa da segunda batalha que a pequena-burguesia nacional travou contra os fazendeiros de café, senhores da nação: assim compreendemos a significação do movimento paulista de 5 a 28 de julho de 1924 (MAYER <pseud.>, 1926:3).

Dois aspectos recorrentes da análise de Brandão já despontam nesta passagem. O primeiro deles é a classificação do movimento tenentista como sendo pequeno-burguês. Presente ao longo do texto, e nas análises posteriores do Partido Comunista do Brasil, esta classificação do tenentismo, será acrescentada àquela na qual Brandão aponta os fazendeiros do café como "senhores da nação".

Na seqüência de seu texto, o autor procura identificar as causas que originaram as revoltas a partir da caserna e procura demonstrar a proximidade da já mencionada *terceira revolta*. Esta, necessariamente, aconteceria porque as causas das revoltas tenentistas de 22 e 24 continuavam a existir. Eram elas econômicas, políticas e psicológicas. As causas econômicas podem ser assim resumidas: déficit público, inflação, dívida externa, carestia, a disputa entre os imperialismos inglês e norte-americano pelo controle do mercado brasileiro, os grandes latifúndios, a concentração da produção capitalista, a falência política e econômica do Estado. Note-se a identificação do antagonismo anglo-americano, tema recorrente nas análises do PCB no período, e sua classificação como causa econômica.

Como causas políticas Brandão aponta o seguinte:

A situação revolucionária internacional; a vontade de dominação - vontade de potência, diria o filósofo - por parte dos grandes industriais cujos interesses muitas vezes são desprezados pelos grandes fazendeiros de café; a rivalidade crescente entre ambos, rivalidade política resultante da rivalidade econômica (comparar a produção manufatureira do Estado de S. Paulo com a sua exportação cafeeira, para ver que aquela, proporcionalmente, tem progredido mais que esta e caminha para nivelar-se-lhe e, posteriormente, ultrapassá-la); os direitos eleitorais da pequena burguesia pisados pela política atual (ver o não reconhecimento do senador Irineu Machado); o despertar desses elementos e o dos operários; a concentração de massas oprimidas em quatro cidades do

litoral e especialmente no trecho centro-oriental; o reforçamento da velha oligarquia de politikeiros paulistas e mineiros; um Congresso de bonzos que lambem as patas do Buda-fazendeiro de café; o enfraquecimento da força coletiva do governo, a desagregação da força política do Estado, força coercitiva, pelos empréstimos e valorizações, desagregação provocada pelo grande burguês agrário (fazendeiro de café), em proveito egoísta, individual, com o fim de multiplicar seus lucros, embora o Estado e o povo sejam sacrificados, por outras palavras, o próprio grande burguês agrário é quem mais enfraquece politicamente o seu Estado, o Estado burguês agrário do Brasil... (MAYER <pseud.>, 1926:4).²⁴

Inicialmente, chamo a atenção para a forma do texto, que é bastante esquemático. Existe um esforço por parte do autor no sentido de, ao que parece, reunir uma série de fatos para comprovar uma tese, sem que ele se preocupe em estabelecer uma relação entre os mesmos. A impressão que fica é que, para Brandão, os fatos falam por si mesmos. Isto pode ser notado nesta e em outras passagens. Contudo, o mais importante é o conjunto de avaliações sobre a realidade nacional e internacional. Quanto à "situação revolucionária" pode-se argumentar que em meados da década em questão, o grande impulso da Revolução Russa já havia arrefecido e o fascismo italiano já se instalara no poder, o que não caracterizava, portanto, a existência de uma situação revolucionária, pelo menos no centro do capitalismo, a Europa e, menos ainda, nos Estados Unidos. É significativo, no entanto, a menção do autor à cena internacional, do ponto de vista da metodologia de análise. O marxismo não prescinde da contextualização das realidades nacionais no quadro internacional para realizar suas elaborações analíticas.

As demais caracterizações presentes nessa passagem vão identificar de maneira inédita e com repercussões em trabalhos acadêmicos posteriores, conforme mencionei no primeiro capítulo desta dissertação, alguns aspectos decisivos da realidade brasileira: a rivalidade entre industriais e fazendeiros de café; as limitações e contradições do liberalismo oligárquico com o pisoteamento

²⁴ Peço a compreensão do leitor para as extensas citações. Isto se deve ao fato de estar expondo e analisando um documento significativo para o presente trabalho. Como não vou colocá-lo integralmente, na forma de apêndice, julgo necessário reproduzir as principais passagens do texto para apresentar, na forma e conteúdo, as idéias de Brandão. Parafraseá-lo pareceu-me mais prejudicial para os fins dessa exposição, à medida que *Agrarismo e industrialismo* é muito mencionado e pouco analisado.

dos "direitos eleitorais da pequena burguesia"; a domesticação do Congresso pelos fazendeiros de São Paulo e Minas e, de maneira significativa, o desgaste, a deslegitimação do Estado produzida pelas oligarquias, através do endividamento internacional e das "políticas de valorização do café".

Quanto às causas psicológicas, entendo que Octavio Brandão engloba aspectos que, do ponto de vista marxista, poderiam ser chamados, genericamente, de ideologia. A passagem do texto relativa a psicologia diz o seguinte:

O espírito de revolta; o abalo mundial produzido pela guerra e pela revolução russa; a luta entre o liberalismo de uma parte do Exército, impregnada de positivismo filosófico e o espírito tacanho, feudal, dos governantes; o mal estar moral e mental; a repulsa por todos esses processos em que a "justiça" se coloca ao lado do governo (ver o caso do jornalista Mario Rodrigues); o desejo de uma transformação; a desilusão por parte da pequena burguesia, de obter melhorias pelos "canais competentes", isto é, pela via legal, jurídica, pacífica, reformista; a incapacidade dos velhos e novos sistemas religiosos e filosóficos para resolver o problema social; a impressão penosa deixada num povo faminto pela festa do colar e pelas recepções a parasitas estrangeiros...

Se juntarmos a todas essas razões a dureza da repressão desta segunda tentativa de aniquilamento dos elementos feudais do país, repressão que será um dos maiores auxiliares dos revoltosos, compreenderemos integralmente a fatalidade da terceira tentativa, que poderá ser vitoriosa se os combatentes souberem aproveitar as lições das derrotas (MAYER <pseud.>, 1926:5).

Mais uma vez temos Brandão reforçando a tese da *terceira revolta*, que seria consequência da falta de outras alternativas para a crise de dominação por ele identificada. De maneira geral, a análise apresentada acima dá conta de traçar um perfil da situação de crise e seus desdobramentos pela qual passava o país naquele momento.

O autor procura, a seguir, realizar uma análise da situação internacional. As principais considerações são as seguintes:

A vaga revolucionária que, em 1917-1919, ameaçara despedaçar a amurada do capitalismo e recuara em 1920-1923, avança novamente (MAYER <pseud.>, 1926:5).

Dando continuidade ao texto, Brandão aponta uma série de elementos em vários países da Europa que demonstrariam a crise da burguesia, o enfraquecimento dos Partidos Socialistas e o fortalecimento dos Partidos Comunistas. A seguir ele "retorna" ao Brasil para concluir esta parte de seu ensaio.

Tal a situação internacional no momento em que rebentou a revolta de S. Paulo. Trata-se, pois, de um episódio, uma escaramuça local de uma grande batalha internacional: a guerra internacional das classes. No Brasil, a pequena burguesia luta contra o fazendeiro de café. Nos países "civilizados" o proletariado luta contra a burguesia. Eis a diferença, o que mostra o nosso atraso de pobres bugres da América do Sul. No Brasil, os pequenos burgueses lutam contra os agrários feudais como na Alemanha de 1848. [...]

Episódio da luta de classes no setor brasileiro de uma batalha internacional: aí está a nossa interpretação da revolta de 5 de julho de 1924 (MAYER <pseud.>, 1926:6).

Outra tese importante aparece acima, quando o autor classifica uma parcela da classe dominante como sendo feudal. A luta da pequena burguesia contra este setor mais atrasado levou Brandão a formular a necessidade da revolução democrático pequeno-burguesa. A partir desta tese, primeiro seria necessário que houvesse a instalação do capitalismo, ou melhor, a eliminação dos aspectos feudais do capitalismo brasileiro, para depois se realizar a revolução proletária. Estes aspectos foram duramente criticados pela Internacional Comunista nos final dos anos de 1920 e no ano de 1930.²⁵

Tentando realizar uma análise mais detalhada do país, Brandão irá estender os olhos para os aspectos físicos (ou de geografia física). "*58% da superfície está coberta de matas*" enquanto que nos países industrializados essa porcentagem está na casa dos 20%. "Deduz-se daí que o homem ainda não

²⁵ Realizo a discussão mais detalhada desta crítica da Internacional Comunista a Brandão e ao Partido Comunista do Brasil em outras passagens desta dissertação.

conhece a terra mal desbravada e que se trata de país ainda selvagem, onde a barbaria da mata é mais poderosa que o esforço civilizador do homem" (MAYER <pseud.>, 1926:7). Note-se aqui mais uma proximidade com Euclides da Cunha.

Continuando com a exposição do texto de Brandão, temos a parte "econômica":

De um ponto de vista geral: a economia é instável, baseada num produto secundário, o café, sujeito a todas as flutuações do mercado, precisando do óleo canforado dos empréstimos e valorizações. Economia agrária, economia feudal, como a da Espanha, Pérsia, [...] A indústria é incipiente, reduzida ao litoral e adjacências. Há uma numerosa pequena burguesia - rural, comercial, industrial, burocrática - procurando sempre conciliar: *nos campos, o interesse dos colonos-servos com o dos fazendeiros; nas cidades, o interesse dos operários com o dos grandes burgueses industriais.* [...] Há 275 mil trabalhadores fabris, isto é, reduzido número de elementos de progresso real. [...] Há uns 9 milhões de trabalhadores rurais, isto é, a dispersão, a descentralização, o analfabetismo, a inconsciência de classe, *a servidão medieval.* [...] Uma quantidade enorme de intermediários: étnicos como os mulatos e os caboclos, econômicos como os quitandeiros e lojistas, políticos como os reformistas ou socialistas, religiosos como os espíritas e teósofos, tipos que, geralmente, não possuem as qualidades dos extremos, tendo os defeitos de ambos. *Um colonialismo econômico disfarçado, sob a tutela da Grã-Bretanha. A luta mortal anglo-americana pela posse do mercado.* Eis o quadro geral da situação. [...] Portanto, economicamente, *o Brasil é um país agrário, país dominado pelo agrarismo, e não, pelo industrialismo, como a Alemanha* (MAYER <pseud.>, 1926:7-8, grifos meus).

Identifica-se aqui uma análise também brilhante, como em passagens anteriores. As caracterizações de Brandão, alinhadas acima, podem ser encontradas em vários trabalhos acadêmicos de renome, conforme procurei demonstrar no primeiro capítulo desta dissertação.

O próximo aspecto anotado pelo autor é a política.

[...] *A política é fatalmente agrária, política de fazendeiros de café, instalados no Catete.* Existe uma oposição burguesa

desorganizada, caótica. Dois únicos partidos organizados - o Comunista, ainda fraco, pobre, fundado há pouco mais de dois anos, e o Partido Republicano, dos grandes fazendeiros de café, partido forte, rico, partido do governo - quer dizer, os dois extremos, a extrema esquerda e a extrema direita. [...] *Uma burguesia industrial e comercial politicamente nula, desorganizada...* (MAYER <pseud.>, 1926:8, grifos meus).

A última frase desta passagem consegue, de forma aguda, captar a situação daquelas frações da burguesia brasileira. Contudo, a conclusão mecanicamente estabelecida na primeira frase e presente, também, em outras passagens de *Agrarismo e industrialismo*, é equivocada. O fazendeiro de café ocupa uma posição subordinada no interior do bloco no poder, conforme procurei demonstrar no capítulo anterior. De qualquer maneira, este tipo de equívoco parece-me existir não só neste trabalho de Octavio Brandão, como também na bibliografia acadêmica sobre o período em questão.

O autor procurará demonstrar, a seguir, como se dá a política no Brasil.

Dominado por esse agrarismo econômico, bem centralizado, o Brasil tinha de ser dominado pelo agrarismo político, consequência direta daquele. O agrarismo político é a dominação política do grande proprietário. O grande proprietário no Brasil é o fazendeiro de café, de S. Paulo e Minas. O fazendeiro de café, no Sul, como o senhor de engenho, no Norte, é o senhor feudal. O senhor feudal implica a existência do servo. O servo é o colono sulista das fazendas de café, é o trabalhador de enxada dos engenhos nortistas. A organização social proveniente daí é o feudalismo na cumeeira e a servidão nos alicerces. Idade Média. A consequência religiosa é o catolicismo [...]. E a consequência psicológica: no alto, o orgulho, a mentalidade aristocrática, feudal; em baixo, a humildade. [...] S. Paulo e Minas são os senhores da nação. Mas S. Paulo é o senhor de Minas. Por que? Porque enquanto os estabelecimentos rurais de Minas valem 1 milhão de 961 mil contos, os de S. Paulo valem 2 milhões e 887 mil contos. A economia esclarece a política. [...] Corolariamente: a política, a psicologia e a hierarquia social reinantes são cafeeiras. Corolariamente: quem manda na política nacional são os fazendeiros de café (MAYER <pseud.>, 1926:9).

O destaque aqui é a ênfase no feudalismo brasileiro e na oposição *agrarismo versus industrialismo*. Brandão estabelece, também, uma ligação entre

este setor agrário e o setor financeiro, listando nomes de fazendeiros ligados aos bancos. Mas uma vez o autor "acerta uma no cravo outra na ferradura" ao apontar corretamente o tipo de dominação existente no campo para, a seguir, concluir de forma simplista que os fazendeiros de café comandam o aparelho de Estado.

O próximo item tem como centro a psicologia onde o autor repete algumas idéias e informações já apresentadas anteriormente e conclui dizendo: "*vê-se, aí, como a economia modifica a psicologia*" (MAYER <pseud.>, 1926:14).

Dando prosseguimento à sua análise, Octavio Brandão discute alguns aspectos da realidade nacional: *social*, onde predominam o "coronel", o "padre", o "oficial do exército" e o "bacharel" e, como consequência, aquilo que o autor chama de "medievalite crônica"; *medieval*, demonstrada pela miséria do povo, pelo terror diante das forças da natureza, etc. e, concluída com a idéia de que o Brasil "*ainda é, no conjunto, um país medieval, atrasado, sob este ponto de vista, cinco séculos no mínimo*" (MAYER <pseud.>, 1926:15); *confusionista*, aqui o autor procura demonstrar a confusão ideológica existente no Brasil, dando como exemplos, dentre outros, jornais que publicam artigos de Trotski e Lênin, aliados econômicos e adversários políticos, etc.; *sintética*, onde Brandão afirma que

[...] encarando as nossas lutas parciais, observamos: o combate entre a burguesia industrial norte-americana e burguesia financeira inglesa; o combate entre o fazendeiro de café, de um lado, e, do outro lado, o grande burguês manufatureiro, o grande burguês comercial, o usineiro, etc. etc. (MAYER <pseud.>, 1926:17).

O autor conclui dizendo que toda essa confusão é um barril de pólvora onde o proletariado fará a revolução comunista.

A seguir Brandão irá analisar "A primeira revolta", a segunda, São Paulo, Rio Grande do Sul, etc. As principais conclusões são: inexperiência política (desconheciam Marx e Engels, e as técnicas de luta para realizar uma ação armada); além disto, temos que

o movimento de 1924 ultrapassou de muito o de 1922 [...] mas as ilusões pequeno burguesas de seus dirigentes perturbaram-lhe a marcha. [...] Os revoltosos não souberam explorar a rivalidade econômica e política anglo-americana (MAYER <pseud.>, 1926:18-9).

Após fazer uma análise do desenvolvimento do imperialismo internacional, destacando as conclusões de Lênin no seu *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*, sem, no entanto, mencioná-lo explicitamente, Brandão entrará no "tema brasileiro":

A rivalidade imperialista anglo-americana.

Sem o exame, que fizemos, do imperialismo em geral e sem o estudo, que vamos fazer, do imperialismo em particular, a revolta de 1924 e a guerra de classes no Brasil perderão uma de suas significações mais profundas. [...] Estas páginas não constituem uma crônica da revolta de 1924 e sim um esboço da situação brasileira num dado momento histórico, um quadro geral do fenômeno histórico brasileiro em ligação com o fenômeno histórico internacional e como dependência deste. A história brasileira é apenas um elo da cadeia histórica universal (MAYER <pseud.>, 1926:37).

Mais uma vez temos, nas últimas idéias desta passagem, uma demonstração do pioneirismo deste trabalho. Após estas afirmações, Brandão procura detalhar a sua tese da oposição anglo-americana.

Até 1822, o Brasil colônia de uma colônia inglesa (Portugal) era uma sub-colônia da Inglaterra. Nessa data, conseguida a independência de fachada com auxílio da espada inglesa, mercenária, de Cochrane, vendê-mo-la, logo depois, por 1 milhão, às quatro firmas inglesas que cobriram o empréstimo de 1824, e, por 2 milhões de libras esterlinas, a Nathan Rotschild, em 1825. O Brasil começou a girar em torno da economia e, portanto, da política inglesa: não pode haver independência política onde não há independência econômica. [...] Com a guerra, a Grã-Bretanha teve de concentrar suas energias na luta pela vitória. Descurou-se do campo econômico da América do Sul. Então os Estados Unidos, aproveitando o momento, iniciaram a conquista econômica, portanto política também, desse território, conquista política preparada, em parte, no Brasil pelo ministério Rio Branco de parceria com Elihu Root. Subiram a exportação e a importação; multiplicaram-se os bancos norte-americanos; choveram os empréstimos em dólares (MAYER <pseud.>, 1926:37-8).

Com o fim da I Grande Guerra, a Inglaterra procura retomar o controle perdido.

Desenha-se, pois, uma luta mortal, com fluxos e refluxos, entre os dois grandes imperialismos: 1822-1914, supremacia da Inglaterra; 1914-1922, supremacia dos Estados Unidos; 1923-1924, rivalidade imperialista anglo-americana, pendendo a balança para o lado da Inglaterra. Podemos provar isto com algarismos. Em 1910-1914, a Inglaterra vendeu ao Brasil, em números redondos, 67 milhões de libras; os Estados Unidos, 39. Em 1915-1919, o primeiro país vendeu-nos 46 milhões; o segundo, 102. Em 1920-1921, o primeiro vendeu-nos 39; o segundo, 71. Já em 1923, a Inglaterra vendeu-nos 600 mil contos, e os Estados Unidos, 505 mil contos (MAYER <pseud.>, 1926:38-9).

Seguindo este curso, Brandão irá afirmar que as disputas se materializam nas grandes companhias da Inglaterra e dos Estados Unidos. Por exemplo:

Essa rivalidade entre a Standard e a Shell é tão perigosa que já lançou o México em sangrenta guerra civil. Combinada com a rivalidade anglo-americana noutros domínios, ela ameaça lançar o mundo numa guerra tão terrível que a de 1914-1918 parecerá um brinquedo de criança. Esta devorou 18 milhões de seres. A nova guerra devorará de 60 a 80 milhões (MAYER <pseud.>, 1926:41).

A tese central de Brandão sobre o conflito interimperialista e seus aliados aparece, mais claramente, a seguir:

A luta pela supremacia no mercado brasileiro lança as burguesias inglesa e norte-americana numa guerra mortal. A Inglaterra apóia o presidente Bernardes, isto é, o fazendeiro de café, o agrário retrógrado. A América do Norte, direta ou indiretamente, apóia os revoltosos, isto é, a pequena burguesia, atrás da qual, mais cedo ou mais tarde agirá o grande burguês industrial.

De um lado, o fazendeiro de café alia-se, nacional (Banco do Brasil) e internacionalmente (Rotschild), ao financeiro. Do outro lado, o pequeno burguês alia-se, nacional (José Carlos Macedo Soares) e internacionalmente (Estados Unidos), ao

burguês industrial. Os extremos se tocam: a política primitiva do agrário (fazendeiro de café) combina-se com a política crepuscular do financeiro, última etapa da economia capitalista. E, entre os dois, o meio termo: a pequena burguesia aliada ao industrialismo, penúltima etapa da economia capitalista (MAYER <pseud.>, 1926:43-4).

Traçado este esquema, pode-se, finalmente, chegar a conclusão da análise sobre a conjuntura brasileira.

Se os revoltosos pequeno burgueses souberem explorar a rivalidade imperialista anglo-americana e a luta entre os agrários e os industriais, se procurarem uma base de classe para a sua ação, se o proletariado entrar na batalha e se essas contradições coincidirem com a luta presidencial e as complicações financeiras, será possível o esmagamento dos agrários.

Dada esta situação objetiva, a vitória da pequena burguesia aliada ao grande burguês industrial e, posteriormente, a vitória do proletariado, serão meras questões subjetivas. Dependerão da capacidade dos revoltosos pequeno burgueses e da dos revolucionários proletários (MAYER <pseud.>, 1926:67, grifos meus).

Destaco, das passagens acima, a busca de Brandão em procurar demonstrar a contradição existente no Brasil entre os imperialismos inglês e norte-americano e suas respectivas ligações com os "agrários" e burguesia e pequena-burguesia urbanas. Parece-me plausível a maioria das afirmações desse autor sobre o tema. O exemplo por ele mesmo citado da Revolução Mexicana demonstra o grau de conflito que esta contradição interimperialista pode produzir. Seu erro, parece-me, foi de ênfase. Conforme procurei demonstrar no primeiro capítulo deste trabalho, havia uma contradição intraoligárquica, baseada na disputa pelo controle do Estado, o que propiciaria um predomínio da política econômica voltada para o mercado interno (Rio Grande e Minas Gerais, principalmente) ou externo (São Paulo). Esta contradição foi levada ao extremo pelas massas urbanas e pelos tenentes. Ao deixar de lado, principalmente, a presença popular, Brandão, assim como o PCB, foi "surpreendido" pelos rumos que a Revolução de 1930 acabou por tomar.

No outro extremo da capacidade de prever os desenvolvimentos do processo político, Brandão foi profético. Na citação acima, esse autor descreve a crise revolucionária de 1930 ao afirmar que seria possível "esmagar os agrários" quando da coincidência das contradições existentes no país com a sucessão presidencial e a crise econômica que se aprofundava. Neste caso, faltou a Brandão dizer apenas o dia do levante, com quatro anos de antecedência. É de se lamentar que, contudo, no momento em que os fatos comprovavam suas hipóteses ele tenha voltado as costas para suas próprias palavras. Mas deste assunto tratarei mais adiante.

Creio haver apresentado as principais teses de Brandão nas linhas acima. Procurei deixar de lado algumas idéias muito primárias e que, em última instância, pouca influência tiveram na vida política do PCB, como por exemplo a forma ingênua e dogmática, destacada por João Quartim de Moraes ao discutir o trabalho de Brandão, representada na

[...] compartimentação artificial do processo histórico em etapas datadas com a precisão de um calendário e encadeadas umas às outras como momentos da tríade dialética (a "tese" iria de 15 de novembro de 1889 a fins de 1917; a "antítese" de fins de 1917 a 25 de março de 1922, fundação do PCB, quando teria começado a "síntese") [...] (QUARTIM DE MORAES, 1991:80).

Conforme alertei anteriormente, o ensaio *Agrarismo e industrialismo* apresenta, por assim dizer, altos e baixos. Pretendo, contudo, reforçar a posição de vanguarda que esse texto ocupou na história do pensamento social brasileiro, influenciando autores acadêmicos que fizeram escola, como Celso Furtado. Apesar disto, foram poucos os trabalhos que se dispuseram a analisar minimamente o conteúdo do ensaio de Octavio Brandão e, arrisco-me a dizer, esta dissertação foi a única a expor e comentar a maioria das teses presentes nesse trabalho.

2.3 O Partido Comunista do Brasil e a Revolução de 1930

Estarei apresentando, a seguir, alguns dos principais documentos produzidos pelo PCB e por seus principais dirigentes sobre a Revolução de 1930 e que demonstram, em maior ou menor grau, as influências do trabalho de Octavio Brandão, exposto anteriormente. Além desta influência inicial, oriunda do texto *Agrarismo e industrialismo*, também poderão ser percebidas as mudanças de orientação política, a partir da "aproximação" da III Internacional em relação ao PCB e as guinadas políticas ocorridas na orientação do Partido.

Alguns dos documentos que selecionei e que foram elaborados pelo Partido, como por exemplo, resoluções do comitê central, revistas de discussão teórica, etc., encontram-se, em grande medida, nos livros publicados por Edgar Carone.²⁶ Outros trabalhos feitos por dirigentes do PCB, como artigos, memórias, e outras formas de texto também foram utilizados.

Dando início à exposição deste tema, temos uma análise de Astrojildo Pereira, onde este afirma que não existiu uma ruptura política em 1930. Em seu artigo "Campo de Batalha", de 1934, (V. PEREIRA, 1979), ele afirma que a Revolução de 1930 foi um golpe contra-revolucionário que visava impedir o ascenso da mobilização dos trabalhadores do campo e da cidade em função da crise econômica existente no final dos anos 20 e que atingia níveis preocupantes para os setores que detinham o poder. Nesse sentido, o autor afirma que o movimento de outubro de 30 foi uma

contra-revolução preventiva, golpe reacionário contra as massas operárias e camponesas, terror fascista contra o proletariado revolucionário e sua vanguarda comunista (PEREIRA, 1979:191).

Além disto, Astrojildo defende a tese do antagonismo interimperialista onde a Aliança Liberal seria a representante do imperialismo americano em oposição ao imperialismo inglês, ligado aos setores que se encontravam no poder no Brasil, naquele momento.

²⁶ Os principais livros de Edgar Carone que utilizei foram: CARONE, 1972; 1978; 1979; 1982a e 1982b.

O autor tenta demonstrar que os imperialismos patrocinavam "revoluções" em países do terceiro mundo com o objetivo de alçar ao poder grupos comprometidos com a sua política.

A história da América Latina é fertilíssima em matéria de revoluções desta natureza. Pesquisas futuras provarão um dia que a "revolução" de outubro de 1930 no Brasil não escapou às manobras imperialistas. Os indícios são desde já veementes.

O Brasil, durante mais de um século, foi dominado principalmente pela finança britânica. Com a formidável expansão do imperialismo norte-americano, sobretudo após a grande guerra, o Brasil entrou nos seus planos de absorção - contra o imperialismo inglês. [...] A Aliança Liberal foi originariamente alicerçada com a argamassa "democrática" de inspiração americana. O golpe de outubro foi o resultado lógico das manobras concertadas nos escritórios da Wall Street (PEREIRA, 1979:197-8).

Identifica-se nesta passagem a posição política assumida por Octavio Brandão em *Agrarismo e industrialismo*. O Brasil deixa de estar sob a influência do imperialismo inglês, enfraquecido, para entrar na órbita de influência dos norte-americanos, o emergente guardião da ordem capitalista internacional.

Ainda em relação aos autores comunistas, aquele que menos se detém na análise das posições do PCB é Gregório Bezerra (BEZERRA, 1980), que em seu livro de memórias destaca, principalmente, a sua trajetória pessoal. Em relação ao Partido diz que este se manteve à margem do movimento de 1930:

devo declarar que tinha as minhas simpatias pela revolução da Aliança Liberal, mas, como o PC omitiu-se, limitei-me a cumprir meus deveres de soldado. Quando arrebentou o movimento revolucionário de 1930, o Partido não tomou parte, apesar da participação das massas populares (BEZERRA, 1980:216-17).

Gregório Bezerra simplesmente reafirmou a tese corrente de que a posição do Partido foi a de colocar-se a margem do processo em curso em 1930. Porém, a última observação desse militante é significativa, ou seja, mesmo com a "participação das massas populares", o PCB permaneceu alheio ao movimento

revolucionário. O Partido não foi capaz de perceber os significados mais profundos daquele movimento. A presença massiva da população durante e imediatamente após a Revolução de 1930 conferiu a esta um lugar mais destacado do que uma simples quartelada.²⁷

Outros dirigentes do Partido Comunista do Brasil não foram tão sucintos como Bezerra, nas considerações a respeito da Revolução de 1930. É o caso, por exemplo, de Octavio Brandão.

O primeiro dado a ser observado no seu livro de memórias (BRANDÃO, 1978), uma espécie de testamento político, é que o Partido se coloca em frontal oposição ao movimento aliancista. Brandão, como Intendente (vereador) do Rio de Janeiro, assim se pronunciou a 4 de setembro de 1929, em discurso no Conselho Municipal do Rio:

uma insurreição chefiada pelos senhores Washington Luiz e Júlio Prestes não pode ser uma revolução. Tem de ser uma contra-revolução, uma insurreição reacionária ou contra-revolucionária. Uma insurreição chefiada pelos srs. Washington Luiz e Júlio Prestes, na realidade, instalaria o fascismo no Brasil, com a proteção dos banqueiros de Londres. E uma insurreição chefiada pelos srs. Getúlio Vargas e Antônio Carlos seria uma insurreição também reacionária, contra-revolucionária, e instalaria também o fascismo no Brasil sob a proteção dos banqueiros de Nova York (BRANDÃO, 1978:368-69).

Conforme a citação acima, dois elementos da posição do PCB aparecem nesta análise de um dos seus principais dirigentes, antes ainda da revolução ocorrer: o primeiro elemento é a caracterização do antagonismo americano e inglês e personalização deste conflito em Getúlio Vargas - pelo lado americano - e Washington Luiz - pelo lado inglês. O segundo elemento é que a partir dessa caracterização que se manteve no interior do Partido não haveria espaço para a classe operária participar desse movimento uma vez que ele seria necessariamente reacionário. Talvez o fato mais significativo, contudo, é que Brandão expressa uma mudança de posição em relação aquilo que escreveu em *Agrarismo e industrialismo*. Neste texto, o movimento de 1930 seria a *terceira*

²⁷ Esta afirmação de Gregório Bezerra e seus significados foram analisados com maior detalhe no primeiro capítulo desta dissertação.

revolta, aguardada pelo Partido, à medida que significaria o "esmagamento dos agrários". Temos, portanto, a manutenção de algumas posições políticas anteriores a 1930, o antagonismo anglo-americano, e novas teses, a instalação do fascismo no Brasil. Neste último caso, a influência da III Internacional é visível.

Leôncio Basbaum (BASBAUM, 1976) coloca que numa reunião do Comitê Central (CC) do PCB, realizada em "fins de fevereiro ou começos de março" de 1931, era unânime a seguinte avaliação:

[...] a revolução de outubro de 30, de Vargas e Gois Monteiro, era uma quartelada, tipicamente pequeno-burguesa, alheia ao povo, no máximo uma rebelião militar, saída das classes médias.

Mas, o autor acrescenta que alterou sua opinião, dizendo que

[...] embora a revolução tivesse começado como um golpe militar, ou uma quartelada, ela se havia transformado em revolução popular, ou melhor, tivera inteiro apoio popular e somente os comunistas ou seus simpatizantes foram contra ela, o que lhe tirou o impacto inicial: os operários se haviam em parte mantido alheios à luta.

Agindo dessa maneira o PCB perde a direção das massas e não empurra a revolução para a esquerda.

Desse modo, a burguesia continuou, como antes, no poder: um setor da burguesia contra o outro, cada qual procurando o apoio da massa, com mais demagogia e mentiras. E ficamos sozinhos (BASBAUM, 1976:96-7).

Podemos ver que apesar de alguma mudança na avaliação individual, a posição do partido se mantém a mesma em alguns aspectos importantes durante o período, por exemplo no que diz respeito à quartelada que teria sido a Revolução de 1930. Podem ser notadas, contudo, algumas nuances significativas nas caracterizações de Brandão e Basbaum. Enquanto Brandão afirmava que os imperialismos estariam por trás da instalação do fascismo no Brasil, Basbaum diz que a revolução tinha sido uma quartelada pequeno-burguesa. Note-se que Basbaum acabou por ser mais "fiel" ao texto de Brandão, de 1926, do que o próprio.

Estas alterações produzidas na orientação do PCB, em relação aquilo que o Partido vinha formulando até o final da década de 1920, têm um débito muito grande em relação à Internacional Comunista. Mesmo em se tratando da centralização política exercida pela Internacional, não se pode dizer que o Partido tenha alterado radicalmente a sua posição. Talvez, o mais acertado seja afirmar que a política levado pelo PCB em relação à Revolução de 1930 tenha sido uma espécie de "soma" de duas posições mais ou menos distintas. Em primeiro lugar, a interpretação do episódio revolucionário como resultado do conflito interimperialista, posição já presente em 1926, com as teses de Brandão. A supressão da análise do papel jogado pela pequena burguesia conforme havia feito o Partido até então e a colocação em lugar dela do golpe reacionário, da quartelada contra-revolucionária.

Além das considerações acima, cabe dizer que, a relação da Internacional Comunista com o Partido Comunista do Brasil não pode ser vista de maneira mecânica, como o Partido sendo apenas um objeto de manipulação nas mãos da Internacional. No seu III congresso, de final de 1928, começo de 1929, é que os comunistas se aproximam da política da Internacional, colocando a *terceira revolta* (depois das rebeliões de 1922/24) como iminente. Generalizam-se para o Brasil as situações da China e da Índia, que vem provocar uma série de equívocos políticos. De acordo com Ricardo Antunes,

foi por estas concepções teóricas e políticas que o P. C. B. pautou sua atuação ao longo da "Revolução de 1930": o instrumental oferecido pela I. C. o levou a entender aquele momento como mera disputa interimperialista, a qual, decorrentemente, não cabia à classe operária qualquer tipo de atuação. A recusa em propor um programa efetivo de alianças para as massas pequeno-burguesas e camponesas impediu o P. C. B. de elaborar uma proposta democrática, que iniciasse o processo de instauração daquilo que Lenin chamou de Ditadura Democrática e cuja função seria impedir que a transição burguesa seguisse no Brasil por uma via reacionária, excludente, pelo alto e fosse, isto sim, democrática, o que somente seria possível se contasse com uma forte participação da classe operária, das massas rurais e da pequena-burguesia. Isso acabou acarretando o isolamento do P. C. B. frente às massas e impossibilitou a classe operária de participar hegemonicamente nos eventos de 1930 (ANTUNES, 1980:240).

Dessa maneira Antunes caracteriza a política dos comunistas e as conseqüências na sua prática, que são, segundo o autor, decisivas para os rumos que foram dados na transformação do Estado brasileiro. Deixo, de início uma questão: este autor não está trabalhando em demasia com a "teoria do se"? Se o Partido Comunista fosse capaz de conduzir as massas a História seria outra...

Pelo que venho expondo até aqui creio ser cabível afirmar que Antunes, ao dizer que foi a Internacional Comunista *a responsável* pela posição do PCB em 1930, acaba por aplainar as diferenças e "adaptações" das teses da IC incorporadas pelo PCB. Além disso, as mudanças ocorridas na direção do Partido com a substituição da maioria de seus antigos integrantes, realizada sob a orientação da Internacional Comunista, processo conhecido no Brasil como "obreirismo" e, genericamente, como stalinização, deixou o Partido incapacitado para se bater pela manutenção das antigas posições políticas.

Mas, deixando os autores de lado e trabalhando, agora, com os documentos produzidos pelo Partido, pode-se encontrar em um texto do PCB, publicado em 1930, algumas análises interessantes sobre o período imediatamente anterior à Revolução de 1930.²⁸ Este artigo tem como eixo principal demonstrar a posição do partido, contrária àquela manifestada por Luis Carlos Prestes no seu *manifesto* de maio de 1930 e, simultaneamente, tenta atrair Prestes e os "prestistas" para a posição do PCB.

Para nós, o manifesto representa, apenas, a comprovação mais segura do aprofundamento da marcha para a esquerda, para a revolução das vastas massas dos campos e das cidades. Revela a prova mais incontestável do que temos afirmado sobre a agudeza crescente da luta de classes revolucionária no Brasil.

A profunda crise econômica e política do país, originada do seu caráter semicolonial, agravada pela penetração cada vez maior dos imperialismos inglês e norte-americano, que deformam sua economia e disputam um ao outro a dominação exclusiva da economia e da política brasileiras, reduz o

²⁸ O texto em questão é "*O Partido Comunista perante o manifesto de Luis Carlos Prestes*", assinado pelo Presidium do Partido Comunista do Brasil e publicado em *A Classe Operária*, de 08 de julho de 1930. Este artigo foi retirado de um dos trabalhos de Edgard Carone: CARONE, 1982a:83-7.

proletariado à miséria e empobrece cada vez mais as massas laboriosas.

A burguesia nacional, sustentada pelo imperialismo, querendo resolver essa crise nas costas do proletariado e das massas laboriosas em geral, aumenta o desemprego, diminui os salários, fecha as fábricas, redobra a exploração e a opressão, atira essas massas na miséria, às portas da fome, rouba-lhes todos os direitos, toda a liberdade (CARONE, 1982a:84).

Está presente neste texto uma avaliação do acirramento das contradições e da radicalização do movimento revolucionário a partir do aprofundamento da crise política e econômica. Não aparece, ainda, de maneira clara, a oposição interimperialista nem a idéia de quartelada, como uma possibilidade a se realizar pela ação da burguesia brasileira.

No texto intitulado "*O movimento revolucionário do Brasil e a Liga Revolucionária de Prestes*", que saiu originalmente publicado na *Revista Comunista*, em setembro de 1930, encontra-se uma análise mais aprofundada da realidade brasileira do que aquela presente no trabalho apresentado acima. Segundo Edgard Carone, é um manifesto do Partido Comunista com o mesmo conjunto de preocupações do texto anterior (CARONE, 1989:300). Mesmo estando esfacelado, o PCB conseguiu elaborar esta análise que estaremos vendo a seguir e que não deixa de ter sua importância.²⁹

O primeiro aspecto da análise presente neste manifesto do PCB é a análise econômica do Brasil, onde se destacam a crise econômica, a entrada do capital norte-americano e a manutenção de características feudais no país. Em função desse quadro a *revolução* está na ordem do dia.

A crise econômica paralisa toda a vida do Brasil e coloca inevitavelmente na ordem do dia o problema da revolução. A crise da monocultura dominante do café, que represente 80 por cento de toda a exportação do Brasil, não se resolve, dadas as condições de superprodução mundial de café, das existências em forma de posse e de trabalhos feudais. [...] à custa da destruição da riqueza nacional os feudais e a

²⁹ O manifesto a ser analisado está publicado no trabalho de Edgard Carone: CARONE, 1982a:87-96.

burguesia querem livrar-se da superprodução. Os porta-vozes do Presidente do Brasil nos Estados Unidos provaram que o imperialismo ianque, que quer explorar o petróleo, não tem intenção de aplicar capital nas falidas empresas de café. [...] A penetração rápida de capital em um país ainda com vestígios feudais e semi-escravagistas de trabalho, levantou de forma grave a questão do mercado interno. Dos 40 milhões de habitantes do Brasil, quase um quarto foge do jugo feudal morando nos bosques e alimentando-se de cocos e de avelãs. A grande maioria da população é formada pelos trabalhadores agrícolas, que recebem um salário insuficiente para seu sustento. A produção têxtil, que se desenvolveu rapidamente no período de pós-guerra, encontra-se numa situação insolúvel não somente por causa da concorrência estrangeira, mas também graças ao empobrecimento de toda a população. [...] O país torna-se cada vez mais colonial (CARONE, 1982a:87-8).

A análise continua no sentido de demonstrar o acirramento das contradições entre os vários estados que compõem a Federação e entre os imperialismos inglês e norte-americano.

O desenvolvimento desigual da economia dos diferentes estados do Brasil, a opressão dos imperialistas, levam a uma luta permanente entre os diferentes estados. A luta contra a Paraíba levada a efeito pelo governo central, as conspirações organizadas com o apoio do imperialismo ianque pelo governo de Minas Gerais, as ameaças permanentes de parte do governo do Rio Grande do Sul, a quase independência do Amazonas que se acha nas mãos de Ford, caracterizam de forma bastante clara e suficiente a instabilidade política e econômica de todo o país (CARONE, 1982a:88, grifos meus).

A luta entre os imperialismos se acirra e a burguesia está pronta para manter seus privilégios. A idéia de uma saída negociada, de um compromisso, no interior da classe dominante, também aparece.

Os dois imperialismos preparam a divisão do Brasil lutando ferozmente um contra o outro. É por isso que os golpes de Estado se alternam com os populares, com as tentativas de compromisso, com ameaças novas, com o assassinato de ministros, com tentativas novas para se chegar a um compromisso sobre a base de relações entre os dois

imperialismos. A produção do café se encontra firme nas mãos da Inglaterra. Seu consumo, nas mãos dos Estados Unidos. Todas as esperanças de obter novos empréstimos, com a venda do subsolo para a exploração do petróleo, estão ligadas ao imperialismo ianque. É por isso que os feudais e a burguesia do Brasil capitularam definitivamente diante dos imperialistas. É por isso que os feudais e os capitalistas se movimentam entre os dois imperialismos, e estão prontos, graças ao dinheiro e às armas estrangeiras, a salvar seus privilégios e a explorar a massa empobrecida do país (CARONE, 1982a:88, grifos meus).

Tanto na passagem acima, quanto naquela reproduzida a seguir, percebe-se uma orientação centrada no antagonismo interimperialista e a possibilidade aberta de uma revolução. Contudo, como nesse momento imediatamente anterior a Revolução de 1930 a preocupação foi combater a influência de Prestes e da pequena burguesia, o PCB viu-se desarmado para compreender os episódios que estavam por vir.

As classes dominantes do Brasil compreenderam bem que não poderão mais governar usando os métodos antigos. Um dos mais inteligentes conservadores escreveu em "La Nación" de Buenos Aires no dia 1º de agosto:

"Uma coisa Prestes, sem dúvida, compreendeu bem: o tempo das revoluções políticas no Brasil já passou. Atualmente no Brasil, só é possível uma revolução social." O autor do artigo mostrou que compreende bem o caráter da crise atual, reflete a inquietação dos grupos dominantes que começam a compreender que cada golpe de Estado, nas condições atuais do Brasil, pode conduzir a uma revolução verdadeira, quer dizer, fazer passar o poder de uma classe para outra (CARONE, 1982a:89).

Mais uma vez temos a oportunidade de constatar o mecanismo que norteou a ação do Partido na Revolução de 1930. A partir da não realização de todas condições que aparecem alinhadas a seguir, como por exemplo a luta contra o feudalismo ou o acirramento da disputa interimperialista, o Partido Comunista do Brasil paralisou-se.

Na relação das forças de classe no Brasil produzem-se modificações muito sérias. Essas mudanças dependem,

sobretudo, de: 1) do agravamento da crise econômica e política do País; 2) de uma inevitabilidade de lutas de classe, tanto na cidade como no campo, lutas que se desenrolam sob dois aspectos: de um lado a luta contra o feudalismo e, de outro, a luta do proletariado contra o capital estrangeiro e nacional; 3) a luta agravada entre os dois imperialismos; 4) pela inevitável revolução agrária; 5) pelos efeitos rápidos da origem da crise sobre a pequena burguesia (CARONE, 1982a:89).

A persistência no antagonismo entre o imperialismo inglês e o norte-americano é grande. Vou deixar de fornecer outros exemplos e destacar o aspecto relativo à formulação do Partido sobre a revolução que poderia resultar destes conflitos, além da "entrada em cena" da Aliança Liberal, que surge como mais um elemento da formação dupla, feudal e capitalista, da sociedade brasileira.

A Aliança Liberal, ligada às mesmas formas de exploração feudal-capitalista, continuou ameaçando com a "revolução" a fim de obter concessões maiores e mais eficazes por parte dos conservadores e assim debilitar o movimento revolucionário de operários e camponeses. A derrota da Aliança Liberal diante dos conservadores não pôde, naturalmente, debilitar a luta entre os dois imperialismos principais. A luta continua, se agrava, e continua sendo um dos maiores fatores da decomposição econômica da vida do Brasil. A luta entre os diferentes estados continua sendo a verdadeira realidade como expressão da luta entre os dois imperialismos pela monopolização do Brasil. [...] Todas as conversas sobre "revolução" são, nos países da América Latina, um dos métodos mais grosseiros de enganar as massas, empregados por agentes dos capitalistas estrangeiros. Essas "revoluções" buscam, na realidade, um certo deslocamento do poder através da mudança de pessoas, nada mais (CARONE, 1982a:90).

Vê-se, portanto, que a idéia de "revolução" que os comunistas atribuem a Aliança Liberal significa apenas e tão somente uma "troca de pessoas".

Essas trocas não modificam nada, nem a política nem a relação entre as classes, mas refletem assuntos sérios no desenvolvimento do movimento. Primeiramente, mostra que a crise foi muito profunda; segundo, que a situação é completamente instável; terceiro, que a luta entre os dois imperialismos tornou-se mais grave e os imperialistas buscam

uma base mais forte no país; quarto, que os grupos dominantes temem o movimento revolucionário operário e camponês e não podem mais lutar contra as massas apenas com o terror: paralelamente com o terror empregam métodos de demagogia social. [...]

A situação do Brasil começa a se mostrar nas lutas dos operários e camponeses: é apenas o início das batalhas. No Rio de Janeiro e nas províncias começa de novo uma agitação grevista. O terror contra operários e camponeses torna-se cada vez mais grave nas regiões em que domina a Aliança Liberal. A luta de classes torna-se mais encarniçada: paralelamente à luta contra o feudalismo e o imperialismo, agrava-se a luta contra a burguesia nacional (CARONE, 1982a:91).

Após realizar estas análises o texto conclui com a necessidade de se articular o Partido para intervir nesse processo para se realizar uma revolução "verdadeira". Vê-se claramente que, na passagem anterior, estão sendo consideradas forças revolucionárias apenas a classe operária e o campesinato. A seguir, é excluída também a pequena burguesia. Nenhum tipo de frente com a burguesia, mesmo a industrial, em teoria mais progressista, é aceita. Resta ao Partido, portanto, liderar, na revolução, duas classes: o proletariado, que era pouco significativo, numérica e politicamente e o campesinato, que se encontrava sob o domínio dos coronéis, salvo alguma honrosa exceção, de norte a sul do país. Temos aqui um elemento decisivo para compreender as linhas mais gerais da avaliação da conjuntura política que levaram o PCB ao isolamento na Revolução de 1930.

Não se deve dar a possibilidade a nenhum grupo pequeno-burguês, a nenhum general revolucionário, de quebrar a verdadeira união do proletariado e das massas camponesas. Descobrimo cada oscilação, cada tendência de compromisso com os feudais e a burguesia, fazer possíveis as lutas vitoriosas das massas do Brasil. Eis a razão porque neste momento, quando a situação mostra que o Brasil se acha na véspera de grandes lutas, o P. C. deve mobilizar todas suas forças, acabar com as oscilações dos elementos pequeno-burgueses dentro do partido mesmo; orientar cada célula do partido, que deve criar uma frente única em cada usina (fábrica) e em cada empresa; enviar delegados às regiões em que a luta dos camponeses teve início, a fim de dar uma orientação a este movimento (CARONE, 1982a:95).

Pode-se dizer que, obviamente *a posteriori*, o Partido Comunista do Brasil não conseguiu levar adiante seu intento. Pode-se, também, inferir que este descompasso entre as proposições do Partido Comunista e a realidade se deu em função de sua análise equivocada em relação ao caráter do processo revolucionário em curso. Mesmo avaliando acertadamente vários aspectos da conjuntura política brasileira, como por exemplo a representação política pelos tenentes da pequena burguesia, o Partido errou onde não poderia errar. Ao centrar seu foco de atenção exclusivamente na classe operária e no campesinato o PCB "perdeu o pé" da revolução que se desenvolvia, uma etapa da revolução burguesa, no Brasil.³⁰

Antes de seguir com os outros documentos que selecionei do Partido Comunista do Brasil, creio ser interessante apresentar o texto "*A crise do P. C. B.: Resolução da Internacional Comunista sobre a questão brasileira*", elaborado pelo Secretariado Político da I. C., para estabelecer um paralelo com aquilo que o partido produziu. Este trabalho foi redigido em Moscou, em fevereiro de 1930 e publicado em *A Classe Operária* de 17 de abril de 1930. Foi retirado do livro de Edgard Carone (CARONE, 1982a:96-102).

O primeiro aspecto significativo do documento em questão aponta a crise econômica brasileira a partir da crise do café, principal produto do país e a presença do imperialismo inglês no controle dessa área da economia do Brasil.

A crise econômica que se declarou na primavera de 1929, no Brasil, está intimamente ligada com a baixa catastrófica dos preços do café no mercado mundial. Esta baixa assinala a falência da política dos preços do Instituto de Defesa do Café, órgão dos grandes fazendeiros de café do Brasil, no qual dominava o capital inglês (CARONE, 1982a:96).

O texto expõe claramente a semelhança na análise da formação econômica e social brasileiras com aquela elaborada pelo Partido Comunista do Brasil, quando se refere ao feudalismo presente ao lado do capitalismo. Além disto, a inevitável constatação da oposição interimperialista também se faz presente neste texto do Secretariado Político da Internacional Comunista.

³⁰ Em relação a esta "etapa da revolução burguesa", ver o primeiro capítulo deste trabalho, onde alinhei algumas considerações sobre este tema.

A crise do café se processa na base de uma economia nacional, cuja estrutura está, por si mesmo, minada por uma crise profunda, proveniente do caráter colonial da economia brasileira e da crescente contradição entre o desenvolvimento rápido do modo de produção capitalista e a base econômica e social, que ainda se conserva feudal e escravagista. Esse fato, ligado ao amadurecimento da crise econômica mundial e, principalmente, à crise econômica dos Estados Unidos da América do Norte, para onde o Brasil exportava, sobretudo, seu café, cria condições que prolongarão a crise econômica do país, ameaçando-lhe a economia de uma catástrofe completa, principalmente em consequência da profunda agravação da luta entre o imperialismo inglês e o americano, e da intervenção, nessa luta, das diversas classes da população do Brasil. [...] Os interesses da burguesia industrial e dos grandes proprietários de terras não produtores de café, bem como de uma parte da burguesia agrária dos Estados - dominados pelo capital financeiro ianque - entram cada vez mais em colisão violenta com os interesses de classe dos grandes fazendeiros feudais (proprietários dos latifúndios de café) que governam o país, e dos banqueiros, industriais e grandes comerciantes, ligados à política de valorização do café. A luta entre estas duas partes das classes dirigentes cada vez mais se agrava, em consequência da crise econômica. A camarilha feudal agrária, que está no governo (Partido Republicano), diretamente responsável pela crise econômica do país e que a preparou pela sua política de cupidez, procurando manter artificialmente, em elevado nível, os preços mundiais do café, faliu, e a Aliança Liberal prepara-se para arrancar o poder das mãos dos republicanos (CARONE, 1982a:97-8).

Pode-se notar que o eixo da análise passa pela oposição entre os dois imperialismos. Identifica-se, sumariamente, o PRP aos ingleses e a Aliança Liberal aos norte-americanos. Tal como fazia o Partido Comunista, a III Internacional bate na mesma tecla. Nesse sentido, cabe questionar porque este documento fala da "crise do PCB" em seu título e apresenta a mesma avaliação, ou melhor, a mesma análise de conjuntura. Onde está, então, o problema do Partido Comunista?

Seguindo na mesma toada, o próximo aspecto a ser identificado pelo documento é o lugar ocupado pela pequena burguesia. Tem-se aqui a identificação, também de forma idêntica ao PCB, da Coluna Prestes com esta classe social. A partir daí, caberia ao Partido arrastar para o seu interior aqueles

setores da Coluna, pequeno-burgueses, para que se pudesse levar adiante a tarefa de liderar a revolução democrático-burguesa que se apresentava, segundo as conclusões do texto.

A Aliança Liberal, que se constituiu com a ala esquerda do partido republicano e com o partido democrático, conseguiu, graças à sua demagogia, colocar sob sua influência uma parte da pequena burguesia (Coluna Prestes). Após haver renunciado à luta vigorosa contra o imperialismo ianque, certos elementos influentes da Coluna Prestes, sustentam, agora, abertamente, a Aliança Liberal.

Outra parte da pequena burguesia, que tomou parte na insurreição de 1924-26 e que não seguiu a Prestes, aproxima-se cada vez mais do proletariado, em cujo seio se estabeleceu sob a influência do P. C. do Brasil, convencendo-se de que seus interesses são igualmente hostis aos do partido republicano e aos da Aliança Liberal, e são igualmente irreconciliáveis com os do imperialismo inglês e do imperialismo norte-americano. [...]

No Brasil se desenvolvem as premissas de uma revolução do tipo democrático-burguês. O curso e o sucesso desta revolução depende da classe que conquistar, nela, a hegemonia. Se for a pequena burguesia revolucionária, a revolução brasileira estará condenada a uma derrota semelhante à da revolução no México. Se o proletariado tomar a hegemonia no curso da revolução, sob a direção do P. C., e realizar resolutamente e sem hesitação, a linha leninista da I. C., esta revolução terá, então, grandes probabilidades de triunfo, principalmente se provocar movimentos revolucionários nas outras repúblicas da América Latina (CARONE, 1982a:98-9).

Até o presente momento não encontramos ainda o motivo ou a explicação para a crise do Partido Comunista do Brasil. Mas ele existe. É a subordinação do PCB ao Bloco Operário e Camponês (BOC).

O Bloco Operário e Camponês não representa, no Brasil, um partido operário e camponês; ele não tem nenhuma ligação com a massa camponesa e com o proletariado agrícola. De fato, *o Bloco Operário e Camponês transformou-se num*

segundo partido operário, que não faz uma política revolucionária conseqüente. [...] Na realidade, ele se substitui ao partido comunista, em vez de cobri-lo legalmente e de ligá-lo com as massas operárias. O programa do Bloco Operário e Camponês, composto de diversas reivindicações, absolutamente desligadas das palavras de ordem revolucionárias fundamentais e resultantes da crise revolucionária crescente, demonstra o falso caminho em que se meteu a política do Bloco Operário e Camponês (CARONE, 1982a:100, grifos meus).

Para resolver esta crise e conseguir liderar as massas operárias e camponesas no caminho da hegemonia da revolução democrático-burguesa que se avizinha, como deveria então proceder o Partido Comunista do Brasil? A resposta dada pela Internacional Comunista é a seguinte:

O partido deve depurar resolutamente os quadros dirigentes de todos os elementos liquidacionistas, oportunistas de direita, que se arrastam a reboque da massa e escolher a composição dos órgãos dirigentes de modo a assegurar a realização conseqüente e firme da política proletária revolucionária (CARONE, 1982a:101-2).

O Partido Comunista deveria, portanto, proceder uma "limpeza" em sua direção e em seus quadros para realizar

[...] uma curva decisiva, no sentido da conquista dos operários das grandes empresas imperialistas, bem como do proletariado agrícola das grandes fazendas. Ao mesmo tempo, o P. C. deve empreender a organização de conferências de camponeses, de meeiros e de arrendatários, propondo nestas conferências o programa de reivindicações imediatas e preparando, assim, a base para grandes organizações revolucionárias camponesas (CARONE, 1982a:102).

Verificou-se, com o desenrolar dos acontecimentos, que estas propostas não foram implementadas pelo Partido. A "limpeza" proposta serviu para sua paralisia e não para reorientar sua política. Não se verificou nenhuma mudança significativa da compreensão, por parte do PCB, da realidade brasileira.

Trabalharei, a partir de agora, com dois textos do Partido, que foram elaborados após a Revolução de 1930 para tentar demonstrar como o PCB analisou aqueles episódios.

O primeiro trabalho a ser analisado é "Os últimos acontecimentos no Brasil e as perspectivas de novas lutas". Foi publicado na *L'Internationale Syndicale Rouge*, em janeiro de 1931. Posterior à Revolução de 1930, o texto procura demonstrar que o ocorrido naquele momento não se tratou, de fato, de uma revolução, mas sim de uma "contra-revolução preventiva". Este texto também foi retirado do trabalho de Edgard Carone (CARONE, 1982a:111-19).

O movimento dirigido pela Aliança Liberal está longe de ser um movimento democrático, progressista. Sua vitória é uma vitória da reação, dirigida contra o proletariado das cidades e do campo, contra as massas camponesas e contra a pequena burguesia empobrecida.

Esta "revolução", desencadeada e comandada pelos ex-Presidentes da República como Artur Bernardes, Epitácio Pessoa e Venceslau Brás, e pelos Presidentes dos três Estados governados pelos "liberais", isto é, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba do Norte, teve como único objetivo evitar o desencadeamento de uma verdadeira revolução de massas que acabaria pela instauração de um governo operário e camponês (CARONE, 1982a:111).

Retomando a célebre frase do Presidente do estado de Minas Gerais, Antonio Carlos, o texto reafirma a idéia apresentada acima:

foi o ex-Presidente do Estado de Minas Gerais que lançou a palavra de ordem de defesa da burguesia contra os movimentos de massa verdadeiramente revolucionários. Ele idealizou e organizou a "revolução" contra o governo federal, dizendo: "É preciso fazer a revolução antes que o povo a faça." Com efeito, ele apelava à burguesia para desencadear a "contra-revolução, que deve impedir o povo de fazer sua revolução, que acabará com o nosso domínio". [...]

Diante das possibilidades de uma repetição dos acontecimentos de 1922-24, com a perspectiva de uma intervenção enérgica do proletariado, Antonio Carlos desviou

a corrente revolucionária existente contra a reação e "fez a revolução antes que o povo a fizesse". Foi o que fizeram os liberais (CARONE, 1982a:111-12).

A partir da caracterização do movimento apresentada acima, os comunistas procuraram identificar a composição política dos participantes naquele evento ou, em outras palavras, "*as forças políticas brasileiras*".

Quais as forças políticas que tomaram posição no curso dos acontecimentos? Há quatro grupos políticos: a) a Aliança Liberal; b) a Concentração Conservadora; c) a Coluna Prestes; d) o Partido Comunista.

Os partidos republicanos, compostos pelos semifeudais e os industriais, não são partidos de massa, não têm o apoio das amplas camadas da população.

Como explicar, então, o fato de a Aliança Liberal ter conseguido mobilizar as massas em seu favor? Três fatores colaboraram para tornar possível a Aliança Liberal obter o apoio das massas:

- 1) A ausência de um Partido Comunista forte, de massas, capaz de agitar, organizar e mobilizá-las para a luta de conquista de suas reivindicações mais imediatas, ao mesmo tempo que elevar gradualmente o conteúdo de luta dos movimentos de massa;
- 2) O apoio tácito da Coluna Prestes que, durante a campanha eleitoral para a sucessão presidencial, permitiu à Aliança Liberal a exploração demagógica das tradições revolucionárias da Coluna;
- 3) O apoio dos partidos democráticos dos diferentes Estados e das oposições dos Estados governados por elementos da Concentração Conservadora, e o apoio do Partido Libertador do Rio Grande do Sul, o qual, em diversas ocasiões combateu, com armas na mão, o governo do Estado e gozava da simpatia das massas.

Foi graças a uma agitação demagógica, desencadeada por elementos insuficientemente desmascarados diante das massas, que foi possível à Aliança Liberal mobilizá-las para sua política estreitamente reacionária (CARONE, 1982a:112).

Além das já conhecidas categorias analíticas que o Partido Comunista emprega para compreender a sociedade brasileira e os seus movimentos políticos, cabe destacar do trecho acima o fato de que o Partido admite a existência de uma base de massas na Revolução de 1930. É estranho verificar esta constatação do PCB simultânea com a afirmação de que o movimento de outubro de 1930 não passou de uma "quartelada", como se verifica em vários momentos. A explicação de que a Coluna Prestes forneceu esta base é um primeiro passo. No entanto, o Partido não vai até o fim nesta análise, à medida que se considerou impotente para tomar a direção do movimento, ou mesmo para lutar por esta direção. Além disso, os desdobramentos do movimento liderado pela burguesia não foram considerados para a definição de uma nova política para levar adiante a revolução proposta e defendida pelo Partido.

Curiosamente, depois de desfechado o movimento da Aliança Liberal, o PCB coloca em suspense a afirmação de que esta mesma Aliança Liberal fosse a representante dos interesses do imperialismo norte-americano no Brasil, coisa que vinha sendo feita enfaticamente até então. Dentre outras coisas, isso demonstra a falta de convicção neste tipo de orientação que os comunistas seguiram até alguns meses, ou mesmo dias, antes de redigir as linhas apresentadas a seguir. Esta mudança de avaliação se insinua com uma questão:

seria a Aliança Liberal um instrumento dos imperialistas americanos?

É preciso fazer uma análise profunda e séria para se afirmar categoricamente que a Aliança Liberal é um instrumento dos imperialistas ianques. O Partido Comunista do Brasil sempre afirmou que a Aliança Liberal praticava a política do imperialismo americano e a Concentração Conservadora a do imperialismo inglês. Não podemos, no entanto, fazer uma afirmação tão categórica apesar da nossa convicção de que o imperialismo americano aproveitar-se-á da política antiprotecionista do novo governo. Também os ingleses, entretanto, se aproveitarão dessa política, pois que tentaram dissuadir, por várias ocasiões, o governo derrotado pela

revolução, da política protecionista à indústria "nacional" têxtil (CARONE, 1982a:112-13, grifo no original).

O motivo utilizado para relativizar aquela certeza é o mesmo que serviu para construí-la:

dos capitais investidos no Brasil, a Inglaterra dispõe de um milhão de dólares a mais que os Estados Unidos. É este um fator importante que impede de se afirmar categoricamente que o golpe de força foi realizado pelos imperialistas americanos (CARONE, 1982a:113).

Depreende-se destas afirmações e das seguintes que havia uma dificuldade muito grande para o PCB em compreender de maneira mais clara o que se passava e os desdobramentos futuros. O Partido trilhou um determinado caminho, durante anos, que lhe dava determinadas certezas sobre a luta de classes. Diante do desconhecido, uma confusão se instalou no seu interior.

É possível que o imperialismo americano tenha apoiado a Aliança Liberal com o fim de combater a política de valorização do café, mas o imperialismo americano não poderá fazer da Aliança Liberal um instrumento cego a serviço de seus interesses. É preciso considerar a diversidade de estrutura econômica de cada Estado e o fato de que as posições econômicas decisivas estão nas mãos ou sob o controle dos imperialismos inglês e americano. E o imperialismo inglês controla a parte mais importante... (CARONE, 1982a:113).

Em função das dificuldades do presente, o Partido Comunista do Brasil transfere para o futuro a solução dos seus problemas sem, contudo, dizer precisamente como seriam transpostas as barreiras para a revolução. As afirmações que reproduzirei a seguir parecem mais um exercício de fé revolucionária do que uma análise apurada da realidade, ou em outras palavras, "uma análise concreta de uma situação concreta".

De maneira nenhuma a formação do novo governo, que tomou o poder com as armas na mão, cercado pela simpatia das amplas massas e da pequena burguesia, afastou as perspectivas dos movimentos revolucionários das massas. As

perspectivas de novas lutas revolucionárias estão cada vez mais próximas.

Em conseqüência do agravamento da crise mundial e da crise do café, a crise na economia brasileira - na indústria têxtil e de calçados, no comércio, na atividade bancária etc. - será cada vez mais profunda. O descontentamento no seio das massas proletárias e semiproletárias e da pequena burguesia das cidades e do campo aumentará sempre (CARONE, 1982a:118).

As esperanças dos comunistas eram mantidas pelas expectativas do esgotamento rápido da popularidade da Aliança Liberal.

As massas trabalhadoras e a pequena burguesia perderão depressa todas as ilusões sobre uma possível solução de seus problemas pelo governo atual. [...]

As medidas reacionárias adotadas pelo governo mostram que este não vê outro meio para a consolidação do poder da Aliança Liberal senão a aplicação de um regime de terror, desconhecido até hoje no Brasil, contra os elementos mais ativos e mais conscientes da classe operária.

As massas trabalhadoras do Brasil marcham para a revolução agrária e antiimperialista que será um movimento revolucionário de uma impetuosidade que a história do Brasil ainda não conheceu (CARONE, 1982a:119).

Tratava-se, pois, além de todo o resto, de tomar das mãos de Prestes a direção das massas. Para tanto, a agitação e organização eram fundamentais.

O Partido não deve ter ilusões sobre Prestes. Este se prepara para dirigir a revolução e desta maneira a hegemonia não estará nas mãos do proletariado. Não podemos esperar que Prestes dê por um "decreto" a direção da revolução ao Partido Comunista (CARONE, 1982a:119).

Talvez por ironia da história, quem recebeu Prestes por um "decreto" de Moscou foi o próprio Partido Comunista do Brasil, alguns anos mais tarde.

Por fim, o outro texto por mim selecionado, "*O Partido Comunista do Brasil frente aos próximos combates*", também faz uma análise da Revolução de 1930 tendo como tese central a oposição interimperialista, mais uma vez. Este trabalho foi publicado na *Revista Comunista*, ano 1, números 2-3, jan.-fev., em 1931. A versão que utilizo foi publicado no livro de Edgard Carone (CARONE, 1982a:120-30).

Conforme já anunciei acima, este texto, logo de saída, parte para a indicação do conflito anglo-americano, buscando demonstrar os fatos que comprovam esta tese.

Os plantadores de Minas Gerais, sustentados desde o golpe militar pelos imperialistas ianques que os utilizavam em sua luta contra o governo central e contra as posições inglesas de São Paulo e Rio de Janeiro, perderam hoje este apoio. [...]

Os empréstimos do imperialismo ianque não são mais que um meio para organizar a luta entre os diferentes Estados, sem sequer solucionar temporariamente as dificuldades financeiras. Os imperialistas de Wall Street enviam suas felicitações à Junta do Governo surgida com a "revolução", porém mantêm-se muito reservados quanto a abrir-lhe a bolsa, exigindo condições muito severas que importam numa maior colonização do país.

Os "conselheiros" ingleses que pretendem "salvar" as finanças brasileiras organizam o contragolpe militar (CARONE, 1982a:120).

Além disto, esta análise do Partido Comunista consegue identificar, também, um enfraquecimento do poder de Getúlio e dos grupos que o sustentaram. Esta intenção de tentar demonstrar a fraqueza do adversário parece mais cumprir o papel de emulador do próprio Partido do que expressar uma análise da situação em curso naquele período. É sabido que os primeiros anos do governo saído da Revolução de 1930 não se pautaram pela estabilidade política. Contudo, as análises presentes nestas linhas do Partido Comunista do Brasil parecem buscar a fraqueza de Getúlio Vargas onde ela não existia, deixando de vê-la onde, de fato, ela estava presente.

Sobre a base da crise produz-se uma decomposição de todos os grupos políticos que participaram do golpe de Estado.

Getúlio Vargas, que encabeçou - aliado ao imperialismo ianque - a luta dos latifundiários e capitalistas nacionais, não é mais a figura central da política brasileira e vacila novamente em direção do imperialismo inglês.

Londres passa abertamente à contra-ofensiva e o ministro da guerra, a cujo redor se agrupam certos elementos da coluna Távora, se alia mais estreitamente com o imperialismo inglês, desencantado com as condições severas e a enorme cautela que manifestam os banqueiros norte-americanos. Outra parte da coluna, com Távora e João Alberto, liga-se cada vez mais com Bernardes (que procura agrupar fazendeiros e capitalistas relacionados com o café), unindo-se assim ao imperialismo ianque.

Vê-se, portanto, como as facções pró-imperialismo se agrupam e reagrupam sobre a base da crise, preparando por todos os meios novas e cruentas lutas armadas (CARONE, 1982a:121-22).

Desconhecendo a capacidade de articulação do governo saído de outubro de 1930, o Partido Comunista do Brasil supunha que o desmascaramento da Aliança Liberal era uma questão de tempo. Não foram os únicos. Praticamente todas as organizações de esquerda da época viam um horizonte favorável para a retomada da mobilização rumo à revolução. É isso o que demonstra a passagem a seguir:

o caráter do golpe de estado como expressão da luta interimperialista, encabeçado pelos latifundiários e capitalistas nacionais, está hoje completamente desmascarado. Esta parte da pequena burguesia, dos camponeses e em parte dos operários arrastados pelo último movimento, e que pensaram que algumas reformas seriam a inevitável consequência de sua participação na luta, começa a ver mais e melhor que nenhuma das duas facções imperialistas pensa em tocar nos privilégios feudais e que ambas (que defendem uma maior colonização do país) lutam por uma intensificação da exploração das massas trabalhadoras e camponesas, esmagadas pela crise. [...]

Como na Argentina, Bolívia e Peru, o golpe de Estado do Brasil não modificou em nada as relações de classe, nem nas formas políticas nem na forma do poder. Porém, ao contrário daqueles golpes militares, o desencanto das massas é mais profundo no Brasil porque, mais que nos países citados, as massas foram arrastadas para as lutas que se iniciaram nos diversos Estados (CARONE, 1982a:121-23).

A preocupação do restante do texto é fazer uma "limpeza", "purificação" ideológica, o que me sugere uma entropia do partido em função das dificuldades para intervir no movimento operário. Faz-se, aqui, uma autocrítica, e busca-se a identificação de agentes infiltrados, trotskistas, policiais, prestistas, etc. O Partido volta-se para dentro e vai rever todas as suas iniciativas mais importantes tomadas até então, buscando se "redimir" dos erros cometidos, como se estes fossem os principais responsáveis pelo sucesso do inimigo de classe.

A idéia de que não se trava uma luta interimperialista e sim uma verdadeira revolução de massas, penetrou também nas nossas fileiras.

É evidente que em tais condições o Partido não podia mobilizar as grandes massas e organizar suas lutas nos instantes precisos em que - em razão da luta encarniçada que se desenrolava em todo o país - se dava o desmoronamento de todas as forças burguesas e feudais.

É por isso que a luta pela proletarização do partido toma uma característica tão aguda.[...]

No processo de todo seu desenvolvimento, através de cada crise política do país, o P. C. B. converteu-se numa espécie de *Kuomintang*, num partido de várias classes sob a direção dos elementos pequeno-burgueses. Assim o constatamos na Liga Antiimperialista; prova-o com mais firmeza o Bloco Operário e Camponês - atrás do qual se escondeu o partido, sendo substituído por aquele - para se converter logo em um partido composto de liberais, prestistas, trotskistas, anarco-sindicalistas (CARONE, 1982a:126-27).

O Partido Comunista do Brasil demonstra como foi surpreendido pelos acontecimentos, a partir de uma análise parcial da arena política brasileira, ou

mais precisamente e para não ser injusto com as análises corretas realizadas pelo PCB, ao deixar de considerar o aspecto popular presente na Revolução de 1930, desorientou-se de maneira irreparável.

A Internacional Comunista, por seu turno, desmoralizou este mesmo Partido, impedindo-o, se é que era possível, de tomar a dianteira dos acontecimentos. Assim, o PCB realizou uma série de análises corretas, mas, talvez pelas reorientações vindas da Internacional Comunista, acabou por abandoná-las. O Partido não conseguiu "ligar-se" às massas. Tanto que o resultado de sua elaboração e prática política não significou uma maior inserção no movimento. Por exemplo, o BOC, que havia sido um sucesso, foi descartado, com violentas críticas ao Partido.

É curioso o fato de que na passagem reproduzida acima o PCB é acusado de ter se transformado "uma espécie de *Kuomintang*", sendo que até há alguns anos atrás, o próprio *Kuomintang* serviu de referência para o PCB fundar o BOC.

Nestas condições de atuação e com este tipo de orientação internacional, o Partido Comunista do Brasil acabou por naufragar durante a Revolução de 1930 e imediatamente após sua eclosão.

Capítulo 3

O trotskismo no Brasil: suas origens, principais figuras e a Revolução de 1930

[...] *todos os profetas armados venceram e os desarmados fracassaram.*

(MAQUIAVEL, 1979:25)

Esta passagem de *O Príncipe* pode ser muito útil quando se atua numa determinada arena política. Em última instância, na política, as grandes questões são resolvidas pela violência. A seqüência dos títulos da trilogia de Isaac Deutscher sobre a vida de Trotsky representa de maneira precisa a idéia que foi formulada por Maquiavel de maneira profética.

Ao se analisar o trotskismo no Brasil não se pode deixar de situar a experiência brasileira no contexto internacional, aliás, como já ensinava Trotsky.

Para aqueles que vão escrever sobre a história política, redimir os derrotados e manter aberta a possibilidade da utopia tentada no passado, é uma tarefa difícil mas, quando feita com sucesso, muito compensadora.

Os estudos existentes sobre o trotskismo no Brasil, via de regra, apresentam-se, ora com uma carga descritiva bastante acentuada, onde escasseiam as análises, ora como uma justificativa da política levada a frente pelo PCB e não abordam especificamente a discussão sobre o trotskismo. Este aparece apenas como sendo um grupo de intelectuais diletantes. Temos alguns trabalhos exemplares sobre essa questão, como o de John W. F. Dulles, *Anarquistas e comunistas no Brasil* e o de Edgar Carone, com o *Movimento operário no Brasil, O P. C. B.*

O texto de Leôncio Martins Rodrigues (RODRIGUES, 1991), no item intitulado "O aparecimento do trotskismo" (V. RODRIGUES, 1991:368 e ss.), afirma que uma dissidência importante ocorrida no PCB em 1928 estava relacionada a divergências relativas aos sindicatos e ao tenentismo, e não a disputas internas ao Partido Comunista da União Soviética (PCUS), que opunham stalinistas e trotskistas, para em seguida dizer que, sob a influência de Mário Pedrosa, vários intelectuais que haviam cindido com O PCB em 1928, aderiram ao trotskismo, algum tempo depois. Eram eles Rodolfo Coutinho, Lívio Xavier e,

posteriormente, Aristides Lobo.¹ Concluo, a partir do exposto que esse autor considera não haver uma ligação entre as dissidências internacionais e o surgimento do trotskismo no Brasil. Leôncio Rodrigues só não diz claramente como e porque Pedrosa consegue atrair estes ex-pecebistas. Tentarei demonstrar, mais adiante exatamente o oposto daquilo que este autor afirma: o trotskismo brasileiro teve uma clara ligação, desde a sua origem, com as questões internacionais, com a luta entre stalinistas e trotskistas no PCUS e fora dele.

Além disso, Rodrigues diz que

tal como outros dirigentes que permaneceram no PCB, os introdutores do trotskismo no Brasil eram quase todos nordestinos, de famílias tradicionais e importantes (RODRIGUES, 1991:368).

O estabelecimento deste tipo de ligação não me parece esclarecer muito mais do que a própria constatação, pelo menos no que diz respeito ao trotskismo. Sendo assim, não entrarei no mérito da origem social destes militantes para analisar o surgimento do trotskismo brasileiro. Pretendo apenas mostrar os elementos políticos que levaram a constituição desta corrente de militantes no interior do movimento operário brasileiro.

Diante da tarefa de tentar resgatar a memória dessa fração do movimento operário, e antes de iniciá-la propriamente, a lembrança de Walter Benjamin, através do seu texto "Sobre o conceito da história", é encorajadora.

¹ "Aristides da Silveira Lobo (1905-1968), professor e jornalista. Ingressou no PCB em 1923, no Rio de Janeiro. Após o II Congresso do PCB, é designado para atuar em São Paulo na qualidade de membro de seu Comitê Regional. Em 1928 é candidato pelo BOC (...). A partir dessa época inicia um processo de ruptura. Exilado em 1930 para o Uruguai, passa depois para a Argentina onde, com Luiz Carlos Prestes, organiza a LAR (...). Retorna ao Brasil em fins de 1930, quando é expulso do PCB. Fundador da Liga Comunista e membro de sua direção, tendo sempre destacado papel na formulação de suas linhas política e sindical. Muito ativo na União dos Trabalhadores Gráficos (UTG). Orador fluente, participava de quantas manifestações públicas e comícios se realizassem. Foi preso numerosas vezes. Em 1934, por discordar do enfrentamento armado com os integralistas na Praça da Sé, em 7 de outubro desse mesmo ano, e por ser contrário à entrada dos trotskistas nos partidos socialistas (a política do 'entrismo'), cinde a Liga Comunista, juntamente com Victor de Azevedo Pinheiro, João Matheus e Raquel de Queiroz, formando outro agrupamento, que rompe com o Secretariado Internacional da Liga Comunista Internacionalista. Em 1937 reconsidera suas posições e retorna" (ABRAMO e KAREPOVS, 1987:45).

[...] o dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer (BENJAMIN, 1987:224-5).

Antes de se pensar a análise daquela conjuntura, onde os militantes da esquerda desenvolviam sua atividade política, é preciso relembrar o que já mencionei no primeiro capítulo desta dissertação. Refiro-me a capacidade de intervenção do PCB, que era muito pequena. Este partido, pequeno e fraco, não possuía força política capaz de impulsionar uma ação que alterasse significativamente a correlação de forças na arena brasileira da luta de classes dos anos de 1920. O desenlace da crise política existente passava menos pela intervenção da classe operária, que ocupava um papel secundário nos embates existentes, do que pela atuação das classes e frações de classe dominantes, ou até mesmo pelo movimento político militar conhecido como *tenentismo*.

Por que, então, estudar uma cisão do Partido Comunista se este era tão insignificante? Ou ainda, se este partido possuía tão pouca força política, o que dizer de um agrupamento que rompe com este mesmo partido?

A resposta a estas questões aponta para a recuperação de um debate que se agudizava naquele período, debate este que contrapunha as posições defendidas por Trotsky, de um lado, e Stalin, de outro. Ambos reivindicavam a herança do marxismo-leninismo e do bolchevismo.

Os reflexos deste enfrentamento ocorrido no interior do PCUS e da III Internacional chegam até o Brasil, assim como a, praticamente, todos os Partidos Comunistas. Desta forma, pelo menos no caso brasileiro, a análise das posições teóricas em confronto justifica-se mais pelo significado político e teórico dos temas debatidos do que pela importância da ação política dos debatedores.

Em função das divergências internacionais, mas não exclusivamente, foi sendo erguida uma parede entre alguns militantes do partido brasileiro e sua direção, barreira que não foi transposta, chegando-se à cisão. Não só nas questões teóricas, mas também no que dizia respeito às atividades concretas da intervenção política as diferenças foram sendo ampliadas e aprofundadas.

Algumas teses correntes sobre esta cisão ocorrida no interior da seção brasileira da III Internacional resumem-se, basicamente, à explicação do fato a partir de iniciativas fracionistas e dispersas de alguns intelectuais militantes do

partido, que não possuíam ligações com as massas, como faz John F. Dulles (DULLES, 1977:286-287).

Este tipo de análise é, no mínimo, apressada. Conforme a abordagem de José Castilho Marques Neto (MARQUES NETO, 1993), deve-se considerar, basicamente, três aspectos para esclarecer este quadro, sem repetir os equívocos correntes. O primeiro ponto a ser discutido é a crise política pela qual passou a então chamada União Soviética, com a polêmica levada, principalmente, por Trotsky e Stalin. Um segundo aspecto é aquele relativo à influência desempenhada por Mário Pedrosa, que se destacou no processo de organização da oposição trotskista no Brasil.² Como último aspecto a ser apontado deve-se destacar a potencialização das pressões que o PCB sofria. Neste sentido, a fragilidade teórica dos quadros dirigentes do partido, o aumento da centralização política através da direção da III Internacional e de seu Secretariado Sul-Americano e as lutas internas pelas quais passava o Partido, com várias cisões em função de divergências ligadas a questões práticas da intervenção política, fizeram com que o PCB acabasse por viver uma espécie de ziguezague político, oscilando para posições extremadas de "direita" e de "esquerda".³

A partir do que foi afirmado acima é possível iniciar a definição dos contornos de um quadro internacional que marcou decisivamente o surgimento do trotskismo no Brasil.

² Mário Pedrosa possuía uma experiência internacional que os outros militantes do partido não possuíam, nem aqueles mais próximos da orientação stalinista, nem aqueles próximos à orientação trotskista. Além disto, este militante possuía uma base teórica mais sólida do que aquela de seus camaradas brasileiros, quase sem formação teórica ou formados pelo anarquismo, que não se ocupava em demasia com os embates intra aparelho partidário. Desta forma, Pedrosa conseguiu ser um eficiente articulador do trotskismo no Brasil.

³ Pode parecer estranho o uso dessas formas "direita" e "esquerda" para o Partido Comunista que, a princípio, não ocuparia uma posição de direita. Neste sentido creio ser necessário precisar que este uso pretende significar que o PCB oscilava entre posições ultra esquerdistas e posições mais conciliadoras, estabelecendo alianças com outros setores populares além do "proletariado revolucionário". A este respeito, ver o trabalho de Norberto Bobbio, *Direita e esquerda. Razões de uma distinção política* (BOBBIO, 1995).

3.1 As origens do trotskismo brasileiro

Para falar da origem do trotskismo no Brasil, necessariamente passarei pela série de fatos ocorridos na URSS da década de 1920. Estarei demonstrando a ligação existente entre as rupturas ocorridas no Partido Bolchevique da URSS e aquelas ocorridas no PCB.

Procuo estabelecer, também, uma ligação entre as divergências locais e o surgimento do grupo trotskista, ou melhor, a maneira pela qual aqueles militantes próximos ao trotskismo conseguiram atrair os dissidentes do jovem PCB para sua "causa".

A década de 1920 constitui-se no ponto de partida para se pensar o trotskismo brasileiro, ou melhor, as origens do trotskismo brasileiro.

Pode-se dizer que a revolução de 1917 fez seus ecos chegarem ao Brasil quase que imediatamente após sua eclosão, com as greves ocorridas em 1917, 1918 e 1919. Estas greves, porém, foram capitaneadas pelo anarquismo que saiu derrotado destes movimentos. Esta derrota foi econômica e política. Econômica, à medida que as principais reivindicações não foram conquistadas, e política, uma vez que o movimento anarquista não retoma jamais o prestígio e força anteriores a este período.

A continuidade desta derrota política passa, ou ainda, se desenvolve e se aprofunda com a fundação do Partido Comunista em 1922. Este fato é significativo porque não se trata de mais uma organização do movimento operário que surge para disputar o espaço com o anarquismo, mas sim uma organização que vai carrear para o seu interior um número significativo de militantes formados pelo anarquismo e que migram para o comunismo levando consigo uma tradição, um prestígio junto ao movimento operário, que serviu, deste ponto de vista, para enfraquecer o anarquismo. Além disto, o Partido Comunista se coloca como objetivo central ocupar o espaço não preenchido pelos anarquistas, ou seja, ter uma atuação política.⁴

⁴ Uma crítica recorrente ao anarquismo é o fato deste não ocupar os espaços propriamente políticos, ou seja, não participar de eleições, não disputar com os partidos o espaço da arena política. Este fato tem como consequência imediata a não consolidação das vitórias das ações anarquistas. Em outras palavras, o anarquismo não transforma em leis, em conquistas formalizadas aquilo que é resultado da luta política anarquista. A médio prazo esta forma de atuação acaba por levar ao esvaziamento desta proposta diante dos olhos da classe operária. A vitória anarquista ou é total ou é carregada pelo vento como poeira.

Do ponto de vista da ação política, todo o terreno encontrava-se aberto para o surgimento do Partido Comunista e para a decadência do movimento anarquista.

Na década de 1920, o país passava por uma série de modificações que iam desenvolvendo-se no plano econômico, político e social. Estas modificações eram influenciadas pelos acontecimentos internacionais. Dentre eles, a revolução ocorrida na Rússia e a implantação do fascismo na Itália encontram seus reflexos aqui também. Se os fatos apontados acima não influenciavam diretamente a classe operária, pelo menos o partido que se propunha a ser o dirigente desta classe era influenciado por tais eventos.

Direcionando o foco de atenção para o movimento comunista internacional, pode-se estabelecer o mesmo sentido apontado acima, ou seja, as mudanças ocorridas no plano internacional, se não atingem a classe operária como um todo, atingem, pelo menos, o partido político que se propõe a representá-la.

As dissidências do movimento comunista internacional vão ter seus reflexos no PCB e é neste quadro que está inserido o surgimento do trotskismo.

Uma das causas, senão a principal, do surgimento do trotskismo brasileiro deve ser buscada nas lutas políticas existentes no interior da URSS da década de 1920. Neste período, a revolução estava começando a se estabilizar, após uma sangrenta guerra civil.

O Partido Bolchevique havia consolidado seu poder de maneira exclusiva. Nesse sentido, todas as tensões presentes na sociedade soviética passavam pelo interior deste Partido. As enormes contradições existentes acabaram por promover cisões no Partido Bolchevique. A principal delas ocorreu colocando frente a frente dois líderes deste partido: Trotsky e Stalin. As repercussões internacionais deste enfrentamento não demoraram a surgir. A cisão desenvolveu-se a partir de questões concretas respondidas pelo Partido Bolchevique, a esta altura liderado por Stalin, e ferrenhamente questionadas por Trotsky.

Três questões são decisivas para estabelecer uma linha demarcatória entre as posições defendidas por Trotsky e a política levada a efeito por Stalin. A primeira delas diz respeito ao Comitê Sindical Anglo-Russo, onde a política definida pela Internacional Comunista acaba por se mostrar profundamente

oportunista.⁵ Pode-se dizer o mesmo sobre a revolução chinesa. A última questão a ser mencionada é a política econômica que estava sendo implantada na Rússia Soviética, apoiada na teoria do *socialismo num só país*. Esta formulação de Stalin abandonava a tese marxista do internacionalismo proletário.⁶ Trotsky irá criticar de maneira mais contundente esta teoria no seu *A Revolução Permanente* (Cf. TROTSKY, 1977c), procurando recuperar as teses marxistas e avançar outras no sentido da revolução mundial. A princípio, portanto, estas três questões irão orientar o posicionamento internacional no que diz respeito ao alinhamento com Trotsky ou com Stalin.

A assim chamada "questão chinesa" é o exemplo escolhido para demonstrar as repercussões da divergência ocorrida no interior da III Internacional e que repercutiram em praticamente todas as sessões nacionais, aí incluído o PCB. Tratarei do exemplo em questão tendo como referência básica o trabalho de José Castilho Marques Neto, *Solidão revolucionária*.

Analisando-se a história do movimento operário na China, pode-se observar que o pequeno Partido Comunista Chinês (PCC) é levado a dissolver-se no Kuomintang⁷ a partir de 1922. A entrada do PCC no partido nacionalista chinês deveu-se à orientação provinda da III Internacional. Já em meados da década de 1920 iniciam-se os primeiros confrontos entre a orientação dada pela direção do Kuomintang e aquela pretendida pelos comunistas em seu interior.

⁵ A polêmica sobre o Comitê Anglo-Russo foi bastante significativa. Não estarei, contudo, tratando-a com maiores detalhes. O mesmo se aplica à discussão sobre a política econômica apoiada na teoria do *socialismo num só país*. Uma abordagem mais completa pode ser encontrada no trabalho de José Castilho. V. MARQUES NETO, 1993.

⁶ Segundo João Quartim de Moraes, "o principal teórico do 'socialismo num só país' não foi Stalin, mas Bukharin" (QUARTIM DE MORAES, 1991:67, grifo meu). De qualquer maneira, esta doutrina teve seus contornos iniciais formulados por Stalin, em dezembro de 1924, e serviu, dentre outras coisas, como contraposição às teses de Trotsky sobre a revolução permanente. Um intenso debate teve lugar no interior do Partido Bolchevique, em meados dos anos de 1920, opondo o *socialismo num só país*, de Stalin, à *revolução permanente*, de Trotsky. Para se ter um rápido apanhado destes aspectos da questão ver QUARTIM DE MORAES, 1991, pp. 66 e ss.

⁷ "O Kuomintang (*Kuo*=nação/*min*=povo/*tang*=partido) tem origem na sociedade secreta T'ong-mong-houei, organizada por Sun Yat-sen e formada basicamente por intelectuais. Tornou-se Kuomintang em 1907, tendo êxito em sua campanha para derrubar a dinastia Mandchu em 1911. Sua doutrina, o sunismo, defende o nacionalismo, a reforma agrária, a democracia e certa dose de socialismo" (MARQUES NETO, 1993, p. 89).

Apesar do surgimento dessas diferenças, a aproximação "por cima" continuava: um dos líderes deste partido nacionalista era o general Chiang Kai-chek, com formação política em Moscou. Em 1926 o Kuomintang passa a fazer parte da III Internacional, como "partido associado" e Chiang Kai-chek integra-se ao Comitê Executivo da Internacional, como "membro associado".

Nesta altura dos acontecimentos, o PCC tentava agir de forma independente do general Chiang Kai-chek, mas as orientações saídas de Moscou obrigavam-no a submeter-se à política determinada pelo Kuomintang. A oposição a Stalin, com Trotsky a frente, tentava modificar esta orientação por entender que o partido chinês ficaria de mãos atadas diante do partido nacionalista. As posições defendidas por Trotsky e seus adeptos foram derrotadas. Contudo, esta polêmica atingiu a III Internacional como um todo, à medida que a revolução avançava na China e, principalmente para os países coloniais como o Brasil, tornava-se um exemplo a ser seguido. Os desdobramentos desta questão, portanto, interessavam a todos os comunistas. Esta polêmica acabou por cumprir a função de um divisor de águas no interior do movimento comunista internacional.

Em 12 de abril de 1927 a luta de classes encarregou-se, dramaticamente, de colocar um fim nesta política. Na cidade de Xangai, milhares de operários, sindicalistas e militantes comunistas foram massacrados pelo Kuomintang. A III Internacional encarregou-se imediatamente de eximir-se de suas responsabilidades, transferindo os custos do massacre à orientação equivocada dada, nada mais nada menos, pela direção do PCC. Este desastre para a revolução chinesa, para o Partido Comunista Chinês, o posicionamento irresponsável da direção da Internacional e o próprio debate ocorrido anteriormente, acabou por levar água ao moinho trotskista, ou em outros termos, a oposição capitaneada por Trotsky ganhou muitos adeptos em função destes episódios. No caso brasileiro não foi diferente. Além do fato de Mário Pedrosa encontrar-se na Europa, acompanhar de perto o desenrolar destes acontecimentos e manter informados seus camaradas brasileiros, muitos militantes, independente da influência de Pedrosa, buscaram o trotskismo como uma referência para a luta revolucionária.

A política da Internacional Comunista em relação ao Kuomintang foi estendida aos assim chamados países coloniais. No caso brasileiro, o PCB impulsiona a criação do Bloco Operário, e posteriormente, do Bloco Operário e Camponês, inspirado na experiência chinesa em curso. Conforme pode-se verificar na passagem seguinte, a influência chinesa é flagrante.

Em fins de 1926, o professor de Direito Leônidas de Rezende, proprietário de *A Nação*, oferece o jornal ao PCB. Com o fim do estado de sítio e a partir de 3.1.1927, *A Nação* passa a circular como órgão oficial do PCB, mantendo sua publicação diária até 11.8.1927, quando entra em vigor a "Lei Celerada", aprovada com o objetivo de reprimir o movimento operário. *Através de suas páginas é lançada a idéia da constituição de um "Kuomintang" (partido burguês e nacionalista) brasileiro para que se desse curso a um processo semelhante ao que se desenrolava na China. [...] Para a aplicação dessa linha foi determinado aos comunistas brasileiros fazer "aliança do proletariado com a pequena burguesia oprimida! O Brasil deve seguir o exemplo da China heróica!" (13.6.1927) e "Venha quanto antes o Kuomintang!" (11.7.1927).* Essas são algumas das manchetes de *A Nação*, na época. Iniciada a discussão no partido, a proposta é aprovada (com a oposição, apenas, de Joaquim Barbosa e Rodolfo Coutinho). Estava consagrada a "aliança com a vanguarda revolucionária da pequena burguesia que encabeçara os movimentos revolucionários de 1922 e 1924". Fundamentada nessa concepção, é criada uma frente eleitoral destinada a agrupar estes setores sob a hegemonia do PCB, que tomou a denominação de Bloco Operário e Camponês-BOC. Acusado de seguir uma política burguesa e de tentar sobrepor-se ao PCB, o BOC é extinto após as eleições de março de 1930 [...] (ABRAMO e KAREPOVS, 1987:46-7, nota de rodapé, grifos meus).

Além disto, no trabalho de José Castilho pode-se verificar o estabelecimento desta ligação entre o BOC e o Kuomintang e toda a crítica feita pelos trotskistas a esta posição política do Partido Comunista do Brasil, crítica esta que carreou militantes para a oposição trotskista do PCB.

Os historiadores brasileiros já comprovaram essa inspiração do BOC no Kuomintang de Chiang Kai-chek. Marcos del Roio associa as elaborações de Brandão ao Kuomintang chinês. Paulo Sérgio Pinheiro e Edgar Carone, apenas para citar dois outros pesquisadores desse período, partilham a mesma tese (MARQUES NETO, 1993:95).

Como uma infeliz coincidência pode-se afirmar que o PCB, logo após assumir a postura apontada acima, teve de reorientá-la, em função da mudança de orientação da Internacional Comunista. Isto mostra, dentre outras coisas, as

constantes guinadas políticas levadas a efeito pela Internacional e pelo próprio PCB. No caso deste último, as oscilações políticas, pelo menos neste período, não podem ser totalmente imputadas à direção internacional, mas isto já é um outro assunto.

Utilizo-me, a seguir, do trabalho de José Castilho para tentar consolidar estas afirmações.

Interessante notar que, logo após a Comissão Central Executiva (CCE) do Partido Comunista do Brasil ter articulado essa estratégia em outubro de 1927, o VI Congresso da Internacional Comunista, realizado de julho a agosto de 1928, reavalia a experiência kuomintanguista e anuncia uma guinada política à esquerda. Essa reavaliação da IC foi denunciada pelos opositoristas afinados com Trotsky como mais um erro, e o problema chinês, marcado pela enormidade do massacre das bases comunistas por Chiang Kai-chek e pela desastrosa orientação dos dirigentes da IC, constitui-se num dos mais sólidos argumentos da Oposição Internacional de Esquerda (MARQUES NETO, 1993:95).

A luta internacional travada na URSS e na III Internacional naquele período teve uma significativa influência também no Brasil, como pode-se concluir a partir do exposto. Contudo, outras polêmicas ocorridas no interior mesmo do Partido Comunista Brasileiro irão levar militantes a romperem com aquele partido e a engrossarem as fileiras da oposição.

Em função da ausência de uma experiência maior e mais rica, da fraqueza teórica de seus quadros dirigentes,⁸ das pressões oriundas da III Internacional, o PCB não conseguiu manter no interior dos quadros do partido aqueles militantes, ou grupos de militantes, que se envolviam em polêmicas mais acirradas. Nesse sentido, ou os dissidentes abandonavam suas posições ou eram colocados para fora do partido. Uma parte significativa desses "excluídos" do PCB acabou por se ligar à oposição trotskista.

⁸ Neste aspecto estou considerando como "fraqueza" o fato de que o partido não possuía uma formação marxista mais sólida, seus principais dirigentes haviam saído do anarquismo, sendo que estas duas características levavam a uma dificuldade muito acentuada no sentido de se construir um partido operário, revolucionário, nos moldes correntes naquele período.

Alguns exemplos destas cisões podem ser mencionados, no sentido de esclarecer este aspecto da discussão. Dentre eles, os mais significativos são aqueles ligados à intervenção sindical levada a efeito pelos comunistas brasileiros. A partir de uma abordagem mais geral pode-se dizer que o que estava em disputa nas polêmicas sindicais era a tentativa por parte do PCB no sentido de aumentar seu controle sobre a ação sindical de seus militantes, ou em outras palavras, o partido tentava uma centralização maior de sua política sindical, "disciplinando" os sindicatos dirigidos pelos comunistas.⁹

Esta diferença na orientação opôs dois importantes militantes do partido à sua direção central. Joaquim Barbosa e João da Costa Pimenta foram os principais nomes dessa cisão ocorrida no início de 1928.

O fato que levou estes militantes à ruptura com o Partido Comunista e, posteriormente, João da Costa Pimenta a ligar-se ao trotskismo pode ser resumido na forma que segue. Era o início do ano de 1928 e o PCB convoca uma reunião para o dia 18 de janeiro, onde seria discutida a Lei de Férias. Cerca de mil trabalhadores estavam presentes. O objetivo do Partido era desmoralizar "definitivamente" o ex-presidente do sindicato, José Pereira de Oliveira, conhecido como "Zé Doutor", porque, mesmo derrotado nas eleições ocorridas dois anos antes, este sindicalista mantinha grande influência nas bases do sindicato. A forma encontrada para colocar a pá de cal sobre "Zé Doutor" foi através de violentos ataques a este sindicalista, denominando-o agente infiltrado da polícia no movimento. Quem perpetrou os ataques foi o deputado eleito pelo BOC Azevedo de Lima.¹⁰

João da Costa Pimenta, que presidia esta reunião,

contrário à utilização dos assuntos sindicais como instrumento da política do Partido, [...] susta a discussão, temeroso de que a polícia pudesse aproveitar-se do tumulto causado por esse

⁹ Dentre outros, o trabalho de J. F. Dulles aponta nesta direção. *V. DULLES, 1977, pp. 285 e ss.*

¹⁰ "João Batista de Azevedo Lima: filiou-se ao BOC e ganhou as eleições para deputado do Congresso Nacional em 1927. Advertido pelo PCB no III Congresso do Partido em 1929 sob acusações de oportunismo, apóia a candidatura de Júlio Prestes à Presidência infligindo duro golpe ao PCB e ao BOC, sendo expulso em seguida" (MARQUES NETO, 1993, p. 186, nota nº 36).

tipo de debate para intervir nas atividades sindicais (MARQUES NETO, 1993:107).

Não satisfeito com este desfecho o PCB volta à carga em 14 de fevereiro de 1928, quando realiza-se um comício convocado pelo Partido, também na sede da UTG do Rio de Janeiro. Mesmo estando em São Paulo, ou justamente por isso, Pimenta opõe-se à realização do comício, junto à direção do Partido.

Como relata Dulles, além dos operários presentes, estavam repórteres, fotógrafos e investigadores de polícia. Presidida pelo marceneiro Roberto Morena, a assembléia ouviu as acusações de Azevedo Lima contra Oliveira. Quando este último toma a palavra, instaura-se o conflito entre os presentes, e a polícia invade o local. Do tumulto resultaram seis feridos e quatro operários mortos, além de muitos prisioneiros. Entre os prisioneiros estavam futuros militantes da Oposição de Esquerda: o secretário-geral interino da UTG, linotipista João Daladéa, José Caldeira Leal e Leonel Tavares Dias Passos (MARQUES NETO, 1993:107).

O último desastre desta política do PCB foi o fechamento da UTG pelo governo, apoiado na Lei Celerada de Aníbal de Toledo.

Esta cisão, em função das proporções que tomou, com a morte de operários e o fechamento do sindicato, foi uma das mais sérias enfrentada pelo PCB, nesse período. E, além disso, fez com que, como apontei acima, vários militantes sindicais caminhassem rumo ao trotskismo.

Pretendo, a seguir, reafirmar que a militância, naquele período, possuía um lado heróico muito marcado. Além das dificuldades financeiras, de simples sobrevivência, os militantes tinham que safar-se da repressão oriunda do aparelho de Estado e, no caso dos dissidentes, safar-se também das perseguições impostas pelo PCB. Tornava-se muito difícil, portanto, transformar a realidade.

Embora esta forma heróica de atuação não seja examinada em boa parte dos estudos sobre a atividade política, considero importante, pelo menos, a menção a este aspecto, por julgar que a forma como os militantes encaram sua atividade tem uma influência significativa na forma como eles fazem a política. Neste período o heroísmo era uma característica acentuada dos militantes políticos de esquerda.

As condições materiais de existência eram precárias para a maioria deles. As organizações e partidos não possuíam um "aparelho" capaz de manter seus militantes em condições razoáveis de sobrevivência. A repressão policial tornava estes indivíduos fugitivos e nômades no interior das suas próprias cidades, de seu próprio país. A classe operária é internacional, não tem fronteiras e um revolucionário é um cidadão do mundo. Ou, como pode ser observado no último capítulo da autobiografia de Trotsky, intitulado "O planeta sem passaporte", onde aquele revolucionário não conseguia um único refúgio para viver. Tentando conseguir um "asilo democrático" na Alemanha social democrata da década de 1920, ele viu seus intentos cada vez mais distantes. Afirma, então:

Pouco a pouco, ao final de algumas semanas, o princípio democrático havia se reduzido a uma terceira parte de seu conteúdo original. O direito de asilo se converteu, primeiro, em um direito de residência sob um estado de exceção; depois, em um direito ao tratamento médico; e, por fim, em um direito à sepultura. Pelo visto, para gozar das vantagens da democracia em todo seu esplendor, teria que esperar tornar-me um cadáver (TROTSKY, 1979:452, tradução minha).

As dificuldades enfrentadas por Trotsky para resolver seu "destino", num certo sentido e em menor grau, atingia os militantes revolucionários em todo lugar.

A classe operária no Brasil, neste período, não se constituía numa base social de apoio suficientemente forte para garantir um poder político e material significativos para estes partidos e organizações. Conforme demonstra Boris Fausto em *A Revolução de 1930*, a classe operária não possuía condições de levar adiante um projeto político revolucionário próprio em função de sua fraqueza numérica e, principalmente, política. Neste sentido, a militância tornava-se um ato de heroísmo.

Esses heróis que vieram a constituir o agrupamento trotskista não eram intelectuais diletantes desligados do movimento operário, como insinuam alguns autores.¹¹ Os militantes trotskistas tiveram uma intervenção na luta de classes,

¹¹ No caso em questão temos Leôncio Rodrigues (RODRIGUES, 1991) e John F. Dulles (DULLES, 1977), citados anteriormente, dentre outros.

organizaram greves, dirigiram sindicatos, lideraram campanhas políticas entre outras atividades significativas.¹²

Esta corrente da esquerda, apesar de realizar uma análise parcialmente correta da Revolução de 1930, não conseguiu transformar esta clareza teórica em recrutamento significativo para suas fileiras. Creio que uma primeira explicação para este fato é que os trotskistas não conseguiram compreender, assim como os comunistas do PCB, o lugar ocupado pelas massas populares e pelo tenentismo. De qualquer maneira, estarei tratando disto em detalhe, ainda neste capítulo. Outro aspecto importante é aquele discutido por Trotsky num artigo de agosto de 1940, mês de seu assassinato, intitulado "Classe - partido - direção".¹³ Neste artigo o autor está abordando a relação entre as várias organizações da classe operária espanhola, as massas populares e a sua revolução, naquele momento já derrotada. Naquilo que concerne a discussão em andamento nesta passagem de meu texto, cabe destacar que, conforme afirma Trotsky, uma organização revolucionária não se constrói de uma hora para outra. São necessários muitos anos de luta política, para que a organização ganhe a confiança das massas. E, nos momentos decisivos de crise revolucionária, geralmente, as massas acabam por "ultrapassar" suas organizações, pela esquerda. Cabe, portanto, às organizações que se pretendem revolucionárias estarem sempre atentas para os movimentos mais profundos da classe, para conseguirem ocupar o lugar de direção revolucionária. No caso brasileiro, portanto, parece-me haver faltado uma tradição de luta política junto às massas e uma compreensão de seu movimento no desenrolar da Revolução de 1930. As dificuldades encontradas pelos militantes da revolução, naquele período de profundas transformações, fez com que a História seguisse seu curso, deixando à sua margem aqueles que não foram capazes de "conduzi-la". Ou, se preferirmos uma linguagem mais apropriada (ou quem sabe, mais poética), podemos reler, com uma certa melancolia, o que escreveu o marxista e judeu alemão Walter Benjamin

¹² Os trotskistas dirigiram dentre outros sindicatos a UTG (União dos Trabalhadores Gráficos), lançaram a campanha pela Constituinte em 1931, organizaram a Frente Única Antifascista em 1934, dentre outras coisas. É necessário afirmar, contudo, que estas atividades não atingiram grandes proporções, pelo menos sob a direção do trotskismo. Algumas, porém, mobilizaram um grande contingente popular, como a luta pela Constituinte em São Paulo, bandeira levantada inicialmente por eles em 1931.

¹³ Este artigo faz parte da coletânea indicada na bibliografia deste trabalho como MARX, K. / ENGELS, F. / LÊNIN, V. I. / TROTSKI, L. (1978). *A questão do partido*. São Paulo, Kairós, pp. 111-124.

Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não consegue mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso (BENJAMIN, 1987:226).

As mudanças em curso com a Revolução de 1930 arrastaram todos para a frente ou passaram por sobre eles, sem que houvesse muita chance para heroísmos e poesia, para revoluções proletárias e utopias. O progresso é implacável.

3.2 O surgimento do Grupo Comunista Lênin

No final da década de 1920, Trotsky encontrava-se exilado na Turquia. Os trotskistas, por sua vez, procuravam reagrupar-se. No interior do movimento oposicionista havia algumas posições políticas que buscavam a fundação de novos partidos, desligados dos PCs. Posicionando-se de maneira contrária a esta política, Trotsky acabou por romper com alguns dirigentes internacionais, dentre eles Maurice Paz (França), Hugo Urbhans (Alemanha) e Henk Sneevliet (Holanda), por considerar que o PCUS e a Internacional Comunista poderiam ser "recuperados" para a revolução (V. ABRAMO e KAREPOVS 1987:13-4).

No Brasil, o surgimento do Grupo Comunista Lênin e, posteriormente, da Liga Comunista Internacionalista (bolchevique-leninista) se dá dentro desta perspectiva, ou seja, constituir-se como uma fração do PCB e tentar impulsioná-lo para a política que considerava mais apropriada para a revolução.

Assim se caracterizam os próprios trotskistas, no texto "*Nossos propósitos*" (ABRAMO e KAREPOVS, 1987:41-4):

Por meio de uma crítica fraternal, até onde for possível, mas, tenaz e, por vezes, violenta, até onde for necessária - a "*Luta de Classe*" seguirá desassombradamente o caminho que lhes indicaram as imposições históricas, apontando às massas a solução revolucionária do problema social e mostrando a diferença fundamental que existe entre a concepção "retalhista" de Revolução (por etapas ou a prestações) e a verdadeira concepção marxista do desenvolvimento histórico, segundo a qual os acontecimentos se interdependem dialeticamente, marchando com o ritmo que lhes é próprio e não dando jamais a possibilidade de uma classe *resolver* os problemas da outra. Como se sabe, tem-se pretendido vulgarizar a idéia abstrusa de que o proletariado *primeiro* deve resolver os *problemas nacionais* da burguesia, para *depois* realizar a obra de sua libertação! A outra coisa, senão à traição mais evidente dos interesses vitais da classe operária, não podia conduzir a concepção estreitíssima de que a Revolução deva ser feita *a retalhos*¹⁴ (ABRAMO e KAREPOVS, 1987:43, grifos no original).

Continuando na mesma linha, o texto segue atacando a política levada pelo Partido Comunista do Brasil.

Denunciando a política dos golpes de força, a serviço de uma linha e, conseqüentemente, de uma *finalidade* oportunista - "A Luta de Classe" não perderá ocasião de desmascarar todos os

¹⁴ "A 'revolução a retalhos' a que se refere o texto é como os oposicionistas de então qualificavam a linha política de aliança com a pequena burguesia e a 'revolução por etapas' defendida pelo PCB, consagrada no III Congresso do PCB (Niterói, 29.12.1928 e 4.1.1929): Para o PC era necessário que o proletariado fizesse uma aliança com a pequena burguesia para que esta realizasse a sua 'revolução democrático-burguesa', abrindo caminho ao proletariado para a tomada do poder. Tal diretiva fora trazida pelos delegados do PCB ao VI Congresso da Internacional Comunista. 'E devemos declarar que o sustentaremos (o governo da pequena burguesia), enquanto lutar contra o imperialismo, contra os proletários agrícolas e contra a reação, e o combateremos quando se aliar a eles, ao mesmo tempo que deveremos preparar a segunda vaga para derrubar a pequena burguesia.' (Relatório dos delegados do PCB ao VI Congresso da IC, In Auto-Crítica, nº 6, p. 11). A partir do III Congresso do PCB, a influência e o controle políticos diretos da IC sobre o PCB acentuam-se de modo cada vez mais patente" (ABRAMO e KAREPOVS, 1987:43, nota de rodapé).

atentados à integridade dos princípios, atentados que se caracterizam por uma nova modalidade de desvio revolucionário, o onanismo revolucionário, alternativamente praticado com a mão direita e a mão canhota (ABRAMO e KAREPOVS, 1987:44, grifo no original).

É, contudo, no documento intitulado "*Nosso caráter de fração*" (ABRAMO e KAREPOVS, 1987:92-4) que esta pretensão dos trotskistas, de se constituírem enquanto fração do PCB, se encontra mais claramente expressa:

a Liga Comunista, liderada internacionalmente por Trotsky e Rakovsky - ambos deportados e perseguidos por defenderem a integridade dos princípios que, em 1917, deram a vitória aos trabalhadores da Rússia -, tem um caráter bem definido de *fração de esquerda do Partido*, o que vale dizer: *fração de esquerda da Internacional Comunista* (ABRAMO e KAREPOVS, 1987:92, grifos no original).

Além disso, no texto de apresentação, escrito por Fúlvio Abramo, da coletânea onde retirei os mais importantes documentos sobre os trotskistas lê-se que:

os documentos aqui reproduzidos referem-se à fase de oposição e refletem a decisão de manter-se no quadro das instituições "oficiais", sem entretanto deixar de exercer o direito revolucionário de afirmar abertamente seus princípios contra todas as tentativas de emudecimento vindas das direções nacional e internacional (ABRAMO e KAREPOVS, 1987:28).

Como se pode notar pela citação acima, os textos que estarei analisando mais adiante estão restritos a esta fase oposicionista.

O primeiro grupo de oposição trotskista, mencionado acima, o Grupo Comunista Lênin, foi formado em 1930, a partir da ação de Mário Pedrosa, que havia sido enviado pelo Partido Comunista para se formar na Escola Leninista de Moscou. Estabelecido na Alemanha em função de haver adoecido, Pedrosa entra em contato com as discussões levadas adiante pela Oposição de Esquerda e informa seus camaradas no Brasil a respeito dos principais acontecimentos na

URSS e Europa. A partir disto surge, então, o primeiro núcleo da oposição trotskista.¹⁵

Na correspondência entre Mário Pedrosa e Lívio Xavier, quando aquele encontrava-se na Europa, verifica-se que Pedrosa instava seu companheiro no sentido de organizar a oposição no Brasil, além de mantê-lo informado dos acontecimentos internacionais. Em uma carta de Berlim, datada de 14 de maio de 1928, Pedrosa escreve a Lívio Xavier o seguinte:

Situação geral: merda. Em Paris conheci o Naville - Muito inteligente e bem informado. Expulso do partido mas sem formalidade. (O Fourier também. Mas ainda sem formalidade etc. As eleições absorviam todas as atenções.) Me pareceu sofrer uma grande influência do Souvarine. O partido em França ultracorrumpido. Sem vida interna. Mecanizado ao extremo. Os elementos mais competentes e inteligentes, com raras exceções, estão todos fora. Com uma grande diminuição do número de aderentes. Os chefes parlamentares como sabíamos oportunistas e tão corrompidos como os outros políticos. [...] Doriot completamente estragado pela política interna do partido e comprometido com Stalin irremediavelmente. Assim como Senard (É uma gente falhada: ainda se mantém na direção do PC devido à subserviência e aos cambalachos com a direção russa. Uns se apóiam nos outros etc. Como a política aí no Brasil.) (MARQUES NETO, 1993:293).

Nesta passagem tem-se uma amostra das informações passadas por Mário Pedrosa aos militantes no Brasil. Uma série de outros relatos tratando sobre as discussões correntes entre trotskismo e stalinismo, as articulações políticas da oposição no plano internacional, dentre outros assuntos, podem ser encontrados nesta e em outras cartas reproduzidas no livro de José Castilho (MARQUES NETO, 1993). Quanto ao chamamento para a organização da oposição no Brasil, a seguinte passagem da carta datada de 22 a 24 de agosto de 1928, também de Berlim e endereçada a Lívio Xavier, é bastante ilustrativa:

¹⁵ Vale reforçar mais uma vez que o papel cumprido por Mario Pedrosa foi decisivo para a articulação dos militantes comunistas brasileiros na oposição trotskista.

Que é que vocês fizeram depois que deram o fora do partido? Estão verdadeiramente organizados? Estão trabalhando nos sindicatos seriamente onde podem ter influência? Já fizeram alguma publicação? Rudimentar que seja? Ou apenas se limitam a discutir *nas mesas dos cafés* <grifo no original> como é nosso hábito? Me admira que você com todo o seu objetivismo, todo o fanatismo de seu objetivismo não veja nada disto, para só encarar a situação debaixo de uma verdade puramente abstrata e teórica. *Vocês só se (sic) podem agora se justificar pela ação orgânica que desenvolverem por mais vagabunda ainda que seja. E todo o nó da situação está aí. E da capacidade de agir e de organizar é que ponho vocês todos em dúvida. Assim também como eu* (MARQUES NETO, 1993:301, grifo meu).

Como se pode notar Mário Pedrosa passa uma espécie de descompostura em seu camarada e amigo, para que este, junto com os demais no Brasil façam alguma coisa *orgânica*. Este tipo de impulso acabou sendo decisivo. Com esta orientação e incentivo vindos de Pedrosa, começou a ser articulada de maneira mais consistente a oposição trotskista brasileira.

Vários nomes se somaram para constituir o novo agrupamento que pretendia se manter como fração do PCB, a Liga Comunista Internacionalista (bolchevique-leninista). Alguns dos mais significativos, foram, além de Mario Pedrosa, seu principal articulador, Livio Xavier,

João da Costa Pimenta, Aristides Lobo, Dalla Déa (operário gráfico), Mário Dupont, Mary Houston Pedrosa, mulher de Mario, Manuel Medeiros, também gráfico, José Auto e [...] Raquel de Queiroz[...] (ABRAMO e KAREPOVS, 1987:31).

Outros, ainda, vieram se juntar a estes, como Lelia e Fúlvio Abramo e Azis Simão.

Uma vez feito este rápido histórico do agrupamento trotskista no Brasil, posso passar para a análise de alguns dos documentos produzidos por ele sobre a conjuntura de 1930.¹⁶

3.3 Análise dos principais documentos do trotskismo brasileiro sobre a Revolução de 1930

Os documentos que selecionei são os mais significativos para se resgatar as análises elaboradas pelos trotskistas sobre a Revolução de 1930. Eles estão, em sua maioria, compilados no trabalho de Fúlvio Abramo e Dainis Karepovs (ABRAMO e KAREPOVS, 1987).

No livro de José Castilho (MARQUES NETO, 1993) podem ser encontradas várias menções a estes documentos, além de um material significativo - a correspondência entre Mário Pedrosa e Lívio Xavier - que utilizei em menor escala. No livro de John Dulles (DULLES, 1977) algum material também pode ser encontrado, só que, infelizmente, apenas na forma de fragmentos. Tomarei as passagens mais significativas destes documentos, para realizar os comentários e análises a partir da abordagem por mim definida, ou seja, buscar os elementos da crítica realizada pelos partidos e organizações da classe operária sobre a Revolução de 1930.

De início vale observar que, assim como a atuação e produção teórica dos comunistas fez escola no meio acadêmico, as análises dos trotskistas aqui apresentadas também tiveram seguidores. Uma série de idéias produzidas pelos trotskistas naquele período foram, muitos anos depois, retomadas pela academia para fornecer uma nova explicação sobre a Revolução de 1930.

¹⁶ Não posso deixar de enfatizar, ainda, que uma abordagem detalhada do surgimento do trotskismo brasileiro, tendo como sustentação vários documentos produzidos naquele período, está presente no livro de José Castilho, *Solidão revolucionária*, principalmente no segundo capítulo, "Construindo a oposição de esquerda no Brasil". Neste sentido apresento em meu texto apenas um "retrato três por quatro" daquilo que José Castilho produziu em relação às origens do trotskismo brasileiro.

O mais significativo dos trabalhos que apresenta esta similitude é o de Boris Fausto, conforme aponta José Castilho (MARQUES NETO, 1993). Estarei retomando estas afirmações mais adiante.

Um aspecto fundamental da análise trotskista, no tocante à sua originalidade em relação àquelas realizadas pelo PCB, reside no fato de que aqueles militantes conseguiram libertar-se de maneira significativa dos esquematismos teóricos e da pressão da direção internacional e utilizar o instrumental marxista de maneira mais apropriada. Isto resultou, por exemplo, na distinção da classe dominante brasileira naquele período em suas várias frações constitutivas, numa abordagem da formação histórica do Estado brasileiro, na análise das bases econômicas do capitalismo tupiniquim. Não pretendo, contudo, deixar de apontar os importantes equívocos cometidos pela corrente trotskista.¹⁷

Os trabalhos de análise sobre o Brasil elaborados pelo Partido Comunista fizeram história, ou melhor, constituíram no meio acadêmico uma referência de análise, conforme menções anteriores. Desta forma, as assim chamadas teorias dualistas reproduziram o esquema analítico feito pelos comunistas, no sentido de tentar explicar as transformações políticas, e a Revolução de 1930 em particular, a partir da oposição entre o campo e a cidade, entre o urbano e o rural, entre o progressista e o conservador. Alguns trabalhos significativos, como os de Celso Furtado (FURTADO, 1972), Caio Prado Jr. (PRADO JR., 1956 e 1966) reproduzem, em grande medida, este roteiro.

¹⁷Antes, porém, de iniciar o trabalho com os documentos vale destacar que, em sua maioria, eles foram publicados em *A Luta de Classe* que "(...) foi órgão oficial dos diversos grupos trotskistas dos anos 30 (Grupo Comunista Lenine - maio de 1930 a janeiro de 1931; Liga Comunista do Brasil - 1931 a 1933; Liga Comunista Internacionalista - 1933 a 1936; Partido Operário Leninista - 1936 a 1939 e Partido Socialista Revolucionário - 1939. Apesar da diversidade de denominações, a existência de um fio de continuidade em termos de linha política, de militantes, de filiação internacional e a manutenção de seu órgão oficial atestam uma unidade). De publicação irregular, seu primeiro número saiu em 8.5.1930 e o último de que se tem conhecimento, o 45º, é de agosto de 1939. Embora apresentasse, a partir de meados 1935, como locais de saída Niterói, Belo Horizonte ou Juiz de Fora, o fato é que *A Luta de Classe* somente foi editada em São Paulo ou Rio de Janeiro, de acordo com o lugar de permanência de sua direção. Sempre impressa até o número 33, *A Luta de Classe* passa a ser mimeografada a partir de 10 de dezembro de 1937, data de seu 34º número. Convém assinalar que, em 1934, depois do afastamento de Aristides Lobo, Victor de Azevedo Pinheiro, Raquel de Queiroz e José Matheus da LCI, devido à posição contrária à atuação da organização no confronto armado ocorrido no Largo da Sé entre a Frente Única Antifascista e a Ação Integralista Brasileira e à política de "entrismo" preconizada internacionalmente por Trotsky (...), foram publicados dois números de *A Luta de Classes* (com um 's' de diferença) sob a responsabilidade desse grupo, em duplicata com os números equivalentes da publicação oficial" (ABRAMO e KAREPOVS, 1987:41, nota de rodapé).

No tocante às análises trotskistas esta situação também se repete. Contudo, esta repetição se dá de maneira mais sutil, ou em outras palavras, pelo fato de que as teses elaboradas pelo trotskismo sobre o Brasil permaneceram distantes do meio acadêmico até os anos setenta, a sua identificação como tais tornava-se mais difícil. De qualquer maneira, a força explicativa destes trabalhos foi decisiva no sentido de ser recuperada pelos acadêmicos quando da análise do Brasil e, mais uma vez, da Revolução de 1930.

O trabalho de Boris Fausto sobre esta Revolução (FAUSTO, 1983) é o mais significativo e conhecido onde a estrutura básica da análise da Revolução de 1930 feita pelos trotskistas aparece.

O termo "Estado de compromisso" vulgarizado por este autor teve a sua primeira versão em alguns documentos escritos nos primeiros anos da década de trinta pelos trotskistas.

Boris Fausto apresenta em seu trabalho (FAUSTO, 1983:104 e segs.) uma série de formulações onde são destacadas as características do tipo de Estado saído da Revolução.

O acordo se dá entre várias frações da burguesia; as classes médias - ou pelo menos parte delas - assumem maior peso, favorecidas pelo crescimento do aparelho do Estado, mantendo entretanto uma posição subordinada. A margem do compromisso básico fica a classe operária, pois o estabelecimento de novas relações com a classe não significa qualquer concessão política apreciável (FAUSTO, 1983:104-5).

Constata-se nesta passagem que este autor considera a existência de várias frações da burguesia que dividem o poder. Além disto, a classe operária passa a ocupar um novo papel, sem receber, contudo, maiores benefícios. Esta idéia fica mais clara na passagem seguinte, quando o autor afirma que

o Estado que emergiu da Revolução de 1930 manteve o papel fundamental de desorganizador político da classe operária, reprimindo duramente a vanguarda e suas organizações partidárias [...] (FAUSTO, 1983:107-8).

Por fim, no tocante ao "Estado de compromisso" lemos no texto de Boris Fausto que

o Estado de compromisso, expressão do reajuste nas relações internas das classes dominantes, corresponde, por outro lado, a uma nova *forma de Estado*, que se caracteriza pela maior centralização, o intervencionismo ampliado e não restrito apenas à área do café, o estabelecimento de uma certa racionalização no uso de algumas fontes fundamentais de riqueza pelo capitalismo internacional (Código de Minas, Código de Águas) (Grifo do autor).

[...] A nova forma de Estado - *mais centralizado, intervencionista* - é uma condição básica para a expansão das atividades industriais, mesmo quando deformada e submetida ao capital externo (FAUSTO, 1983:109-11, grifos meus).

Ao passarmos para a leitura de dois textos fundamentais da análise trotskista sobre o período - "Aos trabalhadores do Brasil" e "Projeto de teses sobre a situação nacional" - podemos rever, em certa medida, as afirmações reproduzidas acima. Senão, vejamos:

Manter a unidade burguesa do Brasil, manter a centralização do poder político, sob a forma de ditadura militar manifesta ou mascarada, de baioneta calada sobre as massas exploradas e oprimidas, manter essa unidade num país em que o desenvolvimento das forças produtivas nos diferentes Estados se faz desigualmente, acelerado o processo de desagregação pela invasão do capital financeiro internacional, pretender livrar a "pátria brasileira" do desmembramento, eis a "missão histórica" dos "generais da revolução", dos Juarez Távora e Miguel Costa, dos João Alberto e Góes Monteiro a serviço da burguesia. A unidade nacional burguesa foi mantida graças à vitória da "Aliança Liberal". Suprimidos do cenário político alguns figurões mais comprometidos, *o acordo geral da burguesia está sendo restabelecido* à custa de uma opressão maior das classes pobres, reduzidas às mais duras condições de vida. Esse acordo geral será no Brasil burguês a *última forma conciliatória entre a centralização do Estado, processo econômico de desenvolvimento capitalista, e a forma federativa, garantia da unidade política* (Apud MARQUES NETO, 1993:184, grifos daquele autor).

Nota-se nesta passagem a idéia do "Estado de compromisso", de Boris Fausto, quando os trotskistas mencionam "o acordo geral da burguesia" e a "última forma conciliatória" encontrada para se garantir a dominação capitalista.

Outro texto elaborado pelos trotskistas mostra de maneira ainda mais clara estas idéias em relação ao "compromisso". Este documento intitulado "Projeto de teses sobre a situação nacional", presente no livro *Na contracorrente da história*, é bastante preciso e fala por si mesmo.

Assim, o poder executivo tornou-se na sociedade brasileira a força decisiva que permite à oligarquia partidária que o exerce uma dominação quase exclusiva. [...] Como todo processo contraditório, o desenvolvimento das forças produtivas dentro do quadro do Estado brasileiro cria *formas de equilíbrio instável*, incapazes de resolver as próprias contradições, mas que dão o sentido geral do movimento. [...]

Se a contradição entre o processo econômico que se desenvolve desigualmente nos estados e a superestrutura federativa deve ser ponto de partida da análise geral da situação brasileira, pois criou as condições fundamentais do movimento armado de 1930, em que Minas e Rio Grande do Sul se insurgiram contra o domínio de São Paulo na Federação, não basta a sua consideração para caracterizar o movimento político ulterior. [...]

Com a derrocada do P. R. P., precipitado do seu fastígio pela crise da grande lavoura de café, começou uma série de ensaios tendentes à substituição do antigo aparelho partidário controlador do governo federal, por uma nova composição de forças estaduais, representando as zonas de produção, na qual o exército, em vista da ausência de partido nacional, fazia papel de fermento aglutinante. Essa substituição deu-se evidentemente pela ausência de partidos intermediários. O exército impôs à burguesia um regime político misto de formas ditatoriais (tenentismo) e formas semiconstitucionais (governo central civil, presidência civil de Minas etc., etc.) que *não são senão a forma de compromisso entre a burguesia dos estados do Sul e a burguesia dos estados do Norte, compromisso válido somente na medida em que São Paulo não possa recuperar a antiga hegemonia.* [...] *A burguesia paulista fez assim realçar o próprio prestígio da ditadura, que encarnou aos olhos das outras unidades da federação a fórmula de compromisso, achada pela "revolução" de 30 contra a permanência da hegemonia de São Paulo* (ABRAMO e KAREPOVS, 1987:158-62, grifos meus).

Logo acima, vê-se que os trotskistas apresentam a "sua" tese do "Estado de compromisso". Ela difere, em parte, do "compromisso" de Boris Fausto, à medida que estabelece a existência de um compromisso entre as oligarquias regionais, contra o predomínio de São Paulo. Se em relação a este aspecto existe alguma diferença com relação a Boris Fausto, o mesmo não se pode dizer quanto a "explicação" do conflito que redundou na Revolução. Em outras palavras, tanto para os trotskistas quanto para Boris Fausto a Revolução de 1930 é o resultado de um conflito entre as várias frações regionais da classe dominante.

As análises trotskistas sobre o Brasil não tem significado apenas por que foram retomadas por intelectuais no meio acadêmico. Existem outros aspectos destas análises que vale a pena destacar e que não figuram tão simetricamente em teses acadêmicas como a de Boris Fausto.

No que diz respeito à posição do Brasil em relação aos imperialismos, os textos trotskistas são bastante precisos no que diz respeito àquela imagem cunhada pelo PCB da oposição entre os imperialismos britânico e norte-americano. Para os trotskistas esta oposição não existe, como se vê na passagem do texto "Aos trabalhadores do Brasil"

Mal cessaram as fanfarras retumbantes da vitória, os banqueiros de Wall Street e da City já enviam o seus peritos contadores. *O verdadeiro vencedor surge.* A burguesia nacional tem de submeter, pois, a sua política à política dos *grandes países imperialistas* (ABRAMO e KAREPOVS, 1987:60-1, grifos meus).

Para os trotskistas, portanto, existe um sinal de igualdade que une os Estados Unidos e a Inglaterra no sentido de submeterem os países coloniais, dentre eles o Brasil, aos seus interesses. Não há, neste caso, como afirmou o PCB, a possibilidade de separá-los em "progressistas" e "conservadores".

Além deste aspecto apontado acima, as teses trotskistas sobre a Revolução de 1930 são calcadas sobre uma análise da formação do capitalismo brasileiro e em sua relação com o capitalismo internacional. Este método de análise é aquele empregado por Marx e por outros militantes do movimento operário. Esta metodologia, contudo, é constantemente relegada ao esquecimento por uma série de "marxistas". Esta forma de se analisar a realidade concreta pode ser verificada, por exemplo, no texto "*Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil*", onde este método analítico permite uma

compreensão mais clara e aprofundada da realidade brasileira e suas contradições, que serviram de motor para a Revolução de 1930. Estarei usando as principais passagens contidas neste documento fundamental dos trotskistas nas páginas seguintes de meu trabalho.¹⁸

A primeira observação vai no sentido de demonstrar que no Brasil não ocorreu um processo similar aquele ocorrido na Europa, onde houve a constituição da classe operária a partir da expulsão dos camponeses da terra.

A dependência do trabalhador em relação ao capitalista, proprietário dos meios de produção, teve de ser criada por meios artificiais: a apropriação da terra pelo Estado, que a converteu em propriedade privada, e a introdução da escravidão indígena e negra; numa palavra, a colonização sistemática.

No Brasil, a acumulação primitiva do capital fez-se de maneira direta: a transformação da economia escravagista em salariado do campo se fez diretamente e o afluxo migratório, que já começara antes da abolição da escravatura, teve como objetivo oferecer braços à grande cultura cafeeira.¹⁹ Produziu-

¹⁸ O texto, na sua íntegra, pode ser encontrado no livro já mencionado anteriormente, *Na contracorrente da história*, pp. 66-82.

¹⁹ "Os dois fatores contrários ao estabelecimento de uma grande corrente imigratória, o regime de *latifundium*, o monopólio dos grandes senhores da terra, de fato e de *jure*, e a força do trabalho escravo, que criavam ambiente pouco propício ao desenvolvimento rápido do trabalho livre na exploração agrícola, sofreram um primeiro golpe com a abolição da escravatura, expressão jurídica de um processo econômico de que podemos compreender claramente a evolução, a partir de 1884, época em que a imigração aumentou progressivamente, apoiada em abundantes subsídios dados pelo Império.

Na província de São Paulo, a progressão foi a seguinte:

1884.....	4.879 imigrantes
1885.....	6.500 imigrantes
1886.....	9.356 imigrantes
1887.....	32.112 imigrantes
1888.....	92.086 imigrantes

(Dioclécio D. Duarte, *Estudos de economia brasileira* p. 72.)". (Nota do original)

se aqui, portanto, o que Marx chama de "uma simples troca de forma" (ABRAMO E KAREPOVS, 1987:67).

Nesse sentido, o Brasil constitui-se como uma colônia antes de se constituir como Estado Nacional. As conseqüências dessa "inversão" são compreendidas pelos trotskistas como se segue:

A classe dos pequenos proprietários, fator da pequena produção, geralmente anterior ao regime capitalista e cuja expropriação é um dos fatores determinantes deste, não pôde se desenvolver na formação econômica do Brasil. O Estado brasileiro se caracteriza sempre por rígido esquematismo de classe. [...] Trabalho escravo, *latifundium*, produção dirigida pelos senhores da terra com a sua clientela, burguesia urbana e uma camada insignificante de trabalhadores livres, tanto nas cidades quanto nos campos - tais foram as particularidades que marcaram com a sua chancela a formação econômica e política do Brasil na América Latina, onde, em geral, a ausência de uma agricultura organizada teve como conseqüência a luta pela terra contra o indígena e a luta contra o monopólio do comércio detido pela coroa da Espanha. [...] A burguesia brasileira nasceu no campo, não na cidade (ABRAMO E KAREPOVS, 1987:68-9).

No caso brasileiro, portanto, a burguesia é umbilicalmente ligada à terra, ao mando, "ao coronelismo, à enxada e ao voto"... de cabresto.

Desde o surgimento da República já havia no Brasil o predomínio de alguns estados sobre outros em função da riqueza (poder econômico) ter sido constituída a partir dos assim chamados *ciclos econômicos*. Este aspecto determinou características peculiares à relação entre o Estado e as províncias, o Estado e as classes, o Estado e as instituições políticas.

A República foi imposta ao Brasil pela burguesia cafeeira do estado de São Paulo, que não podia aceitar a forma de

produção reacionária e patriarcal.²⁰ Com o advento da república, esse Estado impôs sua hegemonia à Federação. Para que se possa operar, sem choques muito graves, o desenvolvimento capitalista nas antigas províncias, unidas por liames puramente políticos mas, em compensação, separadas por uma diversidade quase sem igual de possibilidades econômicas, os legisladores da constituinte²¹ deram à República uma forma federativa (ABRAMO E KAREPOVS, 1987:70-1).

As características apontadas acima esclarecem alguns aspectos ligados à formação da Federação e o surgimento de províncias hegemônicas e, também, do próprio capitalismo. Além disto, os trotskistas irão lançar a tese de que a burguesia cafeeira cumpriu um papel progressista ao lutar pela derrubada daquela forma de produção escravista, "reacionária e patriarcal", vigente no Império.

Dando continuidade a esta análise o texto afirma que a monocultura do café forneceu as bases para o "desenvolvimento do capitalismo sob todas as suas formas."

Para além disto, este capitalismo preparava, a partir da cultura cafeeira e do estado de São Paulo as bases para o capitalismo em todo o país.

²⁰ "Desde o período colonial, a metrópole instituiu a colonização livre. Em 1746, 4.000 famílias foram transportadas da Ilha da Madeira e das Açores ao Brasil. As primeiras concessões de terras aos estrangeiros residentes no Brasil foram efetuadas em 1808, mas a colonização oficial só foi tentada em 1818, com o estabelecimento de uma colônia de suíços e alemães. As tentativas oficiais de colonização livre, com a institucionalização da pequena propriedade, chocavam-se com o regime geral de grande propriedade rural e com o caráter industrial da produção agrícola no Brasil, dependente, desde o seu começo, do mercado mundial. O proprietário do *latifundium* viu-se obrigado a importar a força de trabalho, mas não lhe convinha importá-la como pequeno proprietário isolado. Com a decadência do tráfico africano, a substituição do escravo pelo trabalhador assalariado tornou-se preocupação constante dos senhores da terra. O relatório da missão Abrantes, enviado em 1848 pelo Império à Alemanha, é edificante. Com o objetivo de prevenir a crise iminente - o tráfico tendia a cessar - o marquês de Abrantes propunha, entre outras, as seguintes medidas: 'Instituir a colonização, atraindo braços livres e capitais; provocar a separação da agricultura e da usina, na grande cultura cafeeira e açucareira; organizar *por meio de regulamentos e pela ação da policia local, o trabalho entre os libertos, obrigando-os a alugarem-se' junto aos fazendeiros.*'

A introdução sistemática do trabalhador assalariado pela agricultura paulista (imigração mantida financeiramente pelo Estado ou explorada por grandes companhias particulares), começou sob o ministério Cotegipe (1886). Antes disso, os fazendeiros paulistas deviam importar de outras províncias grupos de escravos, sobretudo das províncias do Norte. (Nota do original)

²¹ "Trata-se da Constituinte de 1891." (Nota do original)

No item do texto intitulado "A burguesia e o poder" nos é apresentada uma análise onde identifica-se o estabelecimento de uma ligação entre as relações de poder no interior da federação, as bases econômicas para o desenvolvimento capitalista e as relações existentes entre o Estado, as frações de classe e o desenvolvimento econômico.

As lutas políticas que a República conheceu até agora e que se produzem, geralmente, por ocasião das eleições presidenciais, desenrolam-se ao redor dos grupos políticos dominantes no Estado de São Paulo. A diferenciação econômica entre os Estados da Federação acentua-se cada vez mais. A burguesia de São Paulo, aliada à de Minas Gerais, conquistou o governo federal. Os representantes parlamentares dos estados secundários tornaram-se representantes do poder central nos estados, ao invés de - segundo a ficção constitucional - representar os estados junto ao poder central (ABRAMO E KAREPOVS, 1987:72).

Este quadro descrito pelos trotskistas mostra o processo de centralização das decisões no Executivo, o seu controle e o manuseio dos poderes necessários para aplicar as políticas que acabam por resultar no atendimento dos interesses da fração hegemônica e dominante. Ou seja, o processo de tomada de decisões encontrava-se rigidamente centralizado nas mãos do Presidente da República, daí a importância dada às eleições presidenciais.

Mas o processo econômico estendeu-se pouco a pouco a todo o território brasileiro e o capitalismo penetrou todo o Brasil, transformando as bases econômicas mais retardatárias. medida que progride economicamente, o Brasil integra-se cada vez mais à economia mundial e entra na esfera da atração imperialista²² (ABRAMO E KAREPOVS, 1987:72-3).

²² "Média anual, por um período de cinco anos, da diferença entre a exportação e a importação:

Saldo favorável à exportação	
(em milhares de libras esterlinas)	
1901-1905	14.681
1906-1910	16.794

1911-1915	11.743
1916-1920	15.478
1921-1925	17.179
1926-1930	9.773

Dívida externa do Brasil (União, Estados e Municípios):

244.700.770 libras esterlinas (aproximadamente)

Serviço da dívida:

Dívida do Estado: 500.000 libras esterlinas (aproximadamente)

Dívida privada: 16.000.000 libras esterlinas

Capital estrangeiro empregado no Brasil

(Estimativa do *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro)

Capital inglês (1929):

Indústrias	L 122.000.000
Empréstimos	L 180.436.000
Total	L 302.436.000

Capital francês (1929):

Indústrias	F 1.500.000.000
Empréstimos	F 717.000.000
Total	F 2.217.000.000

Capital americano (1929):

Indústrias	US\$ 125.000.000
Empréstimos	US\$ 355.200.000
Total	US\$ 480.200.000

Pode-se verificar pelos dados presentes na nota existente no texto original que a forma de "integração" do Brasil no mercado mundial e conseqüente submissão ao imperialismo se dá através do capital financeiro, com o endividamento do país.

Com a Grande Guerra e o protecionismo, o crescimento industrial acentou-se (sic), complicando as relações de classes e os problemas decorrentes. A política da burguesia orientava-se, até então, no sentido da manutenção do monopólio da produção cafeeira no mercado mundial. Com o surto da indústria e da maior penetração capitalista, o problema principal complicou-se com a necessidade da criação de mercados internos (ABRAMO E KAREPOVS, 1987:72-4).

Vemos aqui a originalidade da análise, à medida que o estabelecimento da dependência ao imperialismo não aparece da mesma maneira que nas análises pecebistas e, também, o estabelecimento da crise política futura a partir desta diferenciação de projetos de desenvolvimento econômico apoiados no mercado interno ou na exportação/comercialização do café.²³ Mas, seguindo com os trotskistas, temos que

a política interna encontra-se cada vez mais subordinada às seguintes questões: o recente desenvolvimento das rodovias, a política financeira de estabilização, a intervenção direta do governo federal nos negócios dos estados não tem outra explicação. A urgência e penúria do mercado interno constitui um dos pontos nevrálgicos da instabilidade econômica e política do Brasil. Para o desenvolvimento dos mercados internos todos os meios são bons e um governo forte e centralizado é condição essencial. A penetração imperialista é um revulsivo constante que acelera e agrava as contradições econômicas e as contradições de classe. O imperialismo altera constantemente a estrutura econômica dos países coloniais e

Capital alemão, italiano, português, holandês e outros: estimado em US\$ 350.000.000." (Nota do original)

²³ A discussão relativa à oposição entre os "defensores" do mercado interno e aqueles voltados para a comercialização e exportação do café, assim como as conseqüências desse conflito, no que tange à Revolução de 1930, foi desenvolvida no primeiro capítulo de meu trabalho. No entanto, vale destacar a originalidade da tese trotskista no tocante a esta disputa de projetos hegemônicos.

das regiões submetidas à sua influência, impedindo o seu desenvolvimento capitalista normal, não permitindo que esse desenvolvimento se realize de maneira formal nos limites do Estado. Por essa razão, a burguesia nacional não tem bases econômicas estáveis que lhe permitam edificar uma superestrutura política e social progressista. O imperialismo não lhe concede tempo para respirar e o fantasma da luta de classe proletária tira-lhe o prazer de uma digestão calma e feliz. Ela deve lutar em meio ao turbilhão imperialista, subordinando sua própria defesa à defesa do capitalismo. Daí, sua incapacidade política, seu reacionarismo cego e velhaco e - em todos os planos - a sua covardia (ABRAMO E KAREPOVS, 1987:74).

Nesta passagem pode-se identificar aquilo que Trotsky denominou de *desenvolvimento desigual e combinado*, um processo no qual os Estados de formação mais recente, sob a égide do Imperialismo, vivem processos de constante turbulência e instabilidade política e econômica pelo fato de coexistirem as formas mais atrasadas de dominação política e produção econômica ao lado das mais avançadas. O resultado desta contradição é a instabilidade política.

Nos países novos, diretamente subordinados ao imperialismo, a burguesia nacional, ao aparecer na arena histórica, já era velha e reacionária, com ideais democráticos corruptos. A contradição que faz com que o imperialismo - ao revolucionar de modo permanente a economia dos países que lhe são submetidos - atue como fator reacionário em política encontra a sua expressão nos governos fortes e na subordinação da sociedade ao poder executivo (ABRAMO E KAREPOVS, 1987:74-5).

Aparece, aqui, a idéia de fortalecimento do poder executivo como forma de manter o controle das massas através do Estado forte e centralizado.

É assim que se repete na fase imperialista, por processo análogo, a subordinação da sociedade ao poder executivo, na qual Marx via a expressão da influência política dos camponeses parcelários. Além disso, as exigências do desenvolvimento industrial obtêm, como condição essencial, o apoio direto do Estado: a indústria nasce ligada ao Estado pelo cordão umbilical (ABRAMO E KAREPOVS, 1987:75).

O principal elemento a ser destacado neste momento da análise é aquilo que chamarei de *desenvolvimento industrial pelo alto*, para utilizar a expressão de José Meireles (V. MEIRELES, 1974), subordinado ao crescimento do aparelho de Estado, de sua centralização, do planejamento, modificações que irão ocorrer nos anos seguintes à Revolução de 1930 e à elaboração do texto em pauta pelos trotskistas. Tem-se aqui, portanto, a tese originalmente formulada pelos trotskistas, de revolução passiva, retomada pela academia.

O reforço gradativo do poder executivo é, aliás, um processo regular e sistemático do desenvolvimento industrial nos países politicamente secundários, como demonstra Trotsky com relação à Rússia czarista. Esse processo acentuou-se aqui (Brasil) desde a Grande Guerra, coincidindo com o domínio preponderante do imperialismo norte-americano no cenário mundial, especialmente na América Latina. Ou seja, desde o governo de Epitácio Pessoa (ABRAMO E KAREPOVS, 1987:75).

Pode-se notar nesta passagem a diferença da análise feita pelos trotskistas em relação àquela que os comunistas fizeram, à medida que os trotskistas não consideram a existência de uma oposição entre o imperialismo norte-americano e o inglês como os comunistas afirmaram. Para os trotskistas ambos os imperialismos mantêm seu controle sobre as "colônias", cada um deles com maior ou menor predominância em função da correlação de forças da política internacional.

Então a reação tornou-se sistemática e assumiu caráter de classe muito claro. A apologia dos governos fortes, a divinização da ordem, o ataque contra a democracia e o liberalismo foram os pontos principais da ideologia reacionária, que surgiu entre a fumaça das chaminés das fábricas e dos *dreadnoughts*²⁴ americanos. O governo Epitácio Pessoa (1920-1922) assinala o ponto culminante da vaga de constitucionalismo e do fetichismo da autoridade constituída. Durante os quatriênios seguintes o governo foi presa da obsessão histórica da ordem do regime social. Washington Luís, o presidente cujo mandato expirou a 15 de novembro de 1930 representa a hipertrofia do poder executivo, já separado

²⁴ Um tipo de navio de guerra com canhões de grosso calibre. (Minha tradução)

dos interesses imediatos da fração da burguesia que o levou ao poder²⁵ (ABRAMO E KAREPOVS, 1987:75).

Conforme a nota de rodapé alerta, pode-se perceber mais adiante no documento, o fato de que os trotskistas realizam uma análise que aponta para a crise da fração hegemônica e a abertura de uma fenda através da qual as frações gaúcha, mineira e paraibana vão se colocar.

Esta "separação" de Washington Luís da burguesia cafeeira também faz parte das teses de Boris Fausto, quanto ele afirma que aquele presidente, além de insistir na manutenção do nome de Júlio Prestes como candidato à Presidência da República, o que fez desmoronar a aliança do "café com leite" com Minas Gerais, resolve "manter a política financeira de estabilidade cambial" e, para tanto, "abandona a defesa do café" (FAUSTO, 1983:98). O resultado foi imediato, levando os cafeicultores paulistas, antes sustentáculos desse governo, para a oposição.

Retomando o texto dos trotskistas, temos que no Brasil

[...] verifica-se o que Trotsky dizia das relações entre as classes burguesas e o tzarismo, a saber, que não era a força dessas classes que determinava o poder da monarquia russa, mas a sua *fraqueza*. No Brasil, todas as classes estão subordinadas ao executivo e as palavras de ordem liberais, mesmo as mais banais, têm, para o governo, um caráter subversivo (ABRAMO E KAREPOVS, 1987:75-6).

Note-se aqui o fato de que os trotskistas alertam para uma característica dos regimes das "colônias", onde qualquer avanço da democracia, mesmo que a liberal, causa profundos estragos no precário equilíbrio destes regimes.

A parlapatice de Mauricio de Lacerda, seu frenesi pequeno-burguês adquirem, para o governo, o sentido de declarações

²⁵ "Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa (1863-1942), sob cujo governo se iniciaram as rebeliões tenentistas (em 5.7.1922), foi sucedido por Artur da Silva Bernardes (1875-1955), líder do Partido Republicano Mineiro, que governou o país de 1922 a 1926 sob permanente estado de sítio, em função dos levantes militares e da Coluna Prestes. (...) É interessante observar que este documento foi redigido antes dos acontecimentos de 3.10.1930, como se pode constatar pela expectativa de que a sucessão ocorreria normalmente, mas, no entanto, no parágrafo seguinte, são apresentados e intuídos os elementos constitutivos da rebelião militar de outubro de 1930." (Nota dos organizadores)

comunistas. Os chamados liberais aplaudem a repressão policial quando esta se exerce contra as organizações proletárias. Marx escreveu que, nas vésperas do golpe de Estado de Napoleão III, a burguesia francesa tachava de heresia "socialista" o que ela qualificava, anteriormente, como "liberal" e reconhecia, desse modo, que para conservar intacto seu poder social, era mister romper seu próprio poder político e que a burguesia não pode continuar a explorar as outras classes e a gozar tranquilamente da propriedade, da família, da religião e da ordem, senão à condição de ver sua classe condenada à mesma nulidade política que as outras classes e, assim, proclama sua dominação *política* incompatível com a sua segurança e sua própria existência (ABRAMO E KAREPOVS, 1987:76).

Na passagem acima observam-se alguns elementos que iriam formar um aspecto da atual concepção trotskista em relação a Revolução de 1930: a caracterização do regime saído desta Revolução como sendo bonapartista, no sentido dado por Marx em *O 18 brumário*, que é utilizado nesta passagem.

Este texto significativo da produção trotskista segue analisando, agora, a relação existente neste período entre "centralização e federação".

A burguesia de São Paulo sacrificou seus interesses gerais de classe e seu interesse político em benefício de interesses particulares mais limitados, mais imediatamente materiais, sem quaisquer outras considerações de solidariedade de classe de caráter coletivo. Daí vem a luta de uma parte da burguesia nacional contra o "Partido Republicano Paulista" (ABRAMO E KAREPOVS, 1987:76-7).

Surge aqui um elemento que será retomado mais adiante que é a falta de consciência de classe, por parte da burguesia paulista, o que levará ao aprofundamento das contradições no interior do bloco no poder, ou, mais precisamente, da constituição de uma oposição significativa ao bloco no poder. Além disso, a partir daí começa a ser esboçada a "previsão" do levante de 3 de outubro, conforme mencionado acima.

Sob o regime burguês, o aparelho estatal tende a evoluir naturalmente para uma centralização crescente. No Brasil, certas causas particulares acentuam e aceleram o processo: a extensão territorial; a fraca densidade populacional; sua

agricultura industrializada, graças ao caráter especial da produção; a ausência da renda fundiária, que ocasiona a confusão entre o proprietário da terra e o proprietário da exploração agrícola; o desenvolvimento desigual do capitalismo; a divisão política que legaliza a supremacia dos estados mais fortes sobre os mais fracos; o impulso industrial progressivo e a pressão imperialista (ABRAMO E KAREPOVS, 1987:77).

Os elementos alinhados acima, segundo os trotskistas, acentuam e aceleram o processo de centralização do Estado.

Essa centralização acentuou-se com o desenvolvimento industrial e a intervenção do capital yankee, isto é, desde que se patenteou a necessidade da criação de mercados internos. O poder federal fortaleceu-se e a constituição foi reformada a fim de facilitar a intervenção da União nos estados. Na medida em que se acentua a centralização da máquina governamental, a burguesia, sentindo-se ao abrigo dos perigos e dos encargos do governo, tende a identificar-se a seus interesses gerais. O aparelho de Estado federal adapta-se cada vez mais aos interesses econômicos da burguesia, na razão direta de sua centralização. Se, atualmente, serve de maneira imediata aos interesses dos partidos dominantes de São Paulo, ele pode servir, amanhã, aos interesses dos partidos dominantes de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul (ABRAMO E KAREPOVS, 1987:77).

Observe-se que a análise aponta para a substituição do PRP, sem que nada mude, substancialmente, no tocante à política a ser implementada pelo Estado. Ter-se-ia, apenas, uma substituição dos indivíduos e das frações beneficiadas. O conteúdo da política seria o mesmo. Pode-se dizer que os trotskistas não puderam "prever" até o fim as profundas mudanças que entrariam em curso com a Revolução de 1930. Contudo, a tomada das rédeas da política econômica pelo Estado, o modelo de desenvolvimento econômico a ser implementado aparecem em suas linhas gerais. Os trotskistas "acertaram" ao fazer este tipo de afirmação sobre a centralização do Estado, mas cometeram um erro crasso quando deixaram de precisar quais frações da burguesia seriam favorecidas ou prejudicadas pela nova situação política. A completa ausência de uma análise eficiente sobre o tenentismo, esclarecendo sua força política e sua representação da classe média, constitui a raiz dos principais equívocos dessa corrente. Este tipo de equívoco, para uma organização de esquerda que define sua

estratégia política a partir da análise da conjuntura, levou ao isolamento político, à medida que não compreendeu o lugar a ser ocupado por uma das principais forças no momento da crise revolucionária. Este tema será retomado mais adiante.

A seguir, no texto em pauta, vemos uma consideração a respeito da Paraíba, onde fica exposta a importância real deste estado no interior da federação e das frações marginalizadas por São Paulo.

O levante atual destes dois estados, que, por motivos circunstanciais, arrastaram consigo o da Paraíba, realizou-se em nome da autonomia dos estados, pela defesa da Federação. Assim, os políticos desses estados defendem suas próprias posições. Se eles se resignassem a suportar as violências do governo federal, isso teria significado o término, no Brasil, do processo centralizador do aparelho de Estado, consagrando a hegemonia definitiva de São Paulo sobre os demais estados da Federação. O levante de hoje indica o contrário: a fórmula definitiva ainda não foi encontrada. A contradição entre a necessidade imperiosa da centralização e a forma política federativa é evidente. O processo econômico exige a centralização, ao passo que a formação histórica dos estados exige a Federação como condição da unidade nacional (ABRAMO E KAREPOVS, 1987:77-8).

Nesta passagem fica destacada a contradição entre o processo histórico de constituição do Estado brasileiro que levou à Federação e a necessidade de um outro tipo de Estado, forte e centralizado, para conduzir a política econômica a um novo patamar de desenvolvimento, tendo em vista o esgotamento do modelo anterior e, sempre, em defesa dos interesses da burguesia, apesar desta mesma burguesia. Destaco na passagem acima a existência de um viés economicista nas teses do trotskismo brasileiro. O motor da transformação política acabou por se transformar, da luta de classes, na imperiosidade do desenvolvimento econômico. Começa a ser desenhada uma das interpretações do trotskismo para a Revolução de 1930, a saber, que o desenvolvimento das forças produtivas acaba por levar a uma centralização do aparelho de Estado e a um rearranjo nas alianças políticas da classe dominante. Torna-se clara a diferença em relação aos comunistas que enfatizaram as revoltas pequeno-burguesas.

Voltando ao texto em exposição, os partidos políticos constituem o próximo aspecto a ser analisado:

Com o desenvolvimento capitalista dos outros estados do Brasil, é natural que os partidos dominantes nesses estados desejem participar cada vez mais - em pé de igualdade - da gestão do aparelho do governo central. Assim, o poder executivo tornou-se, na sociedade brasileira, a força decisiva que permite à oligarquia do partido que o exerce um domínio quase completo. A burguesia nacional vê a força do Estado escapar de suas mãos e está condenada a ceder o controle político à ação internacional imperialista, devido a sua incapacidade histórica de agir coletivamente como classe. Suas diferentes frações não tiveram tradições políticas comuns, não se formaram com a consciência de seus interesses comuns de classe e não foram obrigadas a expropriar uma classe de pequenos proprietários da terra. Suas tradições históricas são, antes de tudo, patrioteiras, elas combateram os *invasores* estrangeiros, mas essa foi uma luta episódica que nunca se estendeu a todo o país, mas, ao contrário, conservou caráter regional e, desse modo, foi logo esquecida durante o longo desenvolvimento histórico ulterior. A burguesia só começa a adquirir sua consciência de classe graças a seu pavor da revolução social. No Brasil, partidos políticos - expressão das oligarquias políticas - não podem, pois, possuir caráter nacional nem tradições políticas para defender (ABRAMO E KAREPOVS, 1987:78-9).

Surge aqui o estabelecimento de uma relação entre a fragilidade dos partidos políticos e a fragilidade das oligarquias que eles representam com exclusividade. O caráter regional dos partidos e sua carência de tradição política aparecem relacionados também com as oligarquias brasileiras. Através deste tipo de abordagem nota-se que a fragilidade dos partidos brasileiros, real e intensamente discutida até o presente, encontra uma tese explicativa esboçada nas linhas reproduzidas acima.

Estas oligarquias têm cada vez mais necessidade do poder federal e isso na medida em que o Estado se fortalece e se centraliza e que o capitalismo transforma a base econômica sobre a qual elas se sustentam. Daí, a luta constante pela Presidência da República. Os estados revoltados procuram resolver pelas armas a violenta contradição que opõe a forma política federativa ao desenvolvimento pacífico das forças produtoras. A burguesia brasileira procura uma forma conciliadora entre a tendência à centralização do governo e a

forma federativa, garantia da unidade política do Brasil (ABRAMO E KAREPOVS, 1987:79).

Nesta passagem temos uma análise bastante pertinente a respeito da contradição que opôs as oligarquias no momento da Revolução de 1930. Pode ser afirmado que a disputa pelo Executivo, a Presidência da República, em função das contradições apontadas terem se acirrado, tomaria o caminho das armas, como de fato tomou. *Destaco aqui, portanto, que a tese central dos trotskistas para "explicar" a Revolução de 1930 é o tensionamento máximo, e posterior ruptura, dos fios que mantinham unidas as várias frações dominantes no quadro da federação com o revezamento entre São Paulo e Minas Gerais. Este modelo esgotou-se em função das tensões internas e oriundas da entrada em cena cada vez mais decisiva do imperialismo. As frações marginalizadas levantaram-se contra a burguesia paulista, conduzindo o Estado brasileiro para aquele processo de centralização mencionado acima. Isto pôs fim a um período do desenvolvimento capitalista no Brasil, inaugurando uma nova fase do processo de acumulação.*

Antes de mais nada, relembro a semelhança entre esta tese do trotskismo, que apresenta a Revolução de 1930 como resultado da crise entre as oligarquias regionais, e aquela defendida por Boris Fausto e já discutida neste meu trabalho. Contudo, indiquei anteriormente a existência de uma outra tese trotskista, baseada nas imposições do desenvolvimento econômico. Parece-me, portanto, existir uma oscilação, verificável nos textos que já apresentei e nos que ainda resta fazê-lo, entre as duas teses mencionadas. Em outras palavras, existe uma espécie de concorrência entre elas: ora predomina o econômico ora predomina o político. Um dos possíveis resultados desta concorrência entre as teses, ou talvez a origem dela, venha da subestimação, ou mesmo da análise equivocada, do lugar ocupado pelos tenentes, como citei anteriormente e da presença popular na Revolução de 1930.

Como o texto que está sendo apresentado procura realizar uma análise aprofundada das bases da dominação burguesa no Brasil outros elementos aparecem, para além daqueles que procurei reunir acima. Assim sendo, seguirei com a exposição para que todos os principais aspectos da análise possam surgir. Note-se, logo abaixo, a reentrada do econômico em cena.

A unidade nacional foi antes uma conquista política do que uma consequência econômica. É chegado o momento de levá-la à prova. A burguesia nacional intenta hoje consolidá-la

pelas armas, o que é aparentemente paradoxal, mas obedece, no fundo, à dialética do desenvolvimento econômico. O desenvolvimento das forças produtoras no quadro nacional obriga à luta por uma forma política adequada ao equilíbrio dos estados que estão chegando ao momento de assumir seu impulso capitalista. Se a indústria de São Paulo carece de mercados, a indústria surgente e o caráter policultor do Rio Grande do Sul exigem uma proteção mais atenciosa do governo central. A produção variada de Minas Gerais e suas perspectivas de desenvolvimento da indústria pesada reclamam participação maior no poder central, além dos motivos políticos de seu levante, que se expressam no rompimento da aliança tradicional com São Paulo, pelo exercício do governo federal. O Nordeste exige uma intervenção menos precária da União, a fim de resolver mais sistematicamente os problemas fundamentais de sua economia, para tornar possível um desenvolvimento mais regular de suas produtoras (ABRAMO E KAREPOVS, 1987:79-80).

Encontram-se na passagem acima mais elementos da análise trotskista relativa ao mercado interno e sua contradição com os interesses agroexportadores. Além do detalhamento das tensões existentes entre os interesses dos vários estados da federação, o texto procura mostrar as dificuldades para a constituição de um mercado interno mais forte, capaz de constituir uma base de apoio para a indústria nascente.

Os interesses dos imperialistas agravam ainda mais as contradições, pesam exageradamente sobre o Estado. O balanço dos pagamentos sempre foi deficitário, embora o Estado não tenha conseguido outro recurso senão emprestar dinheiro em Londres e Nova York. A necessidade de recorrer sempre ao crédito para cobrir a dívida anterior - processo clássico da acumulação imperialista - teve, como consequência natural, a majoração progressiva dos impostos e, a seguir, a expropriação das classes rurais e proletárias. O empobrecimento dessas classes torna difícil, por uma parte, o desenvolvimento dos mercados internos existentes e ainda mais difícil a formação de novos (ABRAMO E KAREPOVS, 1987:80).

Um aspecto importante a ser destacado na passagem acima é a relação de dependência ao imperialismo, através do endividamento externo. Na frase

seguinte aponta-se para um processo de diferenciação de classes, onde a criação, ou melhor, o desenvolvimento do referido mercado interno fica favorecido.

Ao mesmo tempo - devido à crise atual do café, que favorece maior racionalização da cultura -, a tendência à diferenciação das classes no campo se realiza como fator favorável à criação de novos mercados internos. A contradição da propriedade e sua divisão constituem a base contraditória do processo, favorecido ainda pelo desenvolvimento da luta armada, pela formação de uma classe média de pequenos proprietários. Por isso mesmo, qualquer reagrupamento aparece na arena política do Brasil como uma formação estranha à tradição histórica e econômica do país. Sua origem deve-se mais às correntes imigratórias estrangeira do que às velhas populações rurais brasileiras; e seus interesses, por sua própria natureza, são regionais. Por outra parte sua economia proporciona a base regional de um sentimento patriótico que não ultrapassa as divisas de um estado (ABRAMO E KAREPOVS, 1987:80-1).

Um aspecto da realidade brasileira é tratado nesta passagem: a relação entre o regionalismo, as imigrações e o patriotismo provincial das classes dominantes, e em certa medida das classes dominadas, no Brasil, naquele período e no atual...

Por necessidade de autodefesa, ela pode procurar impor a sua vontade de classe sobre a base provincial, mas, na atual fase histórica do imperialismo, está irremediavelmente condenada, pois sua ascensão como classe no Estado tem como conseqüência a penetração ainda mais acentuada e constante do capital estrangeiro, que a submete, assim, mais diretamente, ao domínio imperialista. Desse modo, a independência nacional torna-se ainda mais precária, e mais difícil é a manutenção da unidade política do país, uma vez que a pequena propriedade não tem qualquer interesse específico pelo problema da unidade nacional.

Mas, seja qual for o resultado da luta atual, a unidade do Brasil mantida pelo domínio da burguesia será garantida na razão direta da exploração crescente das classes oprimidas e do achatamento sistemático das condições de vida do proletariado. O grau mais ou menos elevado de sua consciência de classe, o tempo mais ou menos longo que ela

levará para formar-se a decisão da sorte dessa unidade, neste momento impossível nos estreitos limites capitalistas do Estado burguês nacional. [...] (ABRAMO E KAREPOVS, 1987:81).²⁶

No último parágrafo citado verifica-se que mais um erro foi cometido no prognóstico feito pelos trotskistas. De fato, após a Revolução de 1930, não se constatou um "achatamento sistemático das condições de vida do proletariado". Ao contrário, uma série de melhorias foi outorgada a essa classe, pela política populista do governo Vargas. Mais uma vez, o desconhecimento da presença popular e o papel jogado pelo tenentismo tiveram conseqüências na análise desta corrente da esquerda brasileira.

Para encerrar a exposição dos principais elementos da análise trotskista sobre a Revolução de 1930 e seus antecedentes cabe apontar, ainda, algumas análises presentes no texto intitulado "*Aos trabalhadores do Brasil*", retirado também do livro *Na contracorrente da história*, (ABRAMO e KAREPOVS, 1987:56-65), texto este que já mencionei anteriormente.

Neste trabalho elaborado imediatamente após a Revolução de 1930²⁷ e mesmo nos demais textos produzidos pelos trotskistas, encontra-se uma análise mais precisa e detalhada, de um ponto de vista marxista, do que aquela realizada pelo Partido Comunista do Brasil e mesmo pela Internacional Comunista, conforme pode-se notar com a leitura do capítulo sobre os comunistas. Mais precisamente, a análise feita pelo trotskismo brasileiro mostra-se mais refinada do que aquela produzida pelo PCB. No entanto, é bom que se diga, tanto num caso quanto no outro houve grandes acertos e grandes equívocos.

O primeiro objetivo do texto a ser analisado a seguir é caracterizar as principais frações burguesas, seus interesses mais imediatos e a correlação de forças existente entre elas.

²⁶ Este texto saiu publicado originalmente "no número 6 de *A Luta de Classe*, de fins de setembro de 1930, (e) não teve grande circulação, pois o referido periódico foi apreendido por ocasião do levante armado de 3.10.1930" (ABRAMO e KAREPOVS, 1987:83, nota de rodapé).

²⁷ O texto em questão foi publicado originalmente no *Boletim da Oposição*, número 1, de janeiro de 1931.

Como consequência imediata da crise do café - produzido em São Paulo em tão grande escala que o consumo mundial, só de muito longe, pode acompanhar a marcha da produção - baqueou o P. R. P., o partido dominante da burguesia paulista, a camarilha que, nos 40 anos de "república democrática" no Brasil, controlava o poder, exercendo a sua hegemonia na Federação.

O P. R. P., associado às oligarquias que vinham presidindo a 17 estados, teve de ceder as posições, pelo pronunciamento das forças armadas, intimidadas pelo espantinho da guerra civil, ateadas pelas situações dominantes nos três estados da chamada "Aliança Liberal" (ABRAMO E KAREPOVS, 1987:56).

Antes de seguir com a análise das frações burguesas está presente no texto uma menção a forma de articulação do Estado burguês no Brasil, que possibilitava a dominação. Este quadro apresentado acentuou-se cada vez mais, desde 1930.

O governo federal tornou-se tão absorvente, tão grande é a soma de poder enfeixada nele, que a burguesia de um estado que dele se apodera pode exercer um controle quase completo de todas as forças do Estado.

Tendo o governo federal nas mãos, a burguesia de um estado da União dispõe do instrumento mais aperfeiçoado para a exploração da massa oprimida, conta com maior força armada para impor ao povo a vontade da classe dominante e esmagar as revoltas populares, podendo mais livremente obter das potências imperialistas os empréstimos que aumentam a opressão das massas (ABRAMO E KAREPOVS, 1987:57).

Até onde pude constatar, esta abordagem é inédita nas fileiras da esquerda no Brasil. Mas, seguindo, os trotskistas afirmam que

no Rio Grande do Sul, a burguesia já se sentia bastante forte para arrebatá-lo do governo da União das mãos do P. R. P. Em Minas, a oligarquia dominante, com Bernardes à frente, lutava pela hegemonia política que estava sendo exercida por São

Paulo. Quanto ao levante da Paraíba,²⁸ temos nele um índice dos anseios da burguesia local do Nordeste ambicionando uma maior liberdade política.

[...] A burguesia do Rio Grande do Sul, esquecida das suas tendências separatistas, fez-se, assim, campeã da unidade nacional... sob a sua hegemonia política. E foi apeado do governo federal o partido mais representativo dos interesses da burguesia monopolizadora de São Paulo, uma vez vacilante a sua base econômica, caracterizada pela monocultura capitalista.

Agora, está-se vendo a burguesia gaúcha, baseada na policultura, pecuária e indústrias correlatas, fazendo a campanha pela "unidade da pátria", fazer a sua própria propaganda (ABRAMO E KAREPOVS, 1987:57-8).

No parágrafo acima verifica-se a conclusão do raciocínio presente neste documento, onde a diferenciação da base econômica das frações burguesas se expressa também nos seus interesses e ações políticas levadas a termo. Assim, para a burguesia gaúcha, afirmam os trotskistas, interessava "assegurar mercados internos para a sua produção". Para angariar uma base de sustentação maior esta fração de classe levantava palavras de ordem no sentido de um "'nacionalismo econômico', 'favorável ao povo' e 'pelo barateamento da vida'". Mais alguns aspectos devem ser aqui destacados. Inicialmente, a retomada da tese de que a oposição intraoligárquica foi a responsável pela eclosão da Revolução de 1930, tal qual faz Boris Fausto. Esta oposição era devida aos interesses econômicos opostos no que diz respeito à ênfase no mercado interno ou externo, conforme se posiciona Renato Perissinotto em relação a este aspecto da Revolução de 1930, citado anteriormente. Por fim, nota-se que nesse documento não houve nenhuma menção ao fato de que "o desenvolvimento das forças produtivas" era responsável pela Revolução de 1930. Este aspecto economicista presente nas teses trotskistas anteriormente analisadas não é retomado neste documentos.

²⁸ "Referência à revolta desencadeada na cidade de Princesa (hoje Princesa Isabel), no interior da Paraíba, que se insurgiu contra a política tributária praticada pelo governador João Pessoa (1878-1930), a qual prejudicou seus interesses econômicos em detrimento da burguesia comercial da capital do Estado. O movimento durou de 26 de fevereiro a 11 de agosto de 1930" (ABRAMO e KAREPOVS, 1987:57, nota de rodapé).

Referindo-se, agora, a São Paulo, os trotskistas afirmam que a burguesia paulista,

[...] afogada nos 'stocks' de café e de tecidos, abdica nas mãos de uma ditadura militar todo o controle do Estado, apavorada pelo desenvolvimento da crise econômica, unindo-se numa "santa aliança" cimentada pelo suor do proletário.

Premidos, o fazendeiro e o industrial, pela necessidade de reduzir o custo da produção, irá ela, muito possivelmente, a medidas mais radicais, como sejam a expropriação das fazendas de café hipotecadas ao Banco do Estado e a sua conseqüente repartição em lotes. Com tal medida, a burguesia cafeeira lançará o fardo das explorações não lucrativas sobre os ombros do colono, que pagará a terra que trabalha por preço alto, não se tenha dúvida, para que o Estado pague pontualmente os juros da dívida externa. O capital financeiro internacional ficará satisfeito. A burguesia nacional também. E João Alberto cantará vitória, dizendo-se "socialista"...

Como remédio à crise financeira, mais um empréstimo que ligará mais os interesses da burguesia nacional aos da burguesia imperialista. Se os doutores são outros, o remédio não mudou... Será uma sangria a mais no proletariado e nas massas rurais. A demagogia liberal, o palavreiro "revolucionário"... para a função de anestésico (ABRAMO E KAREPOVS, 1987:58-9).

A partir deste ponto do texto os seus autores passam a analisar o imperialismo, sem repetir as fórmulas presentes nos textos do PCB e da Internacional Comunista. Verifica-se que a relação estabelecida pelos trotskistas entre o Brasil e o imperialismo não leva em conta a separação e oposição dos interesses do imperialismo inglês e do norte-americano.

A falência financeira do Estado, a redução das reservas de ouro, como efeito da política monetária do governo perrepista, a crise econômica da superprodução agrária e industrial, agravarão o grau de dependência do Estado brasileiro à economia mundial imperialista (ABRAMO E KAREPOVS, 1987:60, grifo meu).

Os trotskistas, portanto, diferenciaram-se dos comunistas em relação ao imperialismo. Contudo, mais uma vez, uma outra diferença com os comunistas também mostrou-se ao longo do texto em questão. Refiro-me à caracterização de João Alberto como aliado, ou "representante", da burguesia paulista. Na continuidade desta análise trotskista, estes afirmam que seria "a `missão histórica' dos `generais da revolução', Juarez Távora e Miguel Costa, dos João Alberto e Góes Monteiro *a serviço da burguesia*" (pp. 59-60, grifo meu), evitar o desmembramento da "pátria brasileira". Os trotskistas não perceberam os tenentes como representantes das camadas médias urbanas, nem tampouco, que João Alberto foi afastado da interventoria em São Paulo sob pressão da burguesia daquele estado. Os comunistas, por seu turno, realizaram uma análise mais acertada sobre o papel do tenentismo, principalmente, no caso de Octavio Brandão no seu *Agrarismo e industrialismo*.

Outras passagens significativas deste documento, citadas anteriormente, compõem o quadro da análise trotskista sobre a Revolução de 1930 que se mostra bastante articulado e convincente. Apesar dos limites apontados em relação a estas análises, muitas de suas principais afirmações foram suficientemente precisas para influenciar em larga medida trabalhos acadêmicos tidos como clássicos da interpretação sobre a Revolução de 1930, mais especificamente, o livro de Boris Fausto já mencionado outras vezes, onde se encontra quase que o mesmo roteiro analítico formulado pelos trotskistas.

Existem, ainda, outros trabalhos interessantes dessa corrente do movimento operário, mas estarei deixando de expô-los para não me estender em demasia e também porque julgo que os textos que trabalhei são os mais completos e refletem mais claramente as análises trotskistas sobre a Revolução de 1930.

Conclusão

Minha intenção ao fazer esta conclusão não é a de estar apresentando novos aspectos em relação aquilo que já desenvolvi no restante do texto. Pretendo, apenas, sintetizar algumas das principais idéias sobre a Revolução de 1930 e suas interpretações elaboradas pelos comunistas e trotskistas.

Inicialmente creio que é fundamental destacar o aspecto relativo a presença popular na Revolução de 1930. Em relação a este ponto, a bibliografia acadêmica jamais estudou-o com a devida importância. Normalmente, a participação das massas naqueles eventos é simplesmente ignorada ou, em alguns casos, mencionada como “difusa”. Esta afirmação é, no mínimo, pouco precisa. A valorosa exceção é a Tese de Doutorado de Cláudio Cavalcanti (CAVALCANTI, 1996).

Não foram apenas os autores acadêmicos que deixaram de analisar o significado das manifestações populares durante a Revolução e mesmo antes dela. Tanto comunistas quanto trotskistas não conseguiram compreender este decisivo aspecto da conjuntura da época. O resultado, dentre outras coisas, levou-os a um distanciamento de amplos setores da classe operária e das classes médias. A semelhança apontada anteriormente em relação às teses da academia e da esquerda, manifesta-se, mais uma vez.

Surpreendi-me com o fato de que os trotskistas, em função da importância que tiveram os tenentes, desconhecera por completo o papel destes na Revolução de 1930. Quando da menção a estes militares, imperou uma grande confusão. Esta incompreensão contrasta com as análises mais eficientes sobre a crise revolucionária de 1930, onde os trotskistas conseguiram produzir formulações sobre a crise de hegemonia da oligarquia paulista que influenciaram destacadamente a academia, Boris Fausto em particular.

Os comunistas, por seu turno, produziram uma interpretação mais convincente sobre os tenentes e sua relação com as classes médias. Deixaram, contudo, de analisar com tal precisão a crise de dominação existente no governo

Washington Luis, presos que estavam em relação à disputa entre os imperialismos inglês e norte-americano. Destaco, assim, que existe uma espécie de complementação entre as análises dessas duas correntes. Os trotskistas foram mais precisos no tocante ao esgotamento da dominação paulista, “errando” em relação aos tenentes. Os comunistas “acertaram” neste aspecto mas não deram conta dos demais. Ambos deixaram de identificar o poder de atração sobre as massas levado a cabo pelo governo de Vargas. Este não foi um erro qualquer...

Cabe-me precisar, ainda, alguns aspectos presentes nos documentos dos comunistas. Em primeiro lugar, o fato de que o ensaio de Octavio Brandão, *Agrarismo e industrialismo*, municiou de forma relativamente adequada o PCB. Contudo, no momento em que estourava a Revolução, o Partido e o próprio Brandão renegam o que havia sido dito com justeza até então, para sucumbirem diante das novas orientações vindas da Internacional Comunista.

Dentre outras coisas, este fato fez com que os documentos produzidos pelo Partido nesse período negassem a existência de uma revolução em 1930, revolução esta que Brandão previra pelo menos quatro anos antes e que batizara de “terceira revolta”. Assim, os jornais, manifestos e outros documentos do PCB acabam por demonstrar um total desligamento da intervenção concreta do Partido no movimento de massas. Em outras palavras, não é possível situar as análises do PCB como resultantes da atuação sindical, no BOC, etc. Este Bloco, por exemplo, foi duramente criticado depois de ter trazido grandes conquistas para o Partido, conforme afirmaram, retrospectivamente, alguns dos principais dirigentes comunistas daquela época.

A Internacional Comunista, portanto, acabou por desarmar o PCB no momento em que ele mais precisava de uma refinada análise para intervir no intrincado processo aberto com a Revolução de 1930.

Summary

This thesis seeks to analyse the two important lines of interpretation about Revolution of 1930 in Brazil, likes Trotskyists and Communists. In first chapter I did a commentary about the principals academic thesis related in these Revolution and its background. In second chapter I did the research about origins of PCB and its principals orientations in these time. In third chapter the arise of trotskyism it was relate of International struggle between trotskyism and stalinism, and the decisive Mario Pedrosa's action how the principal organiser of trotskyism fraction in PCB. Yet in these chapter, I analysed the most important documents of trotskyism group about 1930's Revolution.

Referências bibliográficas e fontes utilizadas

- 1) ABRAMO, Fúlvio e KAREPOVS, Dainis (orgs.). (1987). *Na contracorrente da História (Documentos da Liga Comunista Internacionalista - 1930-1933)*. São Paulo, Brasiliense.
- 2) ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. (1978). *Estado e Classes Trabalhadoras no Brasil (1930-1945)*. Tese de Doutorado, FFLCH, USP, mimeo.
- 3) ANTUNES, Ricardo L. C. (1980). *Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil (Um Estudo Sobre a Consciência de Classe: 1930-35)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, mimeo.
- 4) _____. (1990). *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe, da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. 3ª ed., São Paulo, Cortez / Ensaio: Autores Associados.
- 5) _____. (1995). "Os comunistas no Brasil: as repercussões do VI Congresso da Internacional Comunista e a primeira inflexão stalinista no Partido Comunista do Brasil (PCB)" *In: Cadernos AEL n° 02 - Comunistas e comunismo*. Campinas, Arquivo Edgard Leuenroth-IFCH-Unicamp.
- 6) BANDEIRA, Moniz *et al.* (1980). *O ano vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense.
- 7) BARBOSA DE OLIVEIRA, Carlos Alonso. (s/d). *O processo de industrialização - do capitalismo originário ao atrasado*. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo. Mimeo.
- 8) BASBAUM, Leôncio. (1976a). *Uma vida em seis tempos. Memórias*. 2ª ed. São Paulo, Alfa-Omega.
- 9) _____. (1976b). *História sincera da República (de 1889 a 1930)*. 4ª ed., São Paulo, Alfa-Omega.

- 10) BENJAMIN, Walter. (1987). *Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas*. 3ª ed., São Paulo, Brasiliense, v. 1.
- 11) BEZERRA, Gregório. (1980). *Memórias. Primeira parte: 1900-1945*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- 12) BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. (1992). *Dicionário de política*. 4ª ed., Brasília, UnB.
- 13) _____ (1995). *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo, Unesp.
- 14) BOITO JÚNIOR, Armando. (1986). "O populismo no Brasil: natureza, formas de manifestação e raízes sociais" In: *Anais do Seminário Populismo e Educação (1ª Semana do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora*. Juiz de Fora.
- 15) BRANDÃO, Octavio. (1978). *Combates e batalhas. Memórias*. São Paulo, Alfa-Omega, v. 1.
- 16) BROUÉ, Pierre. (1971). *Le Parti Bolchevique*. Paris, Minuit.
- 17) _____ (1986). "O movimento trotskista na América Latina até 1940" In: *Estudos*. São Paulo, CODAC-USP, 6 (1):93-98.
- 18) CARONE, Edgard. (1972). *A república velha (instituições e classes sociais)*. 2ª ed., São Paulo, Difel.
- 19) _____ (1977). *Revoluções do Brasil contemporâneo. 1922-1938*. 3ª ed., São Paulo/Rio de Janeiro, Difel.
- 20) _____ (1978). *A segunda república (1930-1937)*. 3ª ed., Rio de Janeiro/São Paulo, Difel.
- 21) _____ (1979). *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo, Difel.
- 22) _____ (1982a). *O P.C.B. (1922-1943)*. Rio de Janeiro/São Paulo, Difel, v. 1.
- 23) _____ (1982b). *A república nova*. 3ª ed., São Paulo, Difel.
- 24) _____ (1989). *Classes sociais e movimento operário*. São Paulo, Ática.
- 25) CARVALHO, José Murilo de. (1990). *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 2ª reimp. São Paulo, Companhia das Letras.

- 26) CASALECCHI, José Ênio. (1987). *O Partido Republicano Paulista: política e poder (1889-1926)*. São Paulo, Brasiliense.
- 27) CAVALCANTI, Cláudio Antônio de Vasconcelos. (1996). *As lutas e os sonhos: um estudo sobre os trabalhadores de São Paulo nos anos 30*. Tese de Doutorado, FFLCH, USP.
- 28) CHACON, Vamireh. (1985). *História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. 2ª ed., Brasília, UnB.
- 29) CHILCOTE, Ronald H. (1982). *O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração*. Rio de Janeiro, Graal.
- 30) CERRONI, Umberto. (1982). *Teoria do Partido Político*. São Paulo, LECH.
- 31) COGGIOLA, Osvaldo (org.). (1994). *Trotsky/Hoje*. Cadernos Ensaio nº 6 - Série Grande Formato. São Paulo, Ensaio.
- 32) COSTA, Homero de Oliveira. (1995). *A insurreição comunista de 1935: Natal, o primeiro ato da tragédia*. São Paulo, Ensaio/Rio Grande do Norte, Cooperativa Cultural Universitária do Rio Grande do Norte.
- 33) DE DECCA, Edgar S. (1986). *1930. O silêncio dos vencidos*. 3ª ed., São Paulo, Brasiliense.
- 34) DEUTSCHER, Isaac. (1968a). *Trotsky - o profeta armado*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- 35) _____ (1968b). *Trotsky - o profeta desarmado*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- 36) _____ (1984). *Trotsky - o profeta banido*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- 37) DRAIBE, Sônia. (1985). *Rumos e metamorfoses. Estado e industrialização no Brasil: 1930-1960*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- 38) DULLES, John W. F. (1977). *Anarquistas e comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- 39) DUVERGER, Maurice. (1987). *Os partidos políticos*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Guanabara.

- 40) ELIAS, Norbert. (1995). *Mozart, sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- 41) FAUSTO, Boris. (1972). "Pequenos ensaios de História da República: 1889-1945" In: *Cadernos CEBRAP*, São Paulo, 10 (1):1-110.
- 42) _____ (1983). *A Revolução de 1930. Historiografia e História*. 9ª ed., São Paulo, Brasiliense.
- 43) _____ (1986). *Trabalho urbano e conflito social*. 4ª ed., São Paulo, Difel.
- 44) _____ (1988). "Estado, trabalhadores e burguesia: 1920-1945" In: *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, 20 (1):6-37.
- 45) _____ (1990). "Estado e burguesia agroexportadora na Primeira República - uma revisão historiográfica" In: *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, 27 (1):120-127.
- 46) FORJAZ, Maria Cecília Spina. (1978). *Tenentismo e Aliança Liberal: 1927-1930*. São Paulo, Polis.
- 47) _____ (1987). *Tenentismo e política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- 48) _____ (1988). *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- 49) FREDERICO, Celso. (1978). *Consciência operária no Brasil*. São Paulo, Ática.
- 50) FREYRE, Gilberto. (1995). "Euclides da Cunha. Revelador da realidade brasileira" In: *Obra completa/Euclides da Cunha*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1º v., pp. 17-32.
- 51) FURTADO, Celso. (1972). *Formação econômica do Brasil*. 11ª ed. (revista), São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- 52) (s. d.). "El asesinato de Trotsky - la muerte de un profeta desterrado" In: *Los grandes hechos de nuestra época*. Colômbia, Editorial La Foca.
- 53) GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado *et al.* (orgs.). (1982). *A revolução de 30: textos e documentos*. Brasília, UnB, 2 vols.
- 54) HAUPT, Georges e MARIE, Jean-Jacques. (1972). *Los bolcheviques*. México, Ediciones Era.

- 55) HILL, Christopher. (1985). *A Revolução Inglesa de 1640*. 3ª ed., Lisboa, Editorial Presença.
- 56) HOBBSAWM, Eric. (1995). *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo, Companhia das Letras.
- 57) (1986). *Inventário analítico do acervo Octavio Brandão*. Elaine Marques Zanatta et al. (coords.). Campinas, UNICAMP.
- 58) JOFFILY, José. (1979). *Revolta e revolução: cinqüenta anos depois*. São Paulo, Paz e Terra.
- 59) KRIEGEL, Annie. (1977). "La III^e Internationale" In: DROZ, Jacques. (org.). *Histoire générale du socialisme*. v. 3 (de 1918 à 1945), Paris, Presses Universitaires de France, pp. 73-118.
- 60) LAMOUNIER, Bolívar. (1990). "Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação" In: Fausto, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. 4ª ed., Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, vol. 2, tomo III, pp. 343-374.
- 61) LÊNIN, V. I. (1978). *Um passo em frente, dois passos atrás (A crise no nosso partido)*. Lisboa, Edições Avante.
- 62) _____ (1979a). *O Estado e a revolução. O que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. São Paulo, Hucitec.
- 63) _____ (1979b). *A falência da II Internacional*. São Paulo, Kairós.
- 64) _____ (1979c). *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo, Global.
- 65) _____ (1979c). *Que fazer? As questões palpitantes do nosso movimento*. São Paulo, Hucitec.
- 66) _____ (1984). *Obras escolhidas em seis tomos*. Lisboa, Edições Avante, v. 1.
- 67) LÊNIN, V. I. / TROTSKY, L. (1979). *A questão do programa*. São Paulo, Kairós.
- 68) LIMA SOBRINHO, Barbosa. (1983). *A verdade sobre a Revolução de Outubro - 1930*. 3ª ed., São Paulo, Alfa-Omega.

- 69) LIMA, Heitor Ferreira. (1982). *Caminhos percorridos. Memórias de militância: 1887-1945*. São Paulo, Brasiliense.
- 70) LIMA, Wilson Almeida. (1986). "Oposição de Esquerda e trotskismo no Brasil: 1930-1952" In: *Estudos*. São Paulo, CODAC-USP, 6 (1):05-15.
- 71) LINHARES, Hermínio. (1977). *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil*. 2ª ed., São Paulo, Alfa-Omega.
- 72) LOVE, Joseph L. (1982). *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira: 1889-1937*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- 73) _____ (1989). "O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha" In: Fausto, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. 5ª ed., São Paulo, Editora Difel, vol. 3, Tomo I, pp. 99-122.
- 74) MAGNANI, S. L. (1982). *O movimento anarquista em São Paulo (1906-1907)*. São Paulo, Brasiliense.
- 75) MAQUIAVEL, Nicolau. (1979). *O Príncipe/Escritos políticos*. 2ª ed., São Paulo, Abril Cultural, col. Os Pensadores.
- 76) MARQUES NETO, José Castilho. (1993). *Solidão revolucionária: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- 77) MARTINS RODRIGUES, Leôncio. (1991). "O PCB: os dirigentes e a organização" In: *História Geral da Civilização Brasileira*, 5ª ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, v. 9, pp. 361-443.
- 78) MARX, K. (1978). *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. 4ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- 79) _____ (1984). *As lutas de classes em França*. 2ª ed., Lisboa, Edições Avante.
- 80) _____ (1987). *A burguesia e a contra-revolução*. São Paulo, Ensaio.
- 81) _____ (s. d.). "A guerra civil na França" In: *Karl Marx e Friedrich Engels - obras escolhidas*. São Paulo, Alfa-Omega, v. 2, pp. 39-103.
- 82) MARX, K. / ENGELS, F. / LÊNIN, V. I. / TROTSKI, L. (1978). *A questão do partido*. São Paulo, Kairós.

- 83) MAYER, Fritz (pseud. de Octavio Brandão). (1926). *Agrarismo e industrialismo. Ensaio marxista-leninista sobre a revólta de S. Paulo e a guerra de classes no Brazil*. Buenos Aires, s. ed. Xerox.
- 84) MEIRELES, José. (1974). "Notes sur le rôle de l'État dans le developpement du capitalisme au Brésil" *In: Critique de l'économie politique - Amérique latine - accumulation et surexploitation*. Paris, Éditions François Maspero, 16/17 (1):91-123.
- 85) MIRANDA, Orlando. (org.). (1981). *Leon Trotski: política*. São Paulo, Ática.
- 86) MORAES FILHO, Evaristo de. (1981). *O socialismo brasileiro*. Brasília, Câmara dos Deputados/UnB.
- 87) MURAKAMI, Ana Maria Brandão (org.). (1980). *A Revolução de 1930 e seus antecedentes*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- 88) OLIVEIRA, Lucia Lippi *et al.* (coords.). (1980). *Elite intelectual e debate político nos anos 30: uma bibliografia comentada da Revolução de 1930*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas/Brasília, INL.
- 89) PACHECO, Eliezer. (1984). *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. São Paulo, Alfa-Omega.
- 90) PANDOLFI, Dulce Chaves. (1995). *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/Fundação Roberto Marinho.
- 91) PEREIRA, Astrogildo. (1976). *Formação do PCB*. Lisboa, Prelo.
- 92) _____ (1979). *Ensaio Históricos e Políticos*. São Paulo, Alfa-Omega.
- 93) _____ (1980). *Construindo o PCB: 1922-1924*. São Paulo, LECH.
- 94) PERISSINOTTO, Renato M. (1994). *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas, UNICAMP.
- 95) PINHEIRO, Paulo Sérgio. (1975). *Política e Trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- 96) _____ (1991). *Estratégias da ilusão. A revolução mundial e o Brasil: 1922-1935*. São Paulo, Companhia das Letras.

- 97) PORTAL, Roger. "L'édification d'une société socialiste: l'URSS" In: DROZ, Jacques (org.). *Histoire générale du socialisme*. Paris, Presses Universitaires de France, v. 3, pp. 21-71.
- 98) POULANTZAS, Nicos. (1974). *Fascismo y dictadura: la tercera internacional frente al fascismo*. 5ª ed., México, Siglo Veintiuno.
- 99) _____ (1975). *La crise des dictatures: Portugal, Grèce, Espagne*. Paris, François Maspero.
- 100) _____ (1985). *O Estado, o poder, o socialismo*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Graal.
- 101) _____ (1986). *Poder Político e Classes Sociais*. 2ª ed., São Paulo, Martins Fontes.
- 102) PRADO JR., Caio. (1956). *História econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- 103) _____ (1966). *A revolução brasileira*. São Paulo, Brasiliense.
- 104) PRESTES, Anita Leocádia. (1991). *A Coluna Prestes*. 3ª ed., São Paulo, Brasiliense.
- 105) PRESTES, Luis Carlos. (1993). "Luis Carlos Prestes e os antecedentes da Revolução de 1930" In: *Revista de sociologia e política*. Curitiba, Grupo de Estudos Estado e Sociedade (GEES)-UFPr, (entrevista concedida ao autor em 20 de fevereiro de 1988), 1:85-106.
- 106) QUARTIM DE MORAES, João. (1991). "A influência do leninismo de Stalin no comunismo brasileiro" In: REIS FILHO, Daniel Aarão *et al.* (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, v. 1, pp. 48-87.
- 107) _____ (org.) (1995). *História do marxismo no Brasil*. Campinas, UNICAMP, v. 2.
- 108) (1982). *Os quatro primeiros congressos da Internacional Comunista - primeiro congresso - março de 1919*. São Paulo, Palavra Editora.
- 109) (1983). *A Revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, setembro de 1980*. Brasília, UnB.
- 110) ROIO, Marcos Del. (1990). *A classe operária na revolução burguesa - A política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte, Oficina de Livros.

- 111) ROSA, Virgínio Santa. (1976). *O sentido do tenentismo*. 3ª ed., São Paulo, Alfa-Omega.
- 112) SAES, Décio. (1985). *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo, T. A. Queiroz.
- 113) SERGE, Victor. (1987). *Memórias de um revolucionário: 1901-1941*. São Paulo, Companhia das Letras.
- 114) SILVA, Antonio Ozai da. (s/d). *História das tendências no Brasil (origens, cisões e propostas)*. 2ª ed. revisada e ampliada, São Paulo, s. ed.
- 115) SILVA, Sérgio. (1986). *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 7ª ed., São Paulo, Alfa-Omega.
- 116) SKIDMORE, Thomas E. (1988). *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. 9ª ed., São Paulo, Paz e Terra.
- 117) SOBOUL, Albert. (1982). *A Revolução Francesa*. 4ª ed., São Paulo, Difel.
- 118) SODRÉ, Nelson W. (1984). *Contribuição à História do PCB*. São Paulo, Global.
- 119) (1984). *Thèses, manifestes et résolutions des quatre premiers congrès mondiaux de l'Internationale Communiste (1919-1923)*. Paris, La Brèche-Sélio.
- 120) TOPIK, Steven. (1987). *A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro, Record.
- 121) TROTSKY, León. (1963). *De la révolution (cours nouveau, la révolution défigurée, la révolution permanente, la révolution trahie)*. Paris, Les Éditions de Minuit.
- 122) _____ (1968). *Da Noruega ao México (Os crimes de Stalin)*. Rio de Janeiro, Laemmert.
- 123) _____ (1969). *Terrorismo e comunismo - o anti Kautsky*. Rio de Janeiro, Saga.
- 124) _____ (1973). *El facismo*. Buenos Aires, Ediciones CEPE.
- 125) _____ (1975). *Trotsky e a segunda guerra mundial*. Lisboa, Ed. Arcádia.
- 126) _____ (1976). *Escritos sobre Espanha. A Revolução Espanhola (1931-1939)*. Lisboa, Ed. Arcádia.

- 127) _____ (1977a). *Problemas da guerra civil. Saber militar e marxismo*. Lisboa, Edições Antídoto.
- 128) _____ (1977b). *A revolução desfigurada: a falsificação estalinista da história*. Lisboa, Edições Antídoto.
- 129) _____ (1977c). *A revolução permanente*. Lisboa, Edições Antídoto.
- 130) _____ (1977d). *La Revolución Española*. Madrid, Ediciones Júcar.
- 131) _____ (1978a). *Escritos sobre sindicatos*. São Paulo, Kairós.
- 132) _____ (1978b). *A História da Revolução Russa*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3 v.
- 133) _____ (1978c). *Moral e revolução: a nossa moral e a deles*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- 134) _____ (1978d). *Oeuvres (mars 1933/juillet 1933)*. Paris, Institut Léon Trotsky.
- 135) _____ (1979a). *Balanço e perspectivas*. Lisboa, Edições Antídoto.
- 136) _____ (1979b). *As lições de outubro*. Lisboa, Edições Antídoto.
- 137) _____ (1979c). *Mi vida*. Bogotá, Editorial Pluma.
- 138) _____ (1979d). *Questões do modo de vida: a época do "militantismo cultural" e as suas tarefas*. Lisboa, Edições Antídoto.
- 139) _____ (1980a). *Diário do exílio*. São Paulo, Edições Populares.
- 140) _____ (1980c). *Programa de transição: a agonia mortal do capitalismo e as tarefas da Quarta Internacional*. São Paulo, Proposta Editorial.
- 141) _____ (1980d). *A revolução traída*. São Paulo, Global.
- 142) _____ (1980e). *Stálin: o militante anônimo*. São Paulo, Ched, v. 1.
- 143) _____ (1980f). *Stálin: rumo ao poder*. São Paulo, Ched, v. 2.
- 144) _____ (s. d. a). *Os crimes de Stalin*. Rio de Janeiro, Melso.
- 145) _____ (s. d. b). *Em defesa do marxismo*. S. l. Proposta Editorial.

- 146) _____ (s. d. c). *Revolução e contra-revolução*. Lisboa-Porto-Luanda, CLB-Centro do Livro Brasileiro.
- 147) _____ (s. d. d). *A Revolução de 1905*. São Paulo, Global.
- 148) VENÂNCIO FILHO, Francisco. (1995). "Euclides da Cunha e seus amigos" In: *Obra completa/Euclides da Cunha*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 2º v., pp. 623-630.
- 149) VIANNA, Marly de Almeida Gomes. (1992). *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo, Companhia das Letras.
- 150) VINHAS, Moisés. (1982). *O Partidão - a luta por um partido de massas: 1922-1974*. São Paulo, Hucitec.
- 151) WERNECK SODRÉ, Néilson. (1995). "Revisão de Euclides da Cunha" In: *Obra completa/Euclides da Cunha*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 2º v., pp. 11-59.
- 152) WILSON, Edmund. (1987). *Rumo à Estação Finlândia*. São Paulo, Companhia das Letras.
- 153) ZAGO JÚNIOR, Guerino. (1986). "A Oposição de Esquerda no Brasil: 1928-1936" In: *Estudos*. São Paulo, CODAC-USP, 6 (1):16-31.
- 154) ZAIDAN FILHO, Michel. (1985). *PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo, Global.
- 155) _____ (1988). *O PCB e a Internacional Comunista: 1922-1929*. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais.

Catálogos

DOESWIJK, Andreas e ALIMONDA, Héctor. (1983). *Catálogo do arquivo Leuenroth. Argentina - Fuentes para su historia social*. Campinas, IFCH-UNICAMP.

(1994). *Coleção de jornais brasileiros*. Arquivo Edgard Leuenroth - Centro de Pesquisa e Documentação Social, Campinas, IFCH/UNICAMP.

Boletins

Boletim da Opção (órgão da Liga Comunista <Opção de Esquerda>). número 02, abril de 1931.

La Correspondance Internationale - (órgão da Internacional Comunista). 1926: número 43 (03/04); 1931: número 54 (20/06); 1932: números 64 (06/08), 76 (10/09), 79 (21/09); 1936: números 14 (28/03), 17 (11/04), 18 (18/04), 19 (25/04), 25 (06/06), 28 (20/06); 1938: números 02 (08/01), 26 (26/05), 31 (04/06), 34 (18/06), 41 (06/08), 51 (01/10), 60 (03/12), 62 (17/12), 63 (24/12).

Jornais

Folhetim. Número 196 (19/10/80).

A Luta de Classe - pela IV Internacional. órgão da Liga Comunista Internacionalista. Secção Brasileira da L. C. I.-B. Número 28 (01/04/36).

A Luta de Classe - órgão da Secção Brasileira da L.C.I. (B.-L.) - Anno V. Números 22 (04/35), 23 (01/05/35).

A Luta de Classe - editada pelo Comitê Central Provisório do Partido Operário Leninista. Número 39(05) (23/04/38).

Movimento. Número 277 (20 a 26/10/80) - (Caderno especial sobre a Revolução de 1930).

Revistas

Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro. (1994). *Partido Comunista Brasileiro: os anos de formação (1922-1929)*. IFCS-UFRJ.

Revue 4^{eme} Internationale (Revue mensuelle publiée par le CC du P. Ouvrier Int. (B.-Lenin.) - Section Française de la 4^{eme} Internationale. Número 05 (02/38).

Outros documentos

Estatutos da Liga Comunista do Brasil - 1933.

Locais pesquisados:

1984:

AEL - Arquivo Edgard Leuenroth - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UNICAMP. (Retornei em várias outras oportunidades a este arquivo, para dar continuidade à pesquisa.)

1985:

BDIC - Bibliothèque de Documentation Internationale Contemporaine - Paris.

CEMAP - Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa - São Paulo.

CERMTRI - Centre d'Etudes et de Recherches sur les Mouvements Trotskyste et Révolutionnaires Internationaux - Paris.

1988:

Biblioteca Nacional - Rio de Janeiro.

CPDOC - Fundação Getúlio Vargas - Rio de Janeiro.